

ANDERSON ANTÔNIO MATTOS MARTINS

MODELO DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS PARA ORIENTAR AS
CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS
SUPERIORES DE TECNOLOGIA

FLORIANÓPOLIS

2005

ANDERSON ANTÔNIO MATTOS MARTINS

MODELO DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS PARA ORIENTAR AS
CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS
SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Engenharia de Produção
Profa. Orientadora: Édis Mafra Lapolli, Dra.

FLORIANÓPOLIS

2005

ANDERSON ANTÔNIO MATTOS MARTINS

MODELO DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS PARA ORIENTAR AS
CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS
SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Esta tese foi julgada e qualificada para a obtenção do grau de Doutor Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2005.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Profa. Édis Mafra Lapolli, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Nério Amboni, Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profa. Ana Maria Bencivenni Franzoni, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (Moderadora)

Prof. José Lucas Pedreira Bueno, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Hélio Roberto Hékis, Dr. (membro externo)
Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina

Prof. Mauricio Gariba Júnior, Dr. (membro externo)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

À minha esposa Juliana, aos meus filhos Maria Eduarda, Isadora e Felipe que me apoiaram positivamente com amor, carinho e muitos sorrisos nas etapas deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Leônidas Benigno Martins e Suely Matos Martins por mostrarem a importância da verdade, do amor e do trabalho na vida de um homem.

À professora Édis Mafra lapolli que me ofereceu orientação segura e impôs desafios que me fizeram superar os horizontes inicialmente planejados.

Ao professor Nério Amboni pela amizade, estímulo, ponderações e sugestões que contribuíram de forma decisiva no desenvolvimento desta tese.

Aos professores Ana Maria Bencivenni Franzoni, José Lucas Pedreira Bueno, Maurício Gariba Júnior e Hélio Roberto Hékis, pelas preciosas sugestões feitas e por terem aceitado estar na banca de defesa da tese.

À Waléria Kulkamp Haeming, amiga e conselheira, pela sua atenção e revisão deste trabalho.

À minha irmã Andréa, e ao meu cunhado Murilo pelo apoio e incentivo.

Ao amigo João Geraldo Fidelis, pela amizade, incentivo e apoio.

Às amigas Consuelo A. Sielski Santos, Maria Clara Kaschny Schneider e Rosângela Mauzer Casarotto, por participarem da pesquisa e contribuírem para os resultados alcançados pela pesquisa em pauta.

Aos avaliadores *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia das áreas de gestão e comércio que, gentilmente, colaboraram ao responder o instrumento de pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a concretização desta importante etapa da minha vida.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é propor um modelo de dimensões internas e externas para orientar e avaliar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio. Nesse sentido, foram desenvolvidos e estruturados os subsídios teóricos contextualizados baseados na percepção dos avaliadores *ad hoc* dos CST nas áreas de Gestão e Comércio, nos modelos de avaliações de educação superior existentes, nos critérios utilizados atualmente constantes nos formulários e manuais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e, ainda, na vivência e experiência adquirida pelo pesquisador quando da realização de avaliações dos referidos cursos junto ao MEC. A busca da qualidade e relevância científica, política e administrativa dos serviços prestados pelos Cursos Superiores de Tecnologia, nas áreas de Gestão e Comércio exigem uma atualização contínua do processo avaliativo para assegurar, assim, um compromisso de transformação social e construção de um conhecimento particular contextualizado.

Palavras-chaves: Educação Profissional, Avaliação e Ambiente Externo das Organizações

ABSTRACT

The objective of the present study is to define a model of internal and external dimensions to guide and to evaluate the conditions of authorization and recognition of Technological Undergraduate Courses (TUC) in the area of Management and Commerce. In this sense, it has been developed and structured the theoretical subsidies, based on the perception of ad hoc TUC evaluators in the areas of Management and Commerce, based on the governmental and well-established model of evaluation processes in TUCs and on the criteria The search for the scientific, administrative and political relevance and the quality of the services offered by TUCs, demands a continuous update on evaluation process to assure a commitment of social transformation and construction of a particular knowledge inside the reality context.

Key-Words: Professional Education, Evaluation,. Organizational Environment.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACE – Avaliação das Condições de Ensino

ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação

ACO – Avaliação das Condições de Oferta

AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CST,s – Cursos Superiores de Tecnologia

EAF – Escolas Agrotécnicas Federais

ENC – Exame Nacional de Cursos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ES- Educação Superior

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFET – Instituições Federais e Educação Tecnológicas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira

PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PTP – Programa de Treinamento Profissional

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNEDs – Unidades de Ensino Descentralizadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.2 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	15
1.3 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS.....	17
1.4 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	19
1.5 OBJETIVOS.....	20
1.5.1 Geral.....	20
1.5.2 Específicos.....	20
1.6 ORIGINALIDADE, INEDITISMO E RELEVÂNCIA.....	21
1.6.1 Originalidade.....	21
1.6.2 Ineditismo.....	22
1.6.3 Relevância.....	22
1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
1.7.1 A natureza da pesquisa.....	24
1.7.2 Caracterização da pesquisa: tipo, método e perspectiva de análise.....	25
1.7.3 População.....	27
1.7.4 Técnicas de coleta e de tratamento dos dados.....	27
1.7.5 Limitações do estudo.....	29
 2 AMBIENTE EXTERNO DAS ORGANIZAÇÕES.....	 31
 3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	 46
3.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	46
3.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NO BRASIL.....	49
3.3 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB).....	51
3.4 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA (CO) E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO (ACE).....	60
3.5 EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC).....	61

3.6 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).....	65
4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	70
4.1 O MODELO DE AVALIAÇÃO DA SETEC PARA AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CTS'S.....	74
5 PROPOSTA DE MODELO COM DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS PARA AVALIAR E ORIENTAR AS CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA ÁREA DE GESTÃO E COMÉRCIO.....	100
5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	100
5.2 DIMENSÕES PRIORIZADAS PELOS RESPONDENTES.....	101
5.2.1 Dimensão 1: Instituição / curso.....	101
5.2.2 Dimensão 2: Organização curricular.....	102
5.2.3 Dimensão 3: Principais atribuições do Coordenador do curso.....	103
5.2.4 Dimensão 4: Participação docente e discente.....	106
5.2.5 Dimensão 5: Interface com o mercado.....	106
5.2.6 Dimensão 6: Demonstrativo financeiro.....	106
5.2.7 Dimensão 7: Corpo docente.....	107
5.2.8 Dimensão 8: Infra-estrutura tecnológica.....	107
5.2.9 Dimensão 9: Infra-estrutura física.....	107
5.2.10 Dimensão 10: Biblioteca.....	108
5.2.11 Outras dimensões: Acessibilidade de portadores de necessidades especiais.....	108
5.3 MODELO PROPOSTO DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS.....	109
5.3.1 Modelo proposto para avaliar as condições de autorização dos CST's.....	109
5.3.2 Modelo Proposto para avaliar as condições de reconhecimento dos CST's.....	137
5.4 VANTAGENS DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO PARA AVALIAR E ORIENTAR AS CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA ÁREA DE GESTÃO E COMÉRCIO, QUANDO COMPARADO COM	

O MODELO VIGENTE	170
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	173
6.1 CONCLUSÕES.....	173
6.2 RECOMENDAÇÕES.....	178
REFERÊNCIAS.....	180
BIBLIOGRAFIA.....	186

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da década de oitenta, os países industrializados e os latino-americanos empreenderam importantes reformas em seus sistemas de Educação Superior (ES). Nesses últimos anos, com a emergência de um mercado educacional globalizado, as reformas nesse nível de ensino dinamizaram-se, de modo especial diversificando os provedores, os tipos de instituições, os perfis dos docentes, disponibilizando novas ofertas educativas, ampliando as matrículas e apresentando um aumento crescente das demandas e da competitividade. Por outro lado, a globalização educacional e a internacionalização do conhecimento, em resposta aos desafios da globalização econômica, trazem consigo o enorme desafio de a educação superior conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e diminuir as assimetrias sociais (SINAES, 2003; DIAS SOBRINHO, RISTOFF, 2003).

Nesse quadro de aceleradas mudanças econômicas e sociais, em todos os países, as instituições educacionais dedicadas à formação do indivíduo e à produção de conhecimentos e técnicas buscam modernizar-se, colocando em foco os processos de avaliação e regulação da educação superior. Esses processos são sustentados por diversos argumentos que vão desde a necessidade de os Estados assegurarem a qualidade e os controles regulatórios, a distribuição e o uso adequado dos recursos públicos, a expansão segundo critérios estabelecidos por políticas institucionais e do sistema, até a necessidade de dar fé pública, de orientar o mercado consumidor dos serviços educacionais e de produzir informações úteis para as tomadas de decisão. Dentre os aspectos mais importantes, podem ser citados o aumento do aparato normativo, a ênfase nos resultados ou produtos e o uso de instrumentos que produzam informações objetivas e que permitam a comparação e a ampla divulgação para os públicos interessados (SINAES, 2004).

De forma especial, os modos de informação pública a respeito das condições de produção e dos resultados obtidos pelas instituições adquiriram grande importância e vêm sendo crescentemente exigidos, aperfeiçoados e detalhados. As avaliações somativas, os mecanismos de controle, regulação e fiscalização e a prestação de contas têm tido presença

muito mais forte que as avaliações formativas, participativas, voltadas aos processos, às diversidades e à complexidade das instituições (BALLESTER, 2003).

A função atribuída pelo Estado à Educação Superior no país é determinante da proposta de avaliação. De um lado, está o modelo de inspiração anglo-americana baseado em sistemas predominantemente quantitativos para produzir resultados classificatórios; de outro, o modelo holandês e francês que combinam dimensões quantitativas e qualitativas com ênfase na avaliação institucional e análise. As diferentes experiências e propostas metodológicas de avaliação da Educação Superior implementadas no Brasil nas últimas três décadas seguem, assim como os sistemas de avaliação dos países desenvolvidos, uma ou outra dessas orientações (SINAES, 2003; ANDRADE, AMBONI, 2005; COELHO, 2003).

No modelo de inspiração inglesa, a atual crise do ensino superior remete à questão da eficiência ou ineficiência das instituições em se adaptarem às novas exigências sociais, entendendo que a educação superior funciona como fator de incremento do mercado de trabalho. Nessa linha, a avaliação realiza-se como atividade predominantemente técnica, que busca a mensuração dos resultados produzidos pelas instituições em termos de ensino, sobretudo, e também de pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Sua ênfase recai sobre indicadores quantitativos que promovem um balanço das dimensões mais visíveis e facilmente descritíveis, a respeito das medidas físicas, como área construída, titulação dos professores, descrição do corpo docente, discente e servidores, relação dos servidores, dos produtos, das formaturas, volumes de insumos, expressões numéricas supostamente representando qualidades, como no caso de números de citações, muitas vezes permitindo o estabelecimento de *rankings* de instituições, com sérios efeitos nas políticas de alocação de recursos financeiros e como organizador social de estudantes e de profissionais. Em função disso, essa perspectiva de avaliação é denominada regulatória. (ANDRADE, AMBONI, 2005).

Por outro lado, a outra orientação da avaliação busca ir além da medição e de aspectos performáticos. Ela adere à própria discussão do sentido ou da existência das instituições de ensino superior na sociedade; entendendo que estas têm "funções múltiplas"; que o conhecimento produzido no interior delas, além de ser requisitado como força produtiva, também é um instrumento de cidadania, em sua pluralidade, em sua diversidade. Nessa perspectiva, chamada emancipatória, a avaliação não se apresenta somente como prática produtora de juízos de fatos, de coleta de informação, medida e controle de desempenho. Seu processo requer reflexão tanto sobre a prática quanto sobre o objeto e os efeitos da avaliação, o que só pode ser feito por meio de juízos de valor.

A mais antiga e duradoura experiência brasileira de aspectos de avaliação da educação superior é a dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvida desde 1976 pela Capes. Nas duas últimas décadas, porém, discussões e ações relativas à avaliação de cursos de graduação, de instituições e do sistema de educação superior envolvendo, de diferentes modos e perspectivas, entidades representativas de professores, estudantes e organismos do governo, levaram à implementação de diferentes propostas de avaliação da ES. Algumas delas, estreitamente relacionadas com a redemocratização do país e o fortalecimento da dimensão pública da educação, encontraram resistências fortes nas políticas ministeriais, fundadas na lógica da eficiência, da competitividade e do gerencialismo. Para essas, cuja concepção de avaliação está focada nos resultados e guiada pela idéia da eficiência individual, tem sido muito útil a larga tradição da avaliação de aprendizagem ou escolar, orientada prioritariamente para a seleção, a mensuração, a comparação, os produtos quantificáveis, o controle e a racionalidade própria do mundo econômico (COLOGNESE, 1998; GOMES, 2002).

Conforme Coelho (2003), a década de 90 foi pródiga em processos avaliativos junto aos mais variados setores da economia, principalmente junto às instituições de ensino. Observa o autor, ainda, que a evolução ocorrida nas últimas décadas nos processos produtivos ocasionou a necessidade de profissionais altamente qualificados, justificando assim o monitoramento avaliativo para garantir a qualidade mínima requerida pelo mercado de trabalho para os egressos das instituições de ensino. Macedo, Verdinelli (2001) também frisam tal importância ao afirmar que o processo de avaliação permite uma visão global tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, facilitando o redimensionamento da política e dos planos de ação.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

No **primeiro capítulo** deste estudo, além da contextualização e da sua organização, encontram-se as definições dos principais termos e do problema, apresentadas de forma sucinta após breves comentários desenvolvidos a partir dos fundamentos teóricos e práticos discutidos pelos estudiosos da área relativos à avaliação das Instituições de Ensino Superior mais especificamente às instituições de educação profissional. Na sequência, apresentam-se

os objetivos da pesquisa, a relevância, a originalidade e o ineditismo do estudo para o segmento pesquisado, bem como para o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGE/CTC/UFSC.

Também são apresentados, neste capítulo, os procedimentos metodológicos da pesquisa. Demonstra-se, em primeiro lugar, a importância da pesquisa qualitativa para o estabelecimento de um modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área em Gestão e Comércio.

Em segundo lugar, a caracterização do estudo como sendo exploratório, descritivo e avaliativo. Para esclarecer essa caracterização, são descritos os fundamentos da dimensão do *é* e do *deve ser* (BURREL, MORGAN, 1979; KUHN, 1992).

Em terceiro lugar, as técnicas de coleta e de tratamento de dados utilizadas, ou seja, a análise documental, a observação, o questionário semi-estruturado e a pesquisa bibliográfica. As informações são interpretadas de modo qualitativo.

Mediante a interpretação qualitativa das informações coletadas por meio da análise documental e da pesquisa bibliográfica, bem como das informações obtidas com os Avaliadores *ad hoc* e da observação resultante da experiência vivenciada pelo pesquisador como gestor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina e como Avaliador *ad hoc* da SETEC/MEC, verifica-se que o modelo atual utilizado para avaliação das condições de autorização e de reconhecimento dos CST's deve ser revisto, proporcionando, dessa forma, o estabelecimento de um modelo de avaliação com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio.

Em quarto lugar, visualizam-se as limitações da tese.

O **segundo capítulo** apresenta a fundamentação que contextualiza o ambiente externo das organizações, por meio da demonstração das dimensões que englobam o ambiente direto e indireto.

No **terceiro capítulo**, observam-se os fundamentos concernentes à avaliação institucional. São destacados assuntos como as considerações conceituais, os modelos de avaliação aplicados no Brasil, o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), a avaliação das condições de oferta (CO) e das condições de ensino (ACE), o

exame nacional de cursos (ENC) e o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).

O **quarto capítulo** apresenta os fundamentos do embasamento da educação profissional no Brasil, com destaque especial para a avaliação, proposta pela SETEC, nos manuais e formulários de autorização e de reconhecimento dos CST's.

O **quinto capítulo** demonstra a proposta de dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio. Convém ressaltar que, para verificar a sua validade, a mesma foi testada no Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos da área de Gestão, implementado pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina.

No **sexto capítulo** observam-se as conclusões e as recomendações.

O **sétimo capítulo** apresenta as referências e bibliografias.

1.3 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS

- **Organizações:** um sistema complexo, formado de partes ou elementos que interagem, para realizar um objetivo explícito, ou seja, uma organização é um sistema que transforma recursos em produtos e serviços pela divisão do trabalho e dos processos de transformação.
- **Dimensões internas:** as dimensões internas compreendem aquelas utilizadas para avaliação das condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio como, por exemplo, organização acadêmica, corpo docente, organização didático-pedagógica, infra-estrutura física, tecnológica, de materiais e biblioteca.
- **Ambiente externo:** diz respeito às dimensões externas que podem afetar os cursos superiores de tecnologia na área da gestão e do comércio como, por exemplo, as dimensões

legais, políticas, demográficas, dentre outras do ambiente indireto e direto como clientes e concorrentes.

- **Dimensões externas:** são aquelas pertinentes ao ambiente externo direto (clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos regulamentadores, stakeholders) e indireto (demografia, economia, ecologia, política, legal, cultural, dentre outras).

- **Avaliação:** Avaliação é o processo de monitoramento de atividades para determinar se as unidades individuais e a própria organização estão obtendo e utilizando os recursos eficaz e eficientemente, de modo a atingir seus objetivos e, quando isso não estiver sendo conseguido, como fazer para serem implementadas ações corretivas.

- **Avaliação externa:** é aquela que conta com avaliadores que não estão envolvidos com os processos organizacionais da instituição.

- **Instituição de Educação Profissional:** uma organização complexa não só pela sua condição de instituição especializada, mas principalmente pelo fato de executar tarefas múltiplas. Suas tarefas, relacionadas com as funções de ensino profissional, nos níveis básico, técnico e tecnológico, definidas pelo capítulo III da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, pela atual Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional (LDB), complementadas e explicitadas posteriormente pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e pela Portaria 646, de 14 de maio de 1997 e o artigo 3º do Decreto nº 2.208 de 1997.

- **Cursos Superiores de Tecnologia:** conforme o artigo 3º do Decreto nº 2.208 de 1997, o ensino profissional passa a ter três níveis, sendo que o nível tecnológico corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

- **Avaliador *ad hoc*:** profissional designado pelo Ministro da Educação para emitir sugestão quanto às condições de credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, mediante vista técnica *in loco*.

Autorização: É o ato formal que permite a uma instituição de ensino superior criar e iniciar a implantação de um curso superior de graduação, sequencial ou tecnológico. As Universidades

e os Centros Universitários, em virtude das prerrogativas de autonomia que legalmente gozam, estão dispensados do procedimento de autorização prévia de cursos superiores, com exceção dos cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia. No caso desses cursos, o procedimento de autorização depende de deliberação do Conselho Nacional de Educação, além de consulta prévia à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Conselho Nacional de Saúde, respectivamente. As universidades devem também solicitar autorização prévia do MEC para abertura de cursos fora de sua sede.

Reconhecimento: A autorização é a parte inicial da implantação de um curso superior. O reconhecimento é o ato formal do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro da Educação, outorgando a um curso validade e fé pública de caráter temporário para que o curso possa emitir diplomas com validade nacional. Essa é uma exigência legal estabelecida para todos os cursos superiores, independentemente da organização acadêmica da instituição do sistema federal (rede federal ou privada) que os ofereça. A instituição deve protocolizar no sistema Sapiens a solicitação de reconhecimento quando tiver completado 50% das atividades pedagógicas previstas no curso autorizado. No caso dos cursos sequenciais, está recomendada a entrada de processo de reconhecimento logo após o primeiro ano de existência do curso. O ato formal de reconhecimento do curso superior define o seu prazo de validade. Com exceção dos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia, que supõem manifestação do Conselho Nacional de Medicina e do curso de Direito, que depende de manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), esse processo é deliberado diretamente no âmbito do Ministério da Educação.

1.4 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Dentro do contexto abordado na exposição do assunto procura-se responder à seguinte pergunta de pesquisa:

**QUE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS POSSIBILITAM A ELABORAÇÃO
DE UM MODELO PARA AVALIAR E ORIENTAR AS CONDIÇÕES DE
AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DE
TECNOLOGIA DAS ÁREAS DE GESTÃO E COMÉRCIO?**

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Geral

- Propor um modelo de avaliação com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST's) nas áreas de Gestão e Comércio.

1.5.2 Específicos

- Levantar na literatura os fundamentos teóricos e práticos acerca da educação profissional, ambiente organizacional, modelos de avaliação de instituições de ensino superior e do processo de autorização e reconhecimento dos CST's nas áreas de Gestão e Comércio;
- Identificar, com os avaliadores *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia da área de Gestão e Comércio, as dimensões internas e externas consideradas mais relevantes para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento dos CST's nas áreas de Gestão e Comércio;
- Apresentar um modelo de avaliação com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos de Tecnologia

na área de Gestão e Comércio, a partir dos fundamentos teóricos e práticos discutidos pelos estudiosos da área, bem como dos critérios definidos pela SETEC, das percepções dos avaliadores *ad hoc* e da vivência e da experiência do pesquisador acerca do assunto.

- Demonstrar as vantagens do modelo de avaliação proposto, quando comparado com o utilizado nas avaliações para autorizar e reconhecer os Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio.

1.6 ORIGINALIDADE, RELEVÂNCIA E INEDITISMO

1.6.1 Originalidade

O presente estudo é original no momento em que se considera a originalidade não como uma invenção de uma vacina como diz Eco (1996). É original quando o pesquisador procura, num primeiro momento, descrever os fundamentos teóricos e práticos de forma elegante, clara, objetiva e coerente por meio da construção de raciocínios por progressão e oposição. Nesse caso, este estudo procura ser criativo ao objetivar uma ordenação lógica e sequencial dos fundamentos teóricos e práticos para facilitar a compreensão das variáveis de influência ambiental, dos mecanismos de avaliação de instituições de educação superior e do modelo proposto pela SETEC para avaliação e orientação das condições de autorização e de reconhecimento dos CST's nas áreas de Gestão e Comércio. Num segundo momento, o estudo também é original quando estrutura um novo modelo de avaliação para as condições de autorização e reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio, englobando dimensões internas e externas consideradas mais relevantes na visão dos avaliadores *ad hoc* dos CST's, bem como pela vivência e experiência do pesquisador na realização de autorizações e de reconhecimentos de cursos na área de Gestão e Comércio. Nesse caso, os níveis de originalidade são evidenciados em maior ou menor grau em todas as etapas do estudo, principalmente quando da apresentação de um novo modelo de avaliação para as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio.

1.6.2 Ineditismo

O presente estudo pode ser considerado inédito pela sua proposta de identificar as dimensões internas e externas que possibilitam a elaboração de um novo modelo para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio a partir da visão dos avaliadores *ad hoc* da referida área citada, da vivência e da experiência adquirida pelo pesquisador como avaliador do MEC e dos fundamentos teóricos e práticos discutidos pelos estudiosos da área considerados neste estudo.

De acordo com pesquisas realizadas pelo pesquisador em fontes primárias, secundárias e eletrônicas não se constatou nenhuma proposta com o objetivo de estabelecer um novo modelo de avaliação para autorização e reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio, além da estabelecida pelo MEC.

1.6.3 Relevância

A proposta de dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos CST's com base na visão dos avaliadores *ad hoc* das áreas de Gestão e Comércio, dos fundamentos teóricos e práticos e da vivência e da experiência do pesquisador como avaliador do MEC mostra-se relevante por se tratar de um estudo que visa adicionar novos subsídios para agilizar o processo de avaliação e das condições de autorização e de reconhecimento dos referidos cursos objetos de investigação.

Isso porque em alguns países que apresentaram crescimento econômico significativo nas últimas décadas, as instituições que ministram Educação Profissional conquistaram um importante papel nos sistemas de ensino e nas políticas de geração de emprego e renda.

De acordo com os dados da Coordenação Geral de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), pela Nota Técnica 05/2004, no México, por exemplo, 47,7% dos alunos matriculados na educação superior, são alunos do *bachillerato* tecnológico (corresponde aos nossos cursos superiores de tecnologia) e 20,6%

são alunos do tipo *university-level* (correspondente aos bacharelados e licenciaturas no Brasil). No Chile, país que tem apresentado os maiores índices de crescimento na América do Sul, após a criação do Fundo para a Educação Profissional, em 1980, ocorreu uma expansão significativa na oferta de vagas e no credenciamento de instituições de Educação Profissional. Levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho dos Estados Unidos indicava como demanda de formação e treinamento para postos de trabalho existentes os seguintes percentuais: 24,8% de bacharéis e licenciados e 24,6% de tecnólogos.

Desde o surgimento dos primeiros núcleos de formação profissional, as chamadas “escolas-oficinas”, que se situavam em colégios e residências de padres jesuítas espalhadas em alguns dos principais centros urbanos do Brasil Colônia, a educação profissional sofreu mudanças substanciais.

Na atualidade, as instituições destinadas a formar esses profissionais no Brasil são os estabelecimentos das redes estadual e municipal, as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica¹, composta pelos Centros Federais de Ensino Tecnológico (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). Completam essa rede os estabelecimentos privados, inclusive as instituições ligadas às associações patronais, em especial as formadas pelo Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Recentemente, porém, com a promulgação da Lei 9.324 de 20 de dezembro de 1996, a atual Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional (LDB), outros setores da sociedade civil, como centrais sindicais e as Organizações não Governamentais (ONGs) também passaram a oferecer ensino profissional (BENAKOUCHE, 2000).

De acordo ainda com a Nota Técnica do MEC (2004):

Os currículos dos cursos técnicos e tecnológicos são estruturados em função das competências a serem adquiridas para responder às necessidades do mundo do trabalho. O objetivo é capacitar o estudante para a constituição de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento, difusão e inovação tecnológica e na gestão de processo de bens e serviços, sem desconsiderar a formação humana e cidadã. Além disso, os Cursos Superiores de Tecnologia e os Centros de Educação Tecnológica, se regulados e avaliados de forma adequada pelos órgãos governamentais, destacam-se, na perspectiva de contribuir na geração de empregos, pois possuem:

- capacidade de inserção imediata do egresso ao mundo do trabalho,
- flexibilidade curricular e possibilidade de aceleração de estudos,

¹ As Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET), formam atualmente uma rede de 139 escolas sendo, 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), 1 Escola Técnica Federal (ETF), 34 Centros Federais de Educação Tecnológica, 30 Escolas Técnicas Vinculadas à Universidades Federais e 38 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) (BRASIL, MEC/SETEC, 2005).

- capacidade de adaptação às dinâmicas e transformações do mundo contemporâneo,
- foco no mundo do trabalho, e no atendimento às demandas do cidadão, dos trabalhadores e da sociedade.

A análise efetuada, portanto, permite constatar o grande desafio que se apresenta às instituições de ensino superior daqui por diante. Ressalte-se que esse cenário competitivo transformará a gestão dessas organizações com a adoção de modelo de avaliação para autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio adequado à nova realidade detectada. Assim sendo, apresentar uma proposta de dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento dos CST's nas áreas de Gestão e Comércio pode assegurar mais agilidade e flexibilidade, visando ao incremento dos padrões de qualidade dos Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio.

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se, inicialmente, a caracterização do estudo, o método, o modo de investigação, a perspectiva do estudo, a população, as técnicas de coleta e de tratamento de dados utilizadas na pesquisa, em que se evidenciam o questionário semi-estruturado, a análise documental e a observação.

1.7.1 A natureza da pesquisa

A pesquisa nas Ciências Sociais, segundo Godoy (1995), tem sido fortemente marcada, ao longo dos tempos, por estudos que valorizam a adoção de métodos quantitativos, por si só, na descrição e explicação dos fenômenos de seu interesse. Hoje, no entanto, é possível identificar, com clareza, uma outra forma de abordagem que, aos poucos, veio se instalando e afirmando-se como uma alternativa de investigação mais global para a descoberta e compreensão do que se passa dentro e fora dos contextos organizacionais e sociais. Trata-se

da pesquisa qualitativa que só nos últimos 30 anos começou a ganhar um espaço reconhecido em outras áreas, além da Sociologia e da Antropologia, como a Administração, a Psicologia e a Educação.

Como a problemática em questão procura estabelecer um modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio, a natureza da pesquisa é qualitativa e quantitativa.

A pesquisa qualitativa apresenta como características básicas os seguintes aspectos, segundo Bogdan (*apud* GODOY, 1995):

- a) tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b) é descritiva;
- c) traz como preocupação essencial para o investigador o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida;
- d) utiliza o enfoque indutivo na análise de seus dados;
- e) faz com que os pesquisadores preocupem-se com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

A pesquisa quantitativa exige a explicação dos fenômenos sociais por meio de testes estatísticos que demonstrem a relação entre variáveis independentes e dependentes. O pesquisador está mais interessado em saber quanto que a variável independente (causa) explica de forma estatística o comportamento da variável dependente (resultado).

Na seqüência, apresenta-se a caracterização da pesquisa no que tange ao tipo, método, perspectiva de análise e modo de investigação.

1.7.2 Caracterização da pesquisa: tipo, método e perspectiva de análise

Considerando-se o objetivo do presente trabalho, este estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo e avaliativo.

A pesquisa em pauta é do tipo exploratória, pelo fato de ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, idéias, para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores. Por essa razão, a pesquisa

exploratória constitui a primeira etapa do presente estudo para familiarizar o pesquisador com o assunto em pauta (GIL, 1987).

É descritiva no momento em que o pesquisador procura descrever a realidade como ela é, sem se preocupar em modificá-la. Todavia, a mesma tem caráter avaliativo, no momento em que o pesquisador busca estabelecer um modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento de cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio (RUDIO, 1986; GIL, 1987; SELLTIZ *et al.*, 1987; RICHARDSON, 1989; AMBONI, 1997; ANDRADE, AMBONI, 2002; LAKATOS, MARCONI, 2001).

Dessa forma, a pesquisa também se distingue pela dimensão do **é** e do **deve ser**. A dimensão do **é** apresenta como característica essencial a precisão e a objetividade. Sendo expressão do conhecimento racional, ela é informativa por excelência, não aceitando expressão ambígua ou obscura. Seus argumentos, conclusões e interpretações partem da realidade objetiva e não da criatividade subjetiva do autor.

A dimensão subjetiva apresenta como ponto principal a criatividade subjetiva do pesquisador, principalmente quando da formulação do modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento de cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio - dimensão do **deve ser**. Esse aspecto, contudo, não compromete a estrutura literária do trabalho. Ao contrário, reforça a preocupação de expor o conteúdo com clareza, coerência e consistência entre as partes do texto. Fica evidente, nessa dimensão, o potencial criativo e reflexivo do pesquisador em relação aos diferentes assuntos envolvidos com a problemática em questão (TRIVINOS, 1987).

A pesquisa procura combinar aspectos da dimensão objetiva e subjetiva. Num primeiro momento, descreve e analisa a realidade da educação profissional, dos fundamentos teóricos e práticos relativos à avaliação institucional e de cursos e dos critérios utilizados para avaliar e reconhecer os Cursos de Tecnologia na área de Gestão e Comércio para, na sequência, apresentar um modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio (BURREL, MORGAN, 1979; KUHN, 1992).

A perspectiva da pesquisa é sincrônica. Isso porque se procura estudar os critérios de avaliação utilizados para autorizar e reconhecer Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio num determinado período de tempo sem considerar sua evolução. O modelo proposto com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de

autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio é resultado dos fundamentos teóricos, dos dados coletados e da vivência e experiência do pesquisador como avaliador do MEC (BRUYNE *et al.*, 1977).

Como a perspectiva do estudo é sincrônica, o método que caracteriza e favorece a compreensão do assunto é o histórico interpretativo, já que se procura fazer um resgate da história da avaliação até chegar aos critérios utilizados pelo MEC para autorizar e reconhecer Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio. (AMBONI, 1997).

Pettigrew (1979) reforça essa questão no momento em que considera uma organização como qualquer outro sistema capaz de ser explorado como um sistema contínuo, com um passado, um presente e um futuro. Uma teoria perfeita deve levar em consideração a história e o futuro da mesma para reunir conhecimento do presente.

Ainda para o autor, uma das maneiras de se combater as deficiências sobre a literatura é o desenvolvimento de pesquisas que considerem os caracteres contextuais e processuais, já que a maioria das investigações sobre o assunto em questão é ahistórica, aprocessual e acontextual.

1.7.3 População

A população do estudo é constituída pelos Consultores *ad hoc* da SETEC das áreas de Gestão e Comércio do MEC. O número de pesquisados totalizou 14 (catorze) Avaliadores *ad hoc* dos referidos cursos. Dos 14 Consultores pesquisados, 11 responderam ao instrumento de coleta de dados enviado de forma *on line*.

1.7.4 Técnicas de coleta e de tratamento dos dados

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram o questionário semi-estruturado, a análise documental e a observação.

Os questionários do tipo semi-estruturado, contendo questões abertas e fechadas, foram aplicados de forma *on line* para os Consultores Avaliadores *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio (SELLTIZ *et al*, 1987).

A análise documental consiste em uma série de operações que visa a estudar e a analisar um ou vários documentos para identificar os critérios de avaliação utilizados pela SETEC quando da autorização e do reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio (GIL, 1987).

A análise documental pôde proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamento de campo a partir da análise dos seguintes documentos como, por exemplo, relatórios de autorização e de reconhecimento, assim como o Manual contendo os critérios para autorizar e reconhecer Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio. Assim, a análise documental, tanto favoreceu o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica quanto a de campo.

A observação tornou-se relevante a partir do momento em que incentivou o pesquisador a verificar a realidade com muito mais cuidado, ou seja, observar se os dados e informações coletados representavam realmente a realidade a qual estava pesquisando.

No que concerne às técnicas de coleta de dados, vale ressaltar que a técnica da análise documental abrange as já utilizadas no desenvolvimento deste trabalho. Foram pesquisadas as fontes e a bibliografia. As fontes são os textos originais ou textos de primeira mão sobre determinado assunto. A bibliografia é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, divulgá-las, analisá-las, refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou de determinado assunto.

O processo de leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa favorece a construção dos argumentos por progressão ou por oposição. Para Ruiz (1979, p. 57) esse tipo de trabalho é denominado de pesquisa bibliográfica já que, para o autor, qualquer espécie de pesquisa, independente da área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer com atividade exploratória, quer para estabelecer o *status quaestions* ou ainda para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa.

Em relação ao processo de coleta de dados vale mencionar, ainda, que os Consultores Avaliadores *ad hoc* foram bastante receptivos, facilitando, dessa forma, o processo de coleta de dados.

Por fim, o objetivo do presente trabalho, o método e as técnicas de coleta de dados justificam a importância do **tratamento qualitativo** dos dados e das informações coletadas. (VAN DEN DAELE, 1969).

De acordo com Trivinos (1987, p. 170), independente da técnica de coleta de dados, os resultados, para que tenham valor científico, precisam reunir certas condições.

A coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação (não a objetividade), por um lado, constituindo os aspectos do critério interno de verdade, e, por outro, a intersubjetividade, o critério externo devem estar presentes no trabalho do pesquisador que pretende apresentar contribuições científicas às ciências humanas.

1.7.5 Limitações do estudo

Independente da sua natureza, seja ela quantitativa ou qualitativa, do referencial teórico escolhido e dos procedimentos metodológicos utilizados, o estudo apresenta limitações que devem ser esclarecidas ao leitor como forma de favorecer discussões sobre o que se está estudando. As limitações do estudo detectadas são as seguintes:

a) quanto à delimitação do problema e à generalização dos resultados.

O estudo em pauta procura propor um modelo com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio, a partir dos fundamentos teóricos e práticos discutidos pelos estudiosos da área considerados neste estudo, assim como do resultado das informações coletadas junto aos Consultores Avaliadores *ad hoc* dos referidos cursos. Além disso, o modelo proposto também é resultado da vivência e da experiência do pesquisador como Consultor Avaliador do MEC. Mesmo assim, tem-se consciência de que os resultados não podem ser generalizados para outras áreas da educação profissional. Eles poderão, porém, servir como subsídios para alavancar o desenvolvimento e a implantação de processos de avaliação de Cursos Superiores.

b) quanto às técnicas de coleta e de tratamento dos dados

As informações constantes neste documento, decorrentes das observações e da análise dos documentos e das bibliografias podem retratar a interpretação subjetiva do pesquisador sobre o modelo de avaliação apresentado como proposta.

Isso porque as percepções das pessoas tendem a ser voláteis, ou seja, essas percepções podem variar em diferentes períodos de tempo, elas retratam um determinado período e uma determinada postura, refletindo em alguns a experiência, quer objetiva quer subjetiva do autor a respeito do assunto.

No próximo capítulo observam-se os fundamentos relativos ao ambiente externo das organizações.

2 AMBIENTE EXTERNO DAS ORGANIZAÇÕES

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar os fundamentos básicos relativos ao ambiente externo das organizações com destaque para os conceitos e os tipos de ambiente, dentre outros assuntos.

O ambiente e sua importância para a definição de contextos organizacionais não teve sempre o mesmo entendimento. Sua configuração variou de acordo com o desenvolvimento dos estudos sociológicos das organizações.

Assim, pode-se enquadrar os estudos ambientais em três períodos, conforme coloca Scott (1983): de 1940 a 1960, os estudos enfatizavam a independência das organizações; na década de 60 predominava a visão da organização como um sistema de lógica fechada e, a partir dos anos 70, o enfoque passou a ser de interdependência cultural e social entre organizações e seus ambientes, passando as organizações a serem vistas como participantes de um sistema de relações interorganizacionais.

Analisando-se o modo como a interação ambiente - organização é considerada do ponto de vista das escolas de pensamento administrativo, pode-se notar diferenças na ênfase voltada para o interior ou para o exterior das organizações.

As escolas clássica, comportamental e quantitativa enfocam aspectos da organização cuja ação do administrador tenha resultado direto, ou seja, aspectos internos. Subestimou-se a importância do ambiente externo, o que, segundo Stoner (2000), não seria necessariamente negativo se o mesmo se mostrasse razoavelmente estável e previsível, o que não ocorre nos dias de hoje.

Foi a escola estruturalista a que iniciou a análise das organizações em interação com o ambiente externo, ao ser influenciada pelas abordagens dos sistemas abertos (CHIAVENATO, 2004).

Hall (2004) também compartilha da divisão dos estudos sobre organizações e ambientes utilizados por Scott (1983), quando afirma que a ênfase no ambiente não é nova, mas parece ter sido redescoberta a partir dos anos 60. Esse autor identifica algumas causas que proporcionaram a redescoberta do ambiente como, por exemplo, os limites das análises estruturais das décadas de 60 e 70; as considerações políticas que levam à preocupação com fontes de controle organizacional e o interesse pelos efeitos das ações organizacionais, entre outros.

A imagem de sistema aberto e a importância dada à tecnologia nos anos 60 levaram a considerar as características estruturais como refletindo contingências ambientais e respondendo às mudanças ocorridas (LAWRENCE, LORSCH, 1973), às complexidades e incertezas (WOODWARD, GALBRATITH, *apud* PUGH, HICKSON, 1978) e motivada pela passagem da ênfase na tecnologia para os vínculos culturais, sociais e políticos entre organizações e ambientes (SCOTT, 1983; ANDRADE, AMBONI, 2002).

Dessa forma, com o deslocamento da ênfase para a organização como sistema aberto, o ambiente passou a ser visto como todos os fenômenos que são externos à população em estudo e que a influenciam potencial ou realmente, conforme Hall (2004) ou como partes do meio que são relevantes ou potencialmente relevantes para que a organização estabeleça-se e atinja seus objetivos.

Reforçando a importância do ambiente, Hall (2004) afirma que as organizações operam dentro de um contexto do qual dependem para sobreviver, manter-se, crescer e desenvolver-se. É do ambiente que as organizações obtêm recursos e informações necessários para seu funcionamento e é no ambiente que colocam o resultado de suas operações. Na medida em que ocorrem mudanças no ambiente, as operações das organizações são influenciadas por elas.

O ambiente que, segundo Oliveira (1988), é também chamado meio ambiente, meio externo, meio ou entorno, é definido por diversos autores. O ambiente é definido por Hicks, Gullett (*apud* CHIAVENATO, 2004) como algo que está fora da organização. Hawley (*apud* HALL, 2004, p. 155) entende por ambiente “todos os fenômenos que são externos à população (a organização) em estudo e que a influenciam potencial ou realmente”. Oliveira (1988, p.260) define ambiente como o “conjunto de todos os fatores que, dentro de um limite específico, se (sic) possa conceber como tendo alguma influência sobre a operação do sistema (organização) considerado”. Luporini e Pinto (1985, p.47) definem que “ambiente de um sistema (organização) é o conjunto de elementos que não pertence a esse sistema, mas que qualquer alteração no sistema pode mudar esses elementos e, por outro lado, uma mudança desses elementos pode alterar o sistema”.

A dinâmica da influência do ambiente sobre a organização ou da organização sobre o ambiente é bastante controversa entre os autores.

Pfeffer, Salancik, Lawrence e Lorsch afirmam que as organizações são influenciadas pelo ambiente, ou seja, que as características organizacionais dependem das características ambientais. Outros como McNeil e Perrow afirmam o inverso (*apud* HALL, 2004).

Hall (2004) comenta que a verdade provavelmente encontra-se em algum ponto entre esses dois extremos - organização influencia ambiente / ambiente influencia organização. Algumas organizações são influenciadas pelo ambiente em algumas épocas, enquanto que outras, por sua vez, influenciam o ambiente em outras épocas. É possível que uma organização passe de uma posição à outra, ganhando ou perdendo poder no ambiente.

Do mesmo modo, Luporini e Pinto (1985), quando abordam o conceito de ambiente, inferem que qualquer alteração no sistema (a organização) pode mudar os elementos ambientais e, por outro lado, uma mudança desses elementos ambientais pode alterar o sistema.

Para a maior parte dos autores, já citados, o ambiente externo divide-se em dois níveis. Um é constituído pelos elementos que atuam de forma indireta na organização, sendo denominado ambiente indireto, ou ainda, ambiente geral, macroambiente, ambiente maior ou residual. O outro constitui-se pelos elementos que atuam de forma direta e é chamado ambiente direto, operacional ou específico.

O ambiente indireto é definido pelos vários autores como sendo o que não influencia diretamente o funcionamento da organização, mas que pode influenciar as decisões tomadas por seus administradores. Constituem esse ambiente variáveis tecnológicas, político-legais, econômicas, sócio-culturais e internacionais (HALL, 2004; CHIAVENATO, 2003; STONER, 2003; VASCONCELOS FILHO, PAGNONCELLI, 2001).

O ambiente indireto, examinado em termos de seu conteúdo, é formado pelas condições ou variáveis tecnológicas, legais, políticas, econômicas, demográficas, ecológicas e sócio-culturais e seus componentes.

No que diz respeito às variáveis tecnológicas o que se tem é a tecnologia como componente do ambiente, na medida em que as organizações precisam absorver e incorporar as inovações tecnológicas externas em seu interior. É também parte interna das organizações na medida em que é pesquisada, desenvolvida ou transferida e aplicada internamente para atingir objetivos organizacionais. Desse modo, a tecnologia é uma variável ambiental que influencia o comportamento das organizações e uma variável interna, pela qual a organização influencia o seu ambiente e as demais organizações nele inseridas.

Vasconcellos Filho, Pagnoncelli (2001) citam os componentes das variáveis tecnológicas que parecem ser relevantes para os diversos tipos de organizações. São eles: capacidade para aquisição de tecnologia pelo país, capacidade para desenvolvimento de tecnologia no país, transferência de tecnologia pelo país, proteção de marcas e patentes,

velocidade das mudanças tecnológicas, nível de orçamento de P&D do país e nível de incentivos governamentais.

Hall (2004) explica de que forma a variável tecnológica atua sobre a organização, ao dizer que um desenvolvimento tecnológico em qualquer área acaba chegando às organizações com ele relacionadas. Assim que novas idéias deixam de ser propriedade privada de um indivíduo ou organização, estas começam a circular e tornam-se parte do ambiente. Se um desenvolvimento for possível de ser patenteado, o processo é diferente, mas se é significativo, outras organizações procurarão copiá-lo ou ampliá-lo. De qualquer modo, uma organização precisa estar atualizada como os novos desenvolvimentos nas áreas que sejam cruciais para seu sucesso contínuo.

Hall (2004) continua dizendo que as organizações não reagem à mudança tecnológica por meio da absorção, mas sim pela defesa da mudança ou da estabilidade, pois as organizações possuem seus “radicais” ou “reacionários” internos que reagem de forma variada diante das mudanças tecnológicas e de outras mudanças ambientais. E, já que o índice de mudanças não é constante para todas as organizações, o grau em que elas precisam desenvolver mecanismos de resposta varia, mas para todas a tecnologia é uma variável importante.

Já as variáveis legais referem-se ao conjunto de leis e normas que regulam, controlam, incentivam ou restringem determinados comportamentos organizacionais.

Observa-se que elas dependem do contexto político-econômico-social, mas qualquer que seja seu fundamento, a legislação vigente (seja a tributária, trabalhista, comercial, etc.) tem influência acentuada sobre o comportamento das organizações (HALL, 2004).

Para Hall (2004); Vasconcellos Filho, Pagnoncelli (2001), são componentes das variáveis legais, entre as mais importantes, a legislação tributária, a legislação trabalhista, a legislação criminalista e a legislação comercial.

Hall (2004) comenta que quase todas as organizações são afetadas pelo sistema legal, seja de forma direta ou indireta, observando ainda o aspecto dinâmico do sistema legal, quando uma nova lei é aprovada ou uma interpretação é modificada ou, ainda, quando ocorrem mudanças fundamentais na lei. As organizações precisam então fazer as alterações necessárias, caso a lei seja relevante para elas.

Quanto às variáveis políticas, conforme Chiavenato (2003), elas são decorrentes das políticas e critérios de decisão adotados pelo governo nas esferas federal, estadual e municipal, como também pelos governos estrangeiros, quando suas decisões têm influência sobre as atividades da organização.

Segundo ele, as variáveis políticas incluem o clima político e ideológico geral que o governo pode criar e a estabilidade ou instabilidade política e institucional do país em geral, já que esses fatores irão repercutir em algum grau no comportamento das organizações.

Compõem a variável política (VASCONCELLOS FILHO, PAGNONCELLI, 2001):

- Fatores de poder: partidos políticos, sindicatos, instituições religiosas, forças armadas, associações de classe, empresas multinacionais, empresas estatais, ministérios, secretarias de Estado, poder legislativo, poder judiciário e poder executivo, entre outros.

- Estrutura de poder: regime de governo, importância relativa dos fatores de poder, tipos de relacionamentos entre fatores e tipos de participação dos fatores.

- Resultantes da dinâmica da estrutura de poder: política monetária, política tributária, política de distribuição de renda, política de relações internacionais, legislação (federal, estadual, municipal), política de estatização, política de segurança nacional, dentre outros.

Hall (2004) alerta também sobre a existência de um fator político muito importante que é a pressão política. Segundo ele, as leis não são aprovadas sem que haja pressão política, repercutindo, então, sobre as organizações.

As variáveis econômicas são as condições decorrentes do contexto econômico geral, ou seja, é o estado da economia em que a organização atua. (HALL, 2004).

Vasconcellos Filho, Pagnoncelli (2001) e Hall (2004) trazem como componentes das variáveis econômicas o crescimento do PNB, o balanço de pagamentos, o nível de reservas cambiais, a balança comercial, a taxa de inflação, a taxa de juros, a estabilidade monetária, o mercado de capitais, a arrecadação de impostos (federais, estaduais e municipais) e o nível de distribuição de renda, entre outros.

Segundo Hall (2004), as mudanças das condições econômicas são restrições importantes para todas as organizações. Quando há crescimento econômico, geralmente as organizações também crescem e vice-versa. Entretanto, observa-se que as condições econômicas mutáveis não afetam da mesma forma todas as partes de uma organização. Em períodos de dificuldades econômicas, segundo Freeman (*apud* HALL, 2004), a organização tende a cortar os programas que considera menos importantes para suas metas globais, a não ser que haja pressões políticas externas que impeçam essas decisões.

As condições econômicas mutáveis são excelentes indicadores das prioridades das organizações. Uma organização, contudo, não pode ter certeza da real contribuição que cada parte faz para o todo e, já que os períodos de dificuldades econômicas forçam as organizações a avaliarem suas prioridades e cortarem os excessos (caso existam), os critérios utilizados para essas avaliações é que constituem as variáveis-chave.

As variáveis demográficas referem-se às características da população. Vasconcellos Filho, Pagnoncelli (2001) arrolam como componentes dessas variáveis a densidade populacional, a mobilidade interna da população, o índice de natalidade, o índice de mortalidade, a taxa de crescimento demográfico, a taxa de crescimento populacional, a composição e distribuição da população segundo sexo, idade e estrutura familiar.

Segundo Hall (2004), as organizações geralmente fazem suas previsões sobre o mercado pelo censo, porém as mudanças populacionais são menos previsíveis, tornando as organizações mais vulneráveis. Desse modo, numa sociedade na qual raça, religião e etnia são considerações importantes, as organizações deverão também estar alerta para as mudanças nesses aspectos.

Chiavenato (2003) comenta que as variáveis demográficas também exercem influência dentro das organizações devido às características do pessoal que nelas trabalha. As organizações, contudo, submetem esses indivíduos a regras e regulamentos para que eles comportem-se de acordo como os critérios estabelecidos pelas mesmas, influenciando dessa forma os indivíduos que ali trabalham. Apesar disso, os indivíduos igualmente influenciam as organizações quando trazem para dentro delas suas experiências individuais, hábitos, costumes, maneiras pessoais de sentir, pensar, agir e outros. Sendo assim, todos os componentes demográficos influenciam as demais variáveis ambientais, já que o homem influencia o ambiente que o envolve.

Referindo-se à situação ecológica geral que cerca a organização (HALL, 2004), incluindo as condições físicas e geográficas (tipo de terreno, clima, vegetação, etc.) e sua utilização pelo homem, estão as variáveis ecológicas.

Vasconcellos Filho, Pagnoncelli (2001), Chiavenato (2003) e Hall (2004) citam como componentes das variáveis ecológicas o nível de desenvolvimento ecológico, o índice de poluição (sonora, atmosférica, hidrológica, visual) e a legislação sobre o uso do solo e meio ambiente. Os autores lembram que existem outros componentes a serem considerados de acordo com o âmbito de atuação de cada organização.

Pelas variáveis sócio-culturais, a organização sujeita-se a pressões sociais e a influências tanto do meio social como cultural em que está localizada (CHIAVENATO, 2003).

Vasconcellos Filho (1985) aponta como componentes dessas variáveis sócio-culturais:

- a estrutura sócio-econômica (percentual da população pertencente a cada segmento sócio-econômico, hiatos entre os diversos segmentos, condições de vida de cada segmento

(moradia, etc), estrutura de consumo de cada segmento, estilo de vida de cada segmento (tendências) e sistema de valores de cada segmento;

- a estrutura sindical (tipos de organização, tipos de conflitos, graus de participação e características ideológicas);
- a estrutura política (características ideológicas, organizacionais, tipos e graus de participação);
- nível de alfabetização;
- nível de escolaridade;
- características da orientação educacional (tendências);
- estrutura institucional do sistema educacional (tendências);
- meios de comunicação (estrutura institucional do setor, graus de concentração, regime de funcionamento, níveis de audiência e leitura - tendências).

Stoner (2000) afirma que os valores e costumes de uma sociedade estabelecem diretrizes que determinam como as organizações atuarão.

Segundo Hall (2004), a cultura não é uma constante. Os valores e normas se alteram na medida em que acontecem fatos que afetam a população.

Chiavenato (2003) argumenta que a opinião pública sofre alterações e influi sobre as atividades das organizações, por exemplo, facilitando ou dificultando a aceitação de um produto ou serviço ou criando uma imagem favorável ou desfavorável para as atividades da organização.

Outro modo, ainda, pelo qual as variáveis sócio-culturais podem afetar as organizações são as mudanças nas preferências do consumidor.

Segundo Thomas (*apud* VASCONCELLOS FILHO, MACHADO, 1982) a influência dessas variáveis é indireta, mas como não existe homogeneidade entre as organizações, cada uma sofrerá efeitos diferentes.

Caracterizando ambiente indireto ou geral, Emery, Trist (*apud* CHIAVENATO, 2003) abordam quatro tipos de textura ambiental, cada uma proporcionando determinado comportamento organizacional. Cada tipo desenvolve condições externas para um determinado tipo de organização mais adequado. São eles:

- Ambiente tipo 1: meio “plácido” e randômico. É o ambiente mais simples e estático. As empresas concorrentes vendem produtos homogêneos. Cada empresa é relativamente tão pequena que sozinha não pode influenciar o mercado, tampouco afetar as demais empresas do mesmo mercado. Seus objetivos são relativamente estáveis, distribuídos ao acaso, sem ligação

entre as partes. O crescimento de suas atividades geralmente se dá de modo isolado da causalidade ambiental. Sobrevivem isoladamente, sendo que dificilmente se adaptar-se-iam a um outro ambiente. São os bares, mercearias, pequenas oficinas artesanais, pequenas lojas e bazares.

Nessas empresas quase não existem níveis hierárquicos, pois não há necessidade de separar o nível tomador de decisões do nível intermediário. Sendo um ambiente estático e conservador, a melhor estratégia é a tática, já que para atender às pequenas variações locais, o método do ensaio-e-erro é suficiente. O dirigente é geralmente o próprio gerente.

- Ambiente tipo 2: meio “plácido” e segmentado. É um ambiente também estático, porém mais complexo. Os produtos/serviços oferecidos pelas organizações concorrentes são diferentes, sendo necessário que cada organização conheça seu mercado e reflita esse conhecimento no projeto e desenho de seu produto/serviço. Cada empresa estabelece seu domínio e tem alguma influência sobre o mercado, mas não afeta as outras empresas. Seus objetivos estão concentrados em algum produto/serviço específico e não em uma variedade deles. Tendem a crescer em tamanho, tornando-se multifuncionais, hierarquizadas e com controle e coordenação bastante centralizados. Geralmente necessitam de concentração de recursos, subordinação a um plano central e domínio baseado no desenvolvimento de uma “especialização distintiva” em sua tecnologia, para diferenciar-se das outras e atingir os objetivos estratégicos. Dedicam-se a um tipo de produto/serviço para o qual não existe um mercado competitivo. Compõem esse ambiente as empresas de grande porte e que dominam a tecnologia de um determinado produto numa determinada região. A estratégia distinta da tática é a resposta da empresa para esse modelo ambiental, pois existe a separação entre os níveis de tomada de decisão e intermediário. Sua sobrevivência está vinculada a seu conhecimento sobre o ambiente.

- Ambiente tipo 3: ambiente “perturbado e reativo”. É um ambiente mais dinâmico do que estático. Existem poucas empresas, sendo que as atividades de uma geralmente repercutem sobre as outras. Nesse ambiente desenvolvem-se empresas de mesmo porte, mesmo tipo e objetivos semelhantes. Todas elas dispõem das mesmas informações sobre o mercado e pretendem o domínio do mesmo. Procuram saber o que as outras organizações farão e onde querem chegar. O sucesso de cada empresa é aumentado pelo conhecimento do ambiente e de sua resposta às variações ambientais. Aí estão presentes os níveis institucional, intermediário e operacional. No entanto, a flexibilidade requerida nesse ambiente exige uma

descentralização. São exemplos as empresas que se dedicam a negócios diversificados ou algumas que atuam num mercado disputado, como as companhias de petróleo.

- Ambiente tipo 4: meio de “campos turbulentos”. É um ambiente dinâmico e variado. Esse dinamismo não é causado somente pela presença de outras empresas, mas pela variação existente no próprio ambiente, devido às mudanças nas outras organizações. A variação dos componentes da empresa afeta o ambiente, e vice-versa, criando um alto grau de incerteza para o sistema que precisa enfrentar situações cada vez mais complexas e imprevisíveis. É necessária a colaboração mútua entre as empresas para sua adaptação, diminuindo assim a incerteza tecnológica e possibilitando um controle organizado e respeitado. A turbulência é decorrente da complexidade e do caráter multifacetado das interconexões causais, face à sua complexidade e incerteza. À medida que a turbulência aumenta, aumenta a necessidade de funções situadas fora das fronteiras para proteger a empresa.

Já que a turbulência, segundo Adams (*apud* CHIAVENATO, 2003), aumenta de forma exponencial, a atenção às funções de periferia e fronteira vem aumentando significativamente, uma vez que elas fazem a ligação da empresa com o ambiente externo. Nesse ambiente, deve haver alguma forma de acomodação entre as organizações dissimilares, como um relacionamento que ao mesmo tempo maximize a cooperação e reconheça a autonomia de cada empresa. Nesse ambiente também ocorre uma mudança contínua associada com inovação. Para trabalhar com essa incerteza, os níveis intermediário e operacional não apresentam muita separação, levando a um processo de tomada de decisão lateral, buscando uma adaptação organizacional adequada diante da complexidade e incerteza (MCWHINNEY, *apud* CHIAVENATO, 2003).

Visto o conteúdo do ambiente indireto ou geral, é necessário que se realize um mapeamento do espaço ambiental. Esse mapeamento deve ser entendido como uma localização da empresa num determinado ambiente que, por sua vez, está contido no ambiente universal.

Segundo Starbuck (*apud* CHIAVENATO, 2003), as empresas têm acesso a um grande número de variáveis ambientais, porém elas escolhem as que serão observadas. É a chamada seleção ambiental, pela qual somente uma parte de todas as variáveis ambientais possíveis participam do conhecimento e experiência da organização.

O ambiente entra na organização como informação e, conforme Hall (2004), como toda informação, está sujeito aos problemas de comunicação (omissão, distorção e

sobrecarga) e do processo decisório (complexidade das condições em que as decisões são tomadas e dificuldades na previsão dos resultados).

Assim como as percepções dos indivíduos são moldadas por suas experiências, com as organizações ocorre a mesma coisa. O mesmo ambiente pode ser percebido e interpretado de modo diferente por duas ou mais organizações. Essa percepção está ligada ao que cada organização considera importante no ambiente (HALL, 2004).

Hall (2004) lembra, ainda, que não são as organizações que percebem seus ambientes, mas os indivíduos que dentro delas têm a função de ligar as atividades organizacionais com o contexto ambiental. Esses terão que se ajustar dentro dos critérios adotados pela organização.

Há, ainda, a noção de fronteira, ou limite. Essa sugere que há algo fora da organização: seu ambiente. A fronteira serve para separar a organização do ambiente que a envolve (HALL, 2004).

As fronteiras entre uma organização e seu ambiente podem ser definidas em termos de valores e atitudes de seus membros (quando se identificam com as regras e regulamentos internos) ou em termos físicos (o que é definido como “território” da organização e o que não é). Podem ainda ser definidas por outras abordagens, dependendo dos fenômenos organizacionais que estão sendo observados ou percebidos (CHIAVENATO, 2003).

Aldrich (*apud* HALL, 2004) diz que as organizações reivindicam um domínio ou mercado. Todas as organizações precisam estabelecer um domínio (THOMPSON, 1976). O domínio de uma organização identifica os pontos em que ela depende de entradas do ambiente e os pontos de saída para o ambiente. Desse modo, o domínio é a área de dependência, como também é a área de poder da organização em relação ao seu ambiente.

Segundo Thompson (1976) e Hall (2004) uma organização tem poder em relação a um elemento de seu ambiente, na medida em que monopoliza a capacidade de satisfazer necessidades desse elemento.

Thompson (1976) adota o conceito de ambiente operacional como é usado por Dill (*apud* THOMPSON, 1976, p.43) para identificar “[...] as partes do meio ambiente que são ‘relevantes ou potencialmente relevantes para estabelecer e atingir um objetivo’”. Compõe-se de quatro setores principais: clientes (distribuidores e usuários); fornecedores (de materiais, mão-de-obra, capital, equipamento e espaço de trabalho); concorrentes (de mercado e recursos); e grupos regulamentadores (órgãos do governo, sindicatos e associações de firmas). Esses setores podem ser assim definidos:

- **Clientes.** O cliente de uma organização pode ser um fabricante, um distribuidor ou um usuário de seus produtos ou serviços, conforme for o caso. Geralmente esse setor é chamado de mercado, ou seja, o conjunto de todos os indivíduos ou organizações que comprem ou podem ser induzidos a comprar um produto ou serviço. Esse mercado é que vai absorver as saídas da organização. Tanto o mercado atual como potencial precisam ser considerados para que a organização possa conservar seus clientes antigos e conquistar outros.

- **Fornecedores.** Esse setor é o mercado de suprimento das entradas. São empresas que fornecem todas as entradas necessárias para as operações da organização, com as quais ela mantém relações de dependência. As organizações geralmente lidam com fornecedores de materiais, tratados pela área de compras; fornecedores de capital (acionistas, investidores particulares, bancos comerciais, bancos de investimento etc.), tratados pela área financeira; fornecedores de equipamentos e serviços (organizações prestadoras de serviços, como propaganda, energia, processamento de dados, assistência médico-hospitalar etc.) e fornecedores de espaço de trabalho (espaço a ser comprado, alugado, arrendado, entre outros).

- **Concorrentes.** Esse setor é constituído por empresas que concorrem entre si. Os concorrentes disputam os recursos necessários, ou seja, disputam fornecedores e clientes. Para aumentar sua participação no mercado, a organização precisa satisfazer, melhor (mais) os clientes que seus concorrentes. Tanto para saídas como para entradas, alterando o mecanismo de oferta e procura do mercado, interferindo nas disponibilidades, nos preços, na qualidade e na facilidade ou dificuldade na obtenção dos recursos necessários para a organização operar. Assim, a concorrência afeta o comportamento do ambiente, provocando turbulência ambiental.

- **Grupos regulamentadores.** Esse setor é constituído por organizações que de alguma forma controlam ou restringem as operações de uma organização. Incluem os órgãos do governo, sindicatos, associações entre organizações, associações de classe etc. Verifica-se ainda que esses grupos regulamentadores reduzem o grau de liberdade no processo de tomada de decisão da organização, pois eles vigiam, fiscalizam e controlam suas operações. Isso gera custos para as organizações que, por sua vez, têm que ser comparados com os custos em que as organizações e a sociedade incorreriam caso não houvesse atuação por parte desses grupos regulamentadores.

Thompson (1976) e Hall (2004) comentam que assim como existem dois domínios idênticos, também não existem dois ambientes operacionais idênticos. Os componentes do ambiente operacional de uma determinada organização serão determinados pelos requisitos da tecnologia, pelos limites do domínio e pela composição do ambiente indireto.

A relação que existe entre uma organização e seu ambiente operacional é essencialmente de permuta. Assim é que um elemento do ambiente direto pode achar necessário ou conveniente não continuar com o apoio que vinha dando à organização. Desse modo, o ambiente direto, ou operacional constitui uma contingência para essa organização (THOMPSON, 1976; HALL, 2004).

Todos os componentes (proteção de patentes, legislação tributária, política de relações internacionais, taxa de juros, índice de natalidade, índice de poluição atmosférica, sistema de valores e outros) de cada uma das variáveis abordadas (tecnológicas, legais, políticas, econômicas, demográficas, ecológicas e sócio-culturais) constituem forças ambientais que agem sobre as organizações, positiva ou negativamente, facilitando ou dificultando suas operações.

Diversos autores classificam essas forças ambientais. A maioria as polariza em ameaças e oportunidades.

Thompson (1976) e Hall (2004) concluíram que o problema fundamental para os departamentos de uma organização não é a coordenação de variáveis sob controle, mas sim o ajuste às coações e contingências não controladas pela organização (as variáveis externas). Geralmente, as organizações encontram suas coações ambientais localizadas no espaço geográfico ou na composição social de seus ambientes.

Quanto ao espaço geográfico, este é abordado em termos de distância entre pontos dentro dele. Geralmente as organizações medem essa distância em termos de custos de transporte ou de comunicação.

Quanto à composição social pode-se ter diferentes ambientes diretos, ou operacionais. Cada organização relaciona-se apenas com uma parte do ambiente indireto, ou geral. Essa parte passa a ser o seu ambiente direto, que apresenta determinadas características as quais diferem nas demais organizações.

Thompson (1976) e Hall (2004) adotam as dimensões apontadas por Dill (1958) que lida com o grau de homogeneidade e o grau de estabilidade. Desse modo, a composição social dos ambientes operacionais pode ser caracterizada numa dimensão homogêneo-heterogêneo e estável-instável. Disso aprende-se que:

- **Ambiente operacional homogêneo.** É composto por clientes, concorrentes, fornecedores e grupos regulamentadores similares. Pelos problemas apresentados por essas categorias, as organizações não são tão diferentes. De acordo com Aldrich (*apud* HALL, 2004, p.166) “um ambiente homogêneo é mais simples para as organizações, já que é possível desenvolver modos padronizados de reação. Muitas organizações tentam tornar seu ambiente mais homogêneo, limitando os tipos de clientes atendidos, os mercados em que ingressam e assim por diante”. Nos ambientes homogêneos e estáveis fica mais fácil detectar os vínculos inteorganizacionais estabelecidos pelas organizações, os clientes e os fornecedores. Nesse ambiente há pouca segmentação de mercados.

- **Ambiente operacional heterogêneo.** Os grupos (clientes, concorrentes, regulamentadores etc) são bastante diferentes. Com isso, segundo Hall (2004), não se visualiza a padronização, mas sim a instabilidade e a imprevisibilidade. Cada uma das categorias impõe problemas diferentes à organização. Nesse ambiente há muita segmentação de mercados.

- **Ambiente operacional estável.** Nele ocorrem poucas mudanças. Quando ocorrem, são mais de cunho incremental do que radical. Há maior previsibilidade das consequências das mudanças pretendidas.

- **Ambiente operacional instável.** Representa um tipo de área no qual se detectam muitas mudanças decorrentes da imprevisibilidade e da turbulência ambiental. A turbulência para Hall (2004, p.167) significa “que existe uma boa quantidade de interconexão casual entre os elementos do ambiente. Num ambiente turbulento, há um alto índice de interconexão ambiental”. Por exemplo, num ambiente turbulento, uma mudança econômica tem ramificações políticas e tecnológicas. Essas mudanças segundo Hall (2004) reduziram a base para impostos no nordeste dos Estados Unidos, forçando aumentos das taxas de impostos para manter-se serviços essenciais e não-essenciais, o que, por sua vez, levou a decisões adicionais de mudar-se. O efeito de tais mudanças pode ser transferido para outros setores, como por exemplo, educação e saúde.

Thompson (1976) e Hall (2004) ressaltam que as organizações enfrentam ambientes operacionais mistos, localizados em algum ponto no continuum homogeneidade-heterogeneidade e estabilidade-instabilidade ambiental.

Assim:

- A organização cujo ambiente operacional é relativamente homogêneo e relativamente estável tende a apresentar uma estrutura organizacional simples, com uma departamentalização com poucas divisões funcionais e, se estas fossem subdivididas, apresentariam diversos departamentos ou seções semelhantes. Essa organização dependeria primeiramente de reações padronizadas ou regulamentos de adaptação, sendo que os departamentos ou seções seriam agências aplicadoras de regulamentos e a administração encarregar-se-ia da execução dos regulamentos.

- A organização cujo ambiente operacional é heterogêneo, porém estável, tende a apresentar uma variedade de divisões funcionais. Cada uma dessas divisões corresponderia a um segmento relativamente homogêneo do ambiente operacional. Cada segmento dependeria principalmente de regulamentos para sua adaptação. Essas divisões funcionais podem ser ainda mais subdivididas, seja numa base geográfica ou semelhante, em departamentos ou seções semelhantes ou uniformes e seriam somente agências aplicadoras de regulamentos.

- A organização cujo ambiente operacional é dinâmico mas relativamente homogêneo necessita componentes da estrutura organizacional diferenciados ou subdivididos quando sua capacidade de necessitar de ampliação. Com o ambiente dinâmico, surgem novas complicações para a organização. No entanto, como o ambiente é homogêneo, espera-se que os departamentos ou seções da organização sejam estabelecidos por área no espaço geográfico. Dessa forma, as divisões regionais nesse ambiente dinâmico estarão preocupadas com o planejamento de reações às mudanças ecológicas. Em consequência de o ambiente ser dinâmico, essas divisões regionais serão descentralizadas.

- A organização cujo ambiente operacional é heterogêneo e dinâmico apresenta, em sua maioria, unidades funcionalmente diferenciadas para que possam corresponder aos diversos segmentos do ambiente operacional. Cada unidade procura funcionar numa base descentralizada para controlar e planejar as reações para com as flutuações em seu setor do ambiente operacional, ou direto.

Tompson (1976) e Hall (2004) resumem o argumento ao impacto do ambiente operacional, ou direto, sobre a estrutura de unidades nestes termos: quanto mais heterogêneo o ambiente operacional, maiores as coações impostas à organização e quanto mais dinâmico o ambiente operacional, maiores as contingências impostas à organização.

Finalmente, pode-se concluir que as organizações trabalham dentro de um determinado contexto ambiental, aqui designado ambiente indireto, ou geral, que as influencia e as leva à escolha de um domínio para sua atuação. Ao escolhê-lo, a organização acaba por definir seu ambiente direto, ou operacional, ou seja, o cenário para suas operações,

Uma vez apresentados os fundamentos básicos a respeito do ambiente externo das organizações, apresentam-se no próximo capítulo os conteúdos relativos aos modelos de avaliação aplicados no Brasil, bem como o modelo proposto pela SETEC para avaliar as condições de autorização e de reconhecimento dos CST's.

3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Apresentam-se no presente capítulo as bases da avaliação institucional, desde as considerações conceituais, os modelos de avaliação aplicados no Brasil até o Sistema Nacional de Educação de Ensino Superior – SINAES.

3.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

A Avaliação Institucional é um processo imerso em aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Em assim sendo e na medida em que ela constitui uma das ações de avaliação no contexto do Sistema de Avaliação do Ensino Superior Brasileiro, trazendo para o escopo desta pesquisa, não pode ser concebida isoladamente. (COLOGNESE, 1998; RIBEIRO, 2000).

Da mesma forma, nesse processo, as Instituições de Ensino Superior devem atentar para as obrigações de lei implicadas, na medida em que essas ações de avaliação subsidiam e constituem pré-requisitos nos processos de credenciamento periódicos dessas instituições.

Nessa perspectiva, a Avaliação Institucional de Instituições de Ensino Superior precisa ter como premissa básica a relativização das inter-relações existentes nos processos acadêmicos. No entanto, mas não de maneira paradoxal, deve também avaliar o atendimento às expectativas da sociedade na qual se encontra inserida, sem perder de vista suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

É nesse desenho que brota a relevância maior desse processo de avaliação institucional. Se por um lado, existe o ato legal de poder instituído, o Estado; de outro, ela se apresenta como ferramenta poderosa para as necessárias mudanças na educação superior, visando à melhoria na qualidade e maior aproximação com a sociedade contemporânea.

Na visão de Andrade, Amboni (2005) os processos avaliativos conduzidos individualmente pelas instituições também se vincularão a funções de regulação e de auto-regulação. Esses processos são básicos e, portanto, obrigatórios para que a instituição integre-se formalmente ao sistema de educação superior, cumprindo as exigências concernentes a autorizações de funcionamento, credenciamento, credenciamento, credenciamento, transformações e demais

instrumentos legais. Em outras palavras, a auto-avaliação pode ser o instrumento básico obrigatório e imprescindível para todos os atos de regulação, cujo exercício é prerrogativa do Estado. Por outro lado, toda regulação deve ser feita de modo articulado à auto-avaliação.

O projeto de avaliação institucional deve, assim, ser traduzido para a realidade e os desafios que cada Instituição de Ensino Superior propõe-se a atingir. De maneira geral, a preocupação fundamental é com as condições para a elevação do padrão de qualidade da instituição. Assim, como subsídio à gestão, torna-se um excelente instrumento para o desenvolvimento institucional.

Segundo Gasparetto (*apud* ANDRADE, AMBONI, 2005, p.179)

A avaliação institucional é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. É impensável concebê-la dissociada da mudança, mais do que isso, de uma cultura da mudança. Essa é exigida pela dinâmica da realidade científica, tecnológica, cultural, organizacional, política e social. O fato é que o mundo, a sociedade, a economia, mudam num ritmo cada vez mais acelerado. Essa aceleração da mudança agrava o processo de corrosão e de obsolescência dos conhecimentos e das tecnologias e explicita a necessidade de atualização, de renovação do conhecimento, de mudanças. Essas impõem desafios à universidade

Esses desafios, no contexto deste estudo, para as instituições de ensino superior, compreendem o processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior.

Nesse sentido, a avaliação apresenta-se também com um caráter pedagógico imprescindível no processo de desenvolvimento da instituição, englobando atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão das IES, em todos os seus aspectos, especialmente em suas relações com as ciências, a cultura e as artes, tendo como objetivo maior a articulação de informações e a garantia de uma visão de conjunto da qualidade da instituição junto à sociedade.

Para Andrade, Amboni (2005) de uma forma geral, um projeto de Avaliação Institucional engloba a sensibilização, a auto-avaliação, a avaliação externa e a reavaliação.

A sensibilização deve criar as condições psicológicas propícias ao contínuo desenvolvimento da Avaliação Institucional.

A avaliação interna ou a auto-avaliação institucional tem por objetivo identificar, analisar e entender a realidade institucional utilizando-se de indicadores internos e externos, com ênfase nos indicadores internos, construídos de forma participativa e valorizando a análise histórica de outros momentos avaliativos vividos na instituição.

Torna-se fundamental no processo de auto-avaliação ocorrer a participação efetiva da comunidade acadêmica e não acadêmica, visando ao confronto do que pensam os atores internos em relação aos externos.

Uma instituição que se proponha viver um processo de auto-avaliação institucional precisa planejar as etapas desse processo a fim de alcançar sucesso, sendo estas: preparação; elaboração do projeto; de organização do processo; de condução do processo; resultados e informes; validação; plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente.

A avaliação externa corresponde à submissão dos trabalhos executados na Avaliação Interna, dos resultados alcançados e das mudanças por eles induzidas ao crivo de examinadores externos que, por não estarem envolvidos com aquela realidade, podem realizar uma crítica isenta e construtiva.

A avaliação externa tem, pois, o objetivo de evitar que a avaliação institucional, como um todo, resulte em um retrato corporativo de como a instituição pretende ser, não do que ela é e do que dela espera a sociedade.

A avaliação externa pode contribuir, em muito, para o incremento dos padrões de qualidade dos cursos e da instituição. A avaliação por pares pode representar um passo importante no processo de avaliação institucional. Seu traço distintivo consiste no fato de essa se constituir em um *olhar de fora*, livre, realizado por professores com reconhecido conhecimento e competência no meio universitário.

A última etapa processo de avaliação institucional corresponde à releitura de tudo o que já foi realizado, até então, a partir das conclusões apresentadas pelos avaliadores externos.

Neste momento, os segmentos envolvidos no processo podem efetuar ajustes e mudanças, a partir da discussão da avaliação externa, em cada segmento ou setor, da elaboração dos ajustes no processo de incremento de qualidade e da implementação de ações para minimizar os pontos fracos e alavancar os pontos fortes.

A avaliação institucional, então, emerge como instrumento referencial para o planejamento. Constitui-se, assim, em uma ferramenta geradora de conhecimento que possibilita a evolução da qualidade das instituições, respeitando delas a sua missão, contemplando o Plano de Desenvolvimento Institucional e os projetos pedagógicos de cada curso, permitindo a participação de toda comunidade e prestando contas à sociedade (ANDRADE, AMBONI, 2005).

De acordo com Colognese (1998), a Avaliação Institucional das Universidades tem se mantido como um dos principais temas na agenda de discussões do Ensino Superior Brasileiro a partir do final dos anos 1980. As iniciativas de implantação de sistemas de avaliação nas

Universidades brasileiras, pelo governo federal, contudo, surgiram antes. A reforma universitária de 1968 e a regulamentação da pós-graduação introduziram à revelia da comunidade acadêmica, a partir dos anos 70, um sistemático programa de avaliação da pós-graduação *Stricto Sensu*, com finalidades de credenciamento, alocação de recursos financeiros e bolsas de estudo. Com os aperfeiçoamentos e a participação da comunidade acadêmica envolvida, apesar dos percalços, esse sistema de avaliação estabeleceu-se e consolidou-se.

3.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NO BRASIL

No final da década de 80 e início da década de 90 surgiram os primeiros textos que tinham a avaliação como tema principal, em que ficou evidente a preocupação com o controle da qualidade das Instituições de Ensino Superior, em virtude da expansão acelerada que se verificava pelo crescente número de instituições e matrículas neste nível de ensino. Dessa forma, a avaliação foi preponderantemente concebida como instrumento para as IES prestarem contas com relação aos investimentos públicos no setor. (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

Assim surgiu, em 1983, motivada pelo desejo de subsidiar alternativas para a melhoria da educação superior, a primeira proposta de avaliação da educação superior no país, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU). Evidenciou-se que se constituiu de questionários que foram respondidos pelos discentes, docentes e dirigentes universitários, acolhendo estudos sobre a estrutura administrativa, a expansão das matrículas e a sua caracterização, a relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e técnico-administrativo, vinculação com a comunidade, entre outros. (RIBEIRO, 2000; SINAES, 2003; SINAES, 2004).

Nesse contexto, o governo federal iniciou a caminhada para tornar a avaliação uma política de governo com vistas a regular e qualificar a expansão do ensino superior, com a implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) pela Comissão Nacional de Avaliação, em 26/11/1994. Em seguida, outras medidas para efetivação da política federal de avaliação foram tomadas, entre elas a publicação da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, que instituiu a realização anual de Exames Nacionais de Cursos (ENC); do Decreto 2.026, de 10 de outubro de 1996, que estabeleceu procedimentos

de avaliação de cursos e instituições de ensino superior e, finalmente, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e base da educação nacional, que acabou por estabelecer em definitivo o processo de avaliação permanente do ensino superior, condicionando a este os atos legais de autorização e reconhecimento de cursos, bem como credenciamento e recredenciamento de instituições (BRASIL, 1996).

Dias Sobrinho (2002), dentro da linha positivista, aborda o Exame Nacional de Cursos, o famoso “provão”, que considera o mais emblemático modelo avaliativo do ensino de graduação no Brasil. Nessa perspectiva positivista, cabe ressaltar ainda a Análise das Condições de Oferta (ACO), procedimento que fecha o controle sobre o ensino superior. Em contraposição, correspondendo à perspectiva qualitativa, participativa, democrática, holística, entre outros léxicos, destaca-se o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Conforme Torneziello (2001), as novas determinações previstas na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional estão sendo regulamentadas por resoluções que têm promovido uma ampla reflexão sobre a educação superior. Regime de trabalho, titulação do corpo docente e avaliação institucional interna e externa, entre outras, são algumas das questões que têm suscitado inúmeras reflexões em relação aos compromissos sociais da Universidade. O autor ressalta, ainda, ser necessário revisar a forma como são entendidos a estrutura organizacional e o comprometimento da universidade, como também o currículo dos cursos de graduação, a formação profissional dos alunos e a atuação dos professores.

Passados alguns anos, agora com a cultura da avaliação mais amadurecida no contexto das instituições de ensino superior, o MEC publica a Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituídos na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Cabe observar que a implantação desse novo sistema de avaliação amplia o escopo da avaliação institucional, principalmente incluindo a avaliação periódica dos discentes por meio da constituição de uma comissão permanente de avaliação, ficando responsável pelo planejamento e execução das atividades de avaliação que retro-alimentarão o SINAES como um todo.

O PAIUB, o ENC, o ACO e o SINAES foram muito importantes na formação e consolidação da cultura de avaliação nacional, sendo essencial frisar como uma das principais contribuições o estabelecimento de indicadores, baseados em experiências desenvolvidas por um período de tempo em inúmeras universidades brasileiras. Tais indicadores são resultados de um consenso político-pedagógico que foram validados em grandes universidades,

propiciando a definição de importantes indicadores quantitativos que, analisados sob uma ótica qualitativa, podem' substanciar os passos iniciais do processo de avaliação nas instituições de ensino superior. (VERSIEUX, 2004; RISTOFF, 1995).

Diante desse contexto, este pesquisador constata que a educação vive um momento privilegiado, pois temas e questões que há muito angustiam a comunidade acadêmica e a sociedade, atualmente vêm-se forçosamente incluídos nas pautas de discussão com a necessária participação de todos os atores envolvidos nos destinos da Instituição. Cabe ao ensino superior construir novos caminhos, aproveitando o processo de avaliação para aperfeiçoar e disseminar as boas práticas, enquanto busca soluções para os problemas existentes.

As instituições de ensino superior que não se dispuserem à permanente discussão ensejada pela avaliação institucional, além de sofrer as sanções impostas pelas legislações vigentes, certamente encontrarão muito antes o repúdio da sociedade aquelas que não estiverem comprometidas com o seu pleno desenvolvimento. Outrossim, que aproveitem a oportunidade para o estabelecimento de novos paradigmas de ensino, que as bem diferenciem na promoção de novas vias de desenvolvimento para a sociedade a que servem.

3.3 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB)

Durante os anos de 1993 e 1994 o país viveu um momento histórico no que se refere à avaliação. Por iniciativa da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e Planejamento, o MEC passou a articular e financiar o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB). Importa ressaltar que 71 Universidades submeteram projetos de avaliação à Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC), com o objetivo de participar dessa nova experiência. (RISTOFF 1994).

Assim, em 1993, surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que tinha por base o princípio da adesão voluntária das universidades. O PAIUB concebia a auto-avaliação como etapa inicial de um processo que abrangeria toda a instituição e que se completava com a avaliação externa. Com uma nova forma de

relacionamento com o conhecimento e a formação, buscou diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, estabelecendo novos patamares a serem alcançados. Constituiu-se numa experiência curta que se encerrou com a perda do apoio do governo, contudo emprestou legitimidade à cultura da avaliação e promoveu mudanças visíveis na dinâmica universitária.

Para Dias Sobrinho (2002), o PAIUB buscou ser um amplo processo de avaliação que se caracterizava por ser interpretativo, analítico, educativo e, por consequência, transformador.

Consiste em uma ação sistemática e coletiva de compreensão global de uma instituição (neste caso, a universidade) e a atribuição de juízos de valor sobre o conjunto de suas atividades, estruturas, fins e relações, com o propósito de melhorar a instituição, tendo em conta suas características de identidade e sua missão. Trata-se, portanto, de atentar para os processos e contextos, não somente para os produtos, de compreender as relações e não meramente aspectos fragmentados e desarticulados de uma visão de conjunto. Tem como horizonte heurístico a globalidade, a visão integrada. Utiliza metodologias qualitativas ao lado de quantitativas. É uma construção coletiva, participativa e negociada, motivada sempre por uma ética social e uma intencionalidade vigorosamente educativa. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 69).

De acordo com Rebelo, Colossi, Estevam (2004), o PAIUB teve como objetivo geral promover a revisão e o contínuo aperfeiçoamento do projeto sócio-político da Instituição. Dessa forma, a instituição pôde qualificar as suas ações e cumprir os seus compromissos científicos e sociais. Observam ainda que isso seria alcançado por meio dos seus objetivos específicos, pois encontrar-se-ão nestes os indicadores operacionais da instituição.

No Documento Básico de Avaliação Nacional elaborado em 1993 (*apud* ANDRADE, AMBONI, 2005, p.184), vê-se descrito que:

A avaliação institucional sistemática é uma maneira de se estimular o aprimoramento da realização de uma atividade, e de evitar que a rotina descaracterize objetivos e finalidades desta mesma atividade. Voltada ao aperfeiçoamento e à transformação da universidade, a avaliação significa um balanço e um processo de identificação de rumos e de valores diferentes. Seu traço distintivo é a preocupação com a qualidade, tornando-se um processo contínuo e aberto, mediante o qual todos os setores da Universidade e as pessoas que os compõem participem do repensar objetivos, modos de atuação e resultados de sua atividade, em busca da melhoria da instituição como um todo. Ao lado de indicadores clássicos, de ordem Quantitativa, a avaliação institucional implica dimensões qualitativas inclusive aquelas vinculadas ao projeto acadêmico.

Pode-se inferir que a avaliação é uma ferramenta para revelar, preservar e estimular a pluralidade que caracteriza as IES, não significando que pode esgotar e resolver todas as discordâncias, dúvidas e contradições inerentes a um ser e fazer acadêmico. Além disso, nas dimensões qualitativas e quantitativas, em um processo de avaliação, deve-se ter um olhar, sempre que possível, do ponto de vista do mérito, de marcadores e/ou de indicadores

institucionais que expressem sua grandeza quantitativa em séries históricas e que também sejam passíveis de comparação e acompanhamento, além de considerações sobre a sua relevância e/ou pertinência para o contexto social em que se inserem e para a produção do conhecimento, procurando o olhar conjunto dessas dimensões.

Nessa perspectiva, também segundo o Documento Básico de Avaliação das Universidades, o PAIUB tinha por princípios:

Uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica, considerando a descentralização dos procedimentos para a tomada de decisão, deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional. (ANDRADE, AMBONI, 2005, p.185)

Esse novo programa, pois, não visava promover um ranqueamento das Instituições de Ensino Superior, mas sim implantar a comparabilidade no sentido da formação de uma uniformidade básica de metodologia e indicadores. Observe-se ainda que os idealizadores do PAIUB entendiam que a avaliação pressupõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamentos derivados dos objetivos que orientam a instituição (RISTOFF, 1994).

O mesmo autor destaca ainda que o PAIUB baseava-se no princípio da não punição ou premiação e, em contrapartida, deveria propiciar a formulação de políticas, ações e medidas institucionais que almejassem a solução das deficiências encontradas. Ou seja, existe na avaliação uma função educativa que sobrepõe a dualidade do crime e do castigo. É essa função educativa que pode ensejar a instalação da cultura da avaliação, buscando galgar-se tanto na história quanto na realidade institucional.

De acordo com Andrade, Amboni (2005), o PAIUB objetivava com a avaliação de desempenho da Universidade Brasileira uma forma de rever e aperfeiçoar a projeto acadêmico e sócio - político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

Ainda segundo esses autores, a partir desse objetivo geral, podem ser destacados os seguintes objetivos específicos do programa:

1. impulsionar um processo criativo de auto - crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto - avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;
2. conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
3. (re)estabelecer compromissos com a sociedade. explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes;
4. repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira;
5. estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes (p.185).

O Documento Básico do PAIUB evidencia que a avaliação de uma universidade a partir do momento que possui diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades – ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade, tem o caráter de ser institucional. Disso deriva a necessidade de se buscarem prioridades institucionais, dentro da disponibilidade de seus recursos para a análise daquilo que dentre as dimensões apresenta relevância de acordo com o planejamento.

Definidas as prioridades, outro elemento a ser evidenciado no processo de avaliação, ainda segundo o PAIUB, é necessidade do real envolvimento de todos os membros nas várias etapas do processo: procedimentos, implantação e utilização dos resultados para que sejam traduzidos em ações voltadas ao desenvolvimento da instituição. Esse envolvimento interno, porém, não supre a necessidade de se buscar o envolvimento externo, ou seja, a avaliação dever aliar a estratégia interna à avaliação externa. O cruzamento dessas percepções, ou seja, daqueles indivíduos extremamente comprometidos com a Instituição e o resultado desse comprometimento para outros segmentos científicos e sociais insere o processo avaliativo em uma visão totalitária, ou seja, de caráter institucional, buscando considerar a plenitude das relações - internas e externas - e o reconhecimento da pertinência do processo pela comunidade.

Ainda segundo o mesmo documento, outra característica do programa é:

a integração de esforços e experiências já existentes na instituição, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio e aproveitar e incentivar experiências em andamento, no intuito de integrá-los num processo global. Salienta-se que um processo de discussão desenvolvido pelos vários segmentos da instituição universitária proporciona maior clareza acerca de aspectos institucionais e também determina maior conhecimento e compreensão da estrutura global da universidade (ANDRADE, AMBONI, 2005, p.186).

Além disso, conforme já evidenciado em vários outros momentos deste texto, o documento ressalta a necessidade de o processo “ser contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica”. (Documento Básico do PAIUB).

Esse documento fala ainda que todas essas características contribuem para a legitimidade política do processo, necessária a um projeto de avaliação universitária. Ressalta, porém, que essa legitimidade depende de outros fatores, quais sejam:

1. metodologia: além de construir indicadores adequados. pode utilizar-se de procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecer modelos analíticos e interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo;
2. fidedignidade da informação: a existência de uma base de dados confiáveis é também condição necessária para qualquer esforço de avaliação que se proponha. Não obstante o esforço do MEC, através da SESu e da Coordenação de Informações para o Planejamento e do CRUB, através do SIUB (Sistema de Informações para as Universidades Brasileiras), as estatísticas existentes são, em muito casos, ainda precárias. A ausência de um conjunto de informações Institucionais e estatísticas confiáveis tem prejudicado a construção de indicadores para análise do sistema universitário. Exemplos disto são aqueles relativos a “área construída”, “produção acadêmica”, “custo por aluno” e a própria definição de aluno. (ANDRADE, AMBONI, 2005, p.187)

Nessa busca da fidedignidade, entram também em cena os indicadores que são evidências concretas (quantitativas ou qualitativas) relativas a cada uma das dimensões que, de uma forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos aspectos institucionais que a retratam. No que diz respeito a indicadores institucionais de avaliação, o PAIUB apresenta os seguintes:

- 1) ALUNO/DOCENTE - indica a taxa de utilização de recursos docentes da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de professores. (Usar os 3 tipos de aluno: AI², AG³ e ATI⁴)
- 2) ALUNO/FUNCIONÁRIO - indica a taxa de utilização do pessoal de apoio da Instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e número

² da Instituição (AI) - alunos ativos, matriculados, nos diferentes níveis de ensino: 1º e 2º graus, graduação, especialização ou aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Especificar início e final de semestre.

³ Aluno de Graduação (AG) - aluno ativo, matriculado em ao menos uma disciplina no semestre e aluno com matrícula trancada, de acordo com o Regimento.o da Instituição (AI) - alunos ativos, matriculados, nos diferentes níveis de ensino: 1º e 2º graus, graduação, especialização ou aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Especificar início e final de semestre.

⁴ Aluno de Tempo Integral (ATI) - aluno ativo, cursando no mínimo, 24 créditos por semestre. (conclusões no semestre).

total de funcionários. (Usar os 3 tipos de alunos: AI, AG e ATI)

3) FUNCIONÁRIO/DOCENTE - indica a distribuição do pessoal de apoio em relação aos recursos docentes e representa a relação entre o número total de funcionários técnicos - administrativos e o número total de professores da Instituição.

4) DIPLOMADO NA GRADUAÇÃO/INGRESSANTE - indica a taxa de sucesso na graduação e representa a relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes nos cursos de graduação, a cada ano. consideradas todas as formas de acesso à instituição.

5) TESE (OU DISSERTAÇÃO)/INGRESSANTES - indica a taxa de sucesso na pós-graduação "strictu sensu" e representa o número total de teses e dissertações aprovadas e o número total de ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado.

6) CONCEITO DO MESTRADO (CM) - representado pela média ponderada dos conceitos atribuídos pela CAPES aos cursos de mestrado da instituição como indicado:

$$CM = 3A + 2B + 1C - 1D$$

onde: A representa o número de cursos de mestrado com conceito A, B o número de cursos de mestrado com conceito B e assim por diante.

7) CONCEITO DE DOUTORADO (CD) - construído e interpretado de maneira idêntica ao Conceito de Mestrado.

8) ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE (ITCD) - representada pela média ponderada das titulações acadêmicas dos docentes como indicado:

$$ITCD = \frac{5D + 3M + 2AE + G}{D + M + AE + O}$$

onde: D representa o número de docentes com o grau de doutor, M o número de docentes não doutores, mas portadores do grau de mestre. AE, o número de docentes que não são nem doutores nem mestres mas concluíram curso de especialização ou aperfeiçoamento e G o número dos docentes que, além do diploma de graduação, não apresentam nenhuma das titulações mencionadas.

9) PRODUÇÃO ACADÊMICA/DOCENTE - indica a taxa da produção acadêmica docente. Para o cálculo da produção acadêmica será respeitada a caracterização estabelecida pela CAPES.

10) DOCENTE DE / DOCENTE - indica o potencial docente envolvido em pesquisa e representa a relação entre o número de docentes em dedicação exclusiva e o número total de docentes.

11) DOCENTE EM 40H / DOCENTE - indica opção institucional para o perfil docente e representa a relação entre o número de docentes em 40h sem DE e o número total de docentes.

12) (SUBSTITUTO + VISITANTES) / DOCENTE - indica a participação do docente temporário nas atividades acadêmicas da instituição e representa a relação entre o número de professores substitutos e visitantes e o número total de docentes.

13) DOUTOR / (TITULAR + ADJUNTO) - indica o rigor da progressão funcional docente e representa a relação entre o número de docentes doutores e o número total de professores titulares e adjuntos da Instituição.

14) (DOCENTE + FUNCIONÁRIO) / (FG + CD) - indica o nível de dispêndio e o peso da estrutura gerencial da instituição e representa a relação entre o número de docentes e funcionários e o número total de funções gratificadas, cargos de direção e outras gratificações por funções técnicas ou administrativas.

15) ÁREA CONSTRUÍDA(ALUNO + FUNCIONÁRIO + DOCENTE) - indica a racioanализação do espaço físico e representa a relação entre a arca construída em m² e o número de alunos funcionários e docentes da instituição.

16) ACERVO BIBLIOGRÁFICO / ALUNO - indica a possibilidade de acesso do aluno a livros e periódico das bibliotecas e representa a relação entre número de títulos e periódicos e o número total de alunos.

17) CUSTO POR ALUNO - expresso pela relação entre volume de recursos alocados (subtraindo os recursos destacados na definição da variável) e o número de alunos. O número de alunos deve ser ponderado conforme explicitado no Anexo 1, para graduação e pós-graduação, em nível de desagregação possível. (BRASIL, 1993 apud ANDRADE, AMBONI, 2005, p.188-189)

Andrade, Amboni (2005) também apresentam os indicadores de avaliação para o ensino de graduação, delineados pelo PAIUB, quais sejam:

1) TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG) indica a capacidade da instituição de levar seus alunos a concluir com sucesso seus cursos e considera os formandos em relação a todos os tipos de ingressantes, a cada ano.

$$TSG = \frac{\text{Número de Diplomados}}{\text{Número Total de Ingressantes}}$$

2) TAXA DE OCIOSIDADE (TO) - expressa o nível de preenchimento de vagas ofertadas na vestibular e o conseqüente grau de ociosidade existente no ensino de graduação.

$$TO = \frac{\text{Número de vagas preenchidas}}{\text{Número total de vagas oferecidas}}$$

3) ALUNO TEMPO INTEGRAL (ATI) - representa o número de alunos da instituição caso todos estivessem cumprindo 24 créditos por semestre.

$$ATI = \frac{\text{somatório do produto do n.º. de alunos de cada disciplina pelo n.º. de créditos da disciplina}}{\text{Número total de créditos oferecidos}}$$

4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE) - expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade de integralização curricular. Compara o número de alunos em tempo integral (ATI) com o número total de alunos ativos.

$$GPE = \frac{ATI}{\text{N.º. total de alunos}}$$

5) TAXA DE RETENÇÃO DISCENTE(TRD) - Expressa a permanência dos estudantes na IES. Refere-se ao número de formandos, ponderado pelo tempo médio de conclusão (integração curricular) em relação ao total de alunos.

$$TRD = \frac{\text{produto do n.º. de formandos por ano pelo tempo médio}}{\text{N.º. total de alunos}}$$

6) TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS ACADÊMICOS (TPPA) – expressa o esforço institucional em oferecer aos alunos de Graduação oportunidades de iniciação a atividades adicionais à sua formação. Considera o número de bolsas de monitoria, iniciação científica, extensão, etc. em relação ao número total de alunos ativos.

$$TPPA = \frac{\text{número total de bolsas}}{\text{Total de alunos}}$$

7) CUSTO POR ALUNO DE GRADUAÇÃO (CG) - Os modelos concebidos para estimativas de custos apresentam limitações que impedem a opção definitiva por um deles. Para superar a dificuldade parece razoável explicitar hipóteses e supostos presentes e explorar a utilização de mais de uma possibilidade, conforme o tipo de análise que se busque fazer. Além do custo - aluno global, apontado anteriormente, deve-se estimar um custo – aluno - graduação.

Custo – aluno – graduação - aquele em que se busca aproximar o custo direto do aluno de graduação.

$$CG = \text{Custo Pessoal Docente} + \text{Custo Pessoal} + 1/40CC$$

Nº total de alunos

Custo Pessoal Docente: é o custo da carga horária de Graduação (onde o custo de carga horária equivale ao valor da hora - média do salário docente multiplicado por 2 visando contemplar as atividades presencial e as preparatórias e avaliativas.

Custo Pessoal Técnico e Administrativo: poder-se-ia inicialmente, considerar este valor como sendo equivalente a 30% do Custo de Pessoal Docente. É possível aperfeiçoar este critério levando-se em conta a relação real aluno/funcionário envolvido em atividades de graduação. (BRASIL, 1993 apud ANDRADE, AMBONI, 2005, p.189-191)

Segundo Andrade, Amboni (2005), a implantação e o desenvolvimento do projeto envolvem uma estratégia que compreende:

1. Avaliação interna: concebida como retrospectiva crítica, socialmente contextualizada no âmbito da instituição. Envolve toda a comunidade interna – professores, alunos e funcionários cotejando o diagnóstico técnico com os resultados da auto - avaliação, gerando um projeto de desenvolvimento acadêmico com o qual a comunidade universitária sinta-se identificada e comprometida.

2. Avaliação externa: tem o papel complementar a avaliação interna. Impõe uma necessária capacidade de diálogo e sentido de participação. Envolve os pares da instituição – sociedades científicas, conselhos profissionais, autoridades patronais, entidades de trabalhadores, egressos e outras organizações não governamentais, participam do exame da prática universitária, com vistas à formulação e acompanhamento de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras.

Os indicadores de avaliação interna, segundo o PAIUB são:

a) Avaliação de cursos

Para desenvolver esta perspectiva é necessário considerar três conjuntos de elementos:

- condições: corpo docente; corpo técnico - administrativo; infra - estrutura; perspectivas utilizadas na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de iniciação científica extensão e monitoria: atratividade do curso e intenção com área científica técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- processos: interdisciplinaridade, formação interdisciplinar, institucionalização, qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de graduação (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, (orientação / supervisão); avaliação de aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação universidade/sociedade;
- resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades/tarefas típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado de trabalho, atualidade e relevância técnico - científica dos conteúdos. desempenho em pós-graduação/concursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

b) Avaliação de disciplina

A organização do trabalho pedagógico abrange:

- objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infra-estrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas).

c) Avaliação do desempenho docente

O desempenho docente implica:

- desempenho científico - técnico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese, soluções alternativas) e artístico - cultural nas áreas pertinentes; desempenho didático - pedagógico (cumprimentos de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos); aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos.

d) Avaliação do estudante

O desempenho estudantil expressado em base acadêmica, participação, formação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral.

e) Avaliação do desempenho técnico - administrativo

f) Avaliação da gestão universitária. (BRASIL, 1993 apud ANDRADE, AMBONI, 2005, p.192-193).

Já a avaliação externa, de acordo com o PAIUB, deve conter os seguintes aspectos:

- a) corpo docente: titulação, regime de trabalho, carga didática, produção acadêmica e seu impacto no ensino de graduação, rotatividade, endogenia, existência de pós-graduação e seu benefício à graduação, política de capacitação docente;
- b) corpo técnico administrativo: número, capacitação, adequação aos cursos;
- c) corpo discente: oportunidades de pesquisa, bolsas, etc.;
- d) infra - estrutura: bibliotecas, laboratórios, oficinas, ateliers, escritórios, consultórios, outros espaços relacionados aos cursos de graduação;
- e) análise dos currículos dos cursos de graduação;
- f) mercado de trabalho: situação atual e tendências; frentes alternativas; áreas de trabalho potencial na região de influência da IES;
- g) outros aspectos: relativos a especificidades institucionais, regionais, inclusive aspectos conjunturais, tais como padrões salariais, greves, que possam afetar a motivação e desempenho de estudantes e professores.
- h) estudos de acompanhamento de egressos. (BRASIL, 1993 apud ANDRADE, AMBONI, 2005, p.193).

Para Dias Sobrinho (2002), a política de avaliação imposta pelo governo acabou por inibir as iniciativas de auto-avaliação das instituições. Tal fato aconteceu com o PAIUB que fora protagonizado pela comunidade acadêmica e instituições, com a implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC) imposto pelo Governo Federal. O autor ressalta que a busca pela competitividade e eficiência passa a conduzir o sistema de educação superior e as instituições rendem-se às imposições do governo e do mercado.

3.4 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA (CO) E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO (ACE)

No que se refere à avaliação institucional, o Sistema de Avaliação Superior no Brasil tem na Avaliação das Condições de Oferta (CO) a sua perspectiva de avaliação externa que se configura em uma ferramenta de suporte informacional para subsidiar e direcionar as políticas educacionais, com o objetivo de melhor qualificar a educação superior no país (VERDINELLI; GRANZOTTO; TARNOWSKI, 2004).

Machado Neto (2002) afirma que a avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação leva em consideração tanto o resultado dos Exames Nacionais de Cursos (ENC) quanto os indicadores de desempenho global, sendo precedida de análise abrangente da situação da respectiva área de atuação acadêmica ou profissional, bem como do contexto internacional e do comportamento do mercado de trabalho nacional.

De acordo com Machado Neto (2002) e Neves (2002), a Avaliação das Condições de Oferta é realizada periodicamente *in loco*, desde 1987, por docentes especialistas nas áreas dos cursos avaliados, com o objetivo de observar as condições locais para coletar e encaminhar dados que podem compor o conceito que indica a classificação obtida a ser divulgada em âmbito nacional.

A partir de um conjunto de dimensões e indicadores definidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), as comissões de verificação de curso avaliam a organização didático-pedagógica, adequação das instalações físicas, adequação das instalações especiais (laboratórios, oficinas, salas-ambientes e outros), qualificação do corpo docente (titulação, regime de trabalho, plano de cargos e salários, produção e produtividade intelectual, experiência profissional, relações professor-aluno e outros), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e bibliotecas (acervo, livros, periódicos, acesso a redes, adequação ambiental) (MACHADO NETO, 2002; NEVES, 2002; INEP, 2004; SUANNO, 2004).

Cabe ressaltar ainda que os resultados dessas verificações são apresentados por meio dos conceitos: Condições Muito Boas (CMB); Condições Boas (CB); Condições Regulares (CR) e Condições Insuficientes (CI). Observe-se ainda que faz parte da política governamental a ampla divulgação dos resultados na página do MEC, pela Internet (NEVES, 2002).

Ressalte-se que inúmeras críticas foram feitas ao trabalho realizado pelas Comissões de Avaliação das Condições de Oferta (ACO), entre elas a falta de padronização de critérios e procedimentos de avaliação e a percepção sobre as condições de funcionamento do curso isolada da inserção institucional. Assim sendo, surgiu a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) que visava suprimir as principais críticas que se fazia ao modelo anterior (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

Esse novo instrumento de avaliação trabalhava sobre três grandes dimensões: (1) Organização Didático-Pedagógica; (2) Corpo Docente; (3) Instalações Físicas. Tais dimensões compunham-se de indicadores que representavam diferentes aspectos a serem avaliados e, para cada um desses aspectos, avaliadores aferiam um conceito aos quais eram atribuídos pesos, sendo esses conceitos expressos da seguinte forma: Muito Fraco; Fraco; Regular; Bom ou Muito Bom. Assim sendo, o conjunto desses conceitos, nos seus respectivos níveis, levou à emissão de um conceito geral para cada uma das dimensões avaliadas (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

Cabe ressaltar como ponto positivo no trabalho desenvolvido pelas Comissões de Avaliação de Ensino, o estabelecimento de parâmetros para funcionamento dos cursos de graduação. Destaque-se ainda que estabeleceu elementos concretos para que os cursos pudessem direcionar os investimentos com vistas a maximizar a qualidade das suas atividades, sendo importante frisar que ao estabelecer parâmetros propiciou que as instituições e cursos organizassem procedimentos que permitiram ampliar a procura e troca de experiências inovadoras, ampliar o conhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos entre os seus docentes, tornar a seleção do corpo docente mais criteriosa e estruturar e organizar melhor o funcionamento dos cursos (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

3.5 EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC)

O Exame Nacional de Cursos (ENC), mais comumente conhecido como Provão, foi criado com a Lei no. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Pode-se afirmar que o ano de 1995 constituiu importante marco na história da educação superior brasileira, na graduação, pois, nessa ocasião, foram concretizadas as primeiras ações no sentido da implantação, nesse grau de ensino, de uma cultura de avaliação, até então inexistente. (ANDRADE, AMBONI, 2005).

Ainda segundo os autores,

A partir da promulgação dessa Lei, tornou-se obrigatória a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de graduação pelo Conselho Nacional de Educação, que, para deliberar a esse respeito, deve considerar os resultados de avaliações que incluem um exame nacional a que se devem submeter todos os concluintes dos referidos cursos. Tais determinações foram ratificadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que, em seu Art. 9º, atribui à União a incumbência de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, ...”, bem como a de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (p.194)

O ENC foi idealizado como um instrumento de avaliação necessário para balizar as ações do MEC, com vistas ao estímulo constante de iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior, principalmente as que buscassem elevar a qualificação dos docentes, bem como apoiar as deliberações do CNE sobre a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de graduação (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

O “provão” foi aplicado pela primeira vez em 1996, aos alunos concluintes de apenas três áreas do conhecimento: Administração, Direito e Engenharia Civil. Até 2003, último ano de realização desse exame, paulatinamente foram incluídas nesse processo outras áreas, totalizando 26, a saber: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

O ENC foi orientado pela modalidade de avaliação em larga escala, com as características e especificidades dessa modalidade de avaliação, no que tange à aplicação e construção dos instrumentos – provas e questionários, pois se tratava de um exame nacional que envolvia a aplicação de provas para o universo dos alunos concluintes dos cursos que estavam sendo avaliados. Cumpre ressaltar ainda que, apesar do ENC pretender aferir os conhecimentos, habilidades e competências adquiridos pelos alunos em fase final do curso de graduação, o principal objetivo é avaliar os cursos de graduação das IES e utilizar os resultados para regulação do sistema de educação superior (SINAES, 2003; SINAES, 2004).

O Exame Nacional de Cursos era realizado anualmente e tinha como objetivo principal medir a aprendizagem realizada nas graduações pelos acadêmicos do último ano, com a finalidade de avaliar a sua eficácia numa perspectiva externa e se configurando num processo que propicia a avaliação das carreiras profissionais. Era um exame obrigatório que exigia a presença do aluno na data da prova sem, contudo, obrigá-lo a responder às questões constantes da prova (NEVES, 2002)

Machado Neto (2002) afirma que o Provão visava aferir conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão do curso de graduação, sendo seus resultados utilizados pelo MEC como indicadores válidos do desempenho individual no processo ensino-aprendizagem, permitindo assim ao governo mensurar a qualidade de ensino prestada pelos cursos avaliados.

Andrade, Amboni (2005) afirmam que esse sistema tinha a função diagnóstica da avaliação, pois proporcionava um levantamento da realidade do ensino no que se refere à situação dos graduandos envolvendo habilidades e conteúdos avaliados. Essa função diagnóstica fica ainda mais evidenciada a partir da ação do INEP, colocando à disposição dos cursos avaliados e da comunidade acadêmica todos os dados e informações recolhidos anualmente, por meio do ENC, exceto o desempenho individual dos graduandos identificados, que é sigiloso, sendo fornecido somente ao próprio graduando.

Nas palavras dos autores:

A partir da análise dos resultados oferecidos pelo ENC (informações e dados – quantitativos e qualitativos – sobre o desempenho dos seus graduandos em relação às habilidades e conteúdos aferidos nas provas e sobre as respostas ao questionário-pesquisa) e considerando todo o processo da avaliação e o contexto do curso em que se deu essa avaliação, dirigentes e corpo docente têm elementos para tomar decisões mais seguras, visando ao aperfeiçoamento da sua prática educativa e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade do ensino. (ANDRADE, AMBONI, 2005, p.195).

Ressalte-se que os resultados do Exame eram apresentados para a sociedade por meio de conceitos: Conceito A, que designa os cursos com desempenho acima de um desvio-padrão da média geral; Conceito B, os cursos com desempenho no intervalo entre o meio e um desvio padrão acima da média; Conceito C, os cursos com desempenho no intervalo em torno de meio desvio padrão da média geral; Conceito D, os cursos com desempenho no intervalo entre meio e um desvio padrão abaixo da média geral e, por último, Conceito E, os cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão da média geral (NEVES, 2002). Conforme Machado Neto (2002), cabe ressaltar um sexto conceito, o SC (sem conceito), no qual são enquadrados os cursos que tinham apenas um graduando no ano, ou aqueles que não realizaram o exame por motivos externos.

O resultado do Provão aliados aos resultados das Avaliações das Condições de Oferta compunham o Ranking Nacional das Instituições de Educação Superior que tinham ampla divulgação nos meios de comunicação de massa. Além disso, os dirigentes das Instituições que participavam do Provão recebiam um relatório que apresentava os resultados por elas obtidos. Esse relatório apresentava o conceito dos cursos, os resultados das questões objetivas

e discursivas, bem como aquelas pertinentes ao questionário-pesquisa e uma breve avaliação dos itens daquela prova na visão dos coordenadores da avaliação (NEVES, 2002).

De acordo com Machado Neto (2002), os resultados obtidos pelas instituições no Exame Nacional de Cursos e na Avaliação das Condições de Oferta eram utilizados pelo MEC para referendar ou não tanto a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de graduação quanto o credenciamento das instituições de ensino superior. Por outro lado, Pimenta, Anastasiou (2002) afirmam que muitas instituições preocupadas com os resultados do Provão vêm adotando medidas direcionadas, incluindo nestas, aulas de recuperação às vésperas do evento, pautando o ensino-aprendizagem nas questões dos exames anteriores com o intuito de treinar os alunos para as respostas certas. Tais medidas podem determinar a produção de individualidades débeis, afastando os cidadãos cada vez mais da formação ideal para a vida em sociedade.

A falta do aluno ao exame é punida com a não emissão do seu diploma, bem como pode minimizar os resultados obtidos pelo curso em âmbito nacional, prejudicando a colocação do seu curso no ranking nacional (NEVES, 2002). É importante citar que o INEP faz ampla divulgação dos resultados em sua página na Internet, bem como em uma revista específica denominada Revista do Provão. Rebelo, Colossi, Estevam (2004) afirmam a perspectiva impositiva do Exame Nacional de Cursos, ressaltando que essa característica colocou o Brasil na vanguarda do retrocesso educacional.

O ENC contava com a participação significativa e relevante de todos os que são envolvidos no processo de construção da avaliação, em especial da comunidade acadêmica: Comissões de Avaliação de Cursos, Coordenadores de Curso, Associações de Ensino, Associações Científicas, Conselhos Profissionais, professores em geral e graduandos.

Na visão de Andrade, Amboni (2005, p.196)

a avaliação no ENC como um processo de construção, fruto de reflexão dos participantes, em diversos momentos do processo: em jornadas de trabalho das Comissões de Avaliação de Curso, quando estabelecem as diretrizes do Exame, avaliam as provas, discutem os resultados, apresentam sugestões para o aperfeiçoamento do processo; nos seminários e outros eventos, quando os coordenadores e dirigentes de curso e professores e alunos participantes questionam o ENC, compartilham as ações desenvolvidas no processo educativo, decorrentes da avaliação, sugerem melhorias para as diretrizes do Exame e para o sistema em seu todo. O ciclo do processo de avaliação do ENC completa-se – e ao mesmo tempo reinicia – com a interpretação, reflexão e análise dos resultados e com a avaliação de instrumentos e de cada etapa do processo pelos seus principais destinatários: os cursos de graduação, a comunidade acadêmica, a sociedade em geral e o Ministério da Educação (MEC).

Destaque-se que, para dar sustentação e regulamentar os diversos instrumentos de avaliação, o MEC criou um amplo aparato normativo e, para operá-lo, designou comissões constituídas de especialistas das diversas áreas da comunidade acadêmica.

enquanto no PAIUB a preocupação estava com a totalidade, com o processo e com a missão da instituição na sociedade, no ENC a ênfase recai sobre os resultados, com a produtividade, a eficiência, com o controle do desempenho frente a um padrão estabelecido e com a prestação de contas. O PAIUB tem como referência a globalidade institucional, aí compreendidas todas as dimensões e funções das IES. O ENC tem como foco o Curso, em sua dimensão de ensino, e tem função classificatória, com vistas a construir bases para uma possível fiscalização, regulação e controle, por parte do Estado, baseada na lógica de que a qualidade de um curso é igual à qualidade de seus alunos (SINAES, 2004, p. 20).

As diretrizes para o exame são estabelecidas pela Comissão de Especialistas que são escolhidos pelos seus pares, sendo importante salientar que nelas constam: uma introdução sobre as principais características do curso; o nome dos membros da Comissão e suas instituições de origem; a duração e o formato da prova; os conteúdos e os saberes, competências e habilidades exigidas. (NEVES, 2002; MACHADO NETO, 2002).

Esse sistema tal qual foi aqui descrito passou a fazer parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e sofreu algumas modificações que serão explanadas mais adiante oportunamente.

3.6 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e também do desempenho acadêmico dos seus respectivos alunos. Tal sistema tem por finalidade melhorar a qualidade do ensino superior, orientar a expansão da sua oferta, maximizar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, principalmente, promover o cumprimento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, pela consolidação da sua missão pública, da afirmação dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, bem como do reconhecimento da sua autonomia e identidade institucional (LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004).

Para Andrade, Amboni (2004, p. 196):

a proposta de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo.

O SINAES, ao executar a avaliação das instituições, cursos e desempenho dos estudantes, deve assegurar: a avaliação institucional, nas suas dimensões interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais dos cursos e instituições de ensino superior; o caráter público e transparente dos procedimentos, dados e resultados envolvidos nos processos avaliativos; o respeito à identidade e à diversidade dos cursos e instituições; a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições, bem como da sociedade por meio das suas diversas representações; a utilização dos resultados desta avaliação será referencial para a regulação e supervisão da educação superior para o credenciamento e a renovação de credenciamento das instituições de ensino superior, como também para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação (LEI N° 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004).

O SINAES tem como objetivos fundamentais: produzir conhecimentos, pondo em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela IES, identificar as causas dos problemas e deficiências das ações empreendidas; aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade interna; julgar a relevância científica e social de suas atividades e produtos; prestar contas à sociedade das ações acadêmicas e sociais e identificar fragilidades e potencialidades das IES, conforme dimensões previstas em lei.

Como princípios fundamentais traz a responsabilidade social com a qualidade da educação superior; o reconhecimento da diversidade do sistema; o respeito à identidade, à missão e à história das instituições; o entendimento de que a avaliação deve atender a um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos dentro de uma perspectiva sistêmica; o compromisso com a continuidade do processo avaliativo (INEP, 2004).

Dessa forma, o SINAES é composto de instrumentos de avaliação divididos em três dimensões principais: (1) *Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)*, visto como o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, que se desenvolve em duas

etapas principais: (a) auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; (b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES); (2) *Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)*, pela qual se avaliam os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. (3) *Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)*, que se aplica aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. A definição dos cursos que devem participar do ENADE ocorre anualmente, com base em indicação do CONAES ao Ministro da Educação (INEP, 2004). No ENADE, vê-se traduzido o ENC, tratado no capítulo anterior.

Conforme síntese apresentada por Andrade, Amboni (2005), o SINAES busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo, conforme Figura 1.

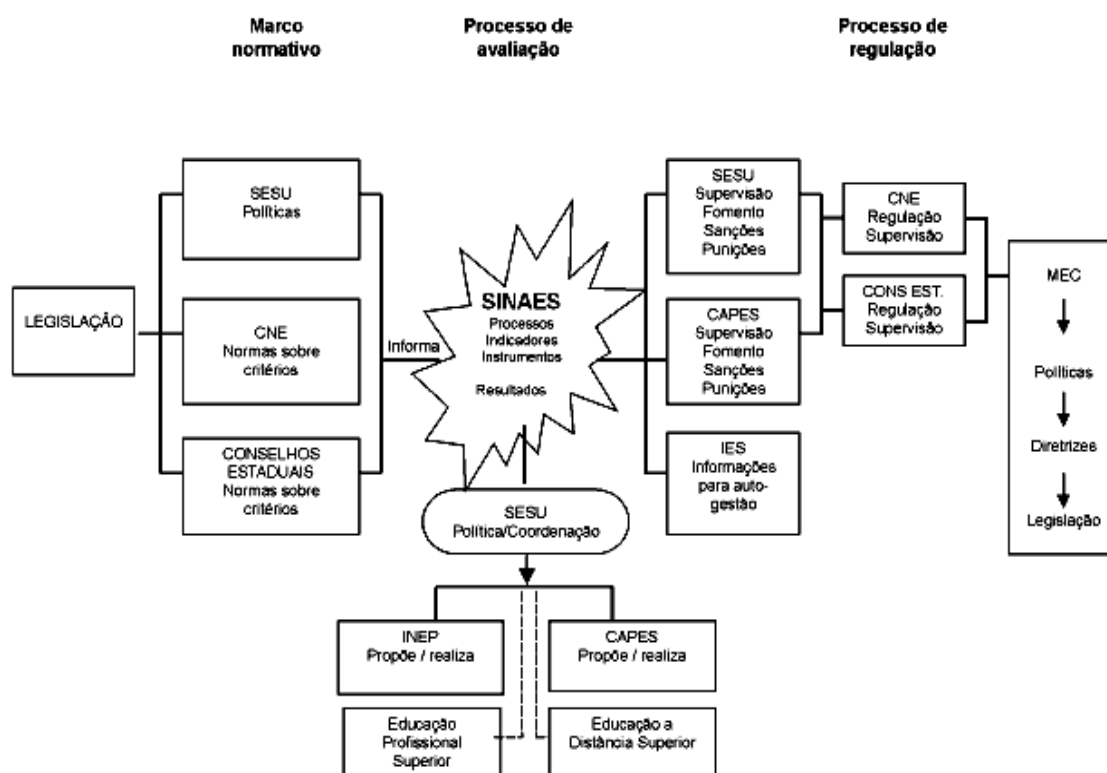


FIGURA 1 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Fonte: SINAES (2003)

A integração e articulação e a participação são elementos fundantes do conceito de avaliação proposto pelo SINAES. Todos os agentes da comunidade de educação superior, das instâncias institucionais, governamentais e membros concernidos da sociedade devem se envolver nas suas ações avaliativas, respeitados os papéis, as especificidades e as competências científicas, profissionais, formais, políticas, administrativas das distintas categorias.

De acordo com Andrade, Amboni (2005), a complexidade da educação superior, tanto na dimensão institucional quanto na do sistema, requer a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias. Por exemplo, não cabe mais discutir as falsas aporias do quantitativo e do qualitativo ou do objetivo e do subjetivo, mas sim, utilizar os diversos instrumentos e as distintas perspectivas metodológicas de forma combinada, complementar e de acordo com as necessidades de análise e julgamento.

O SINAES fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior. Sua operacionalização deve, pois, envolver em ampla participação a comunidade educativa e os membros da administração central do país. A articulação e a coerência de diversos instrumentos avaliativos e de agentes internos e externos, operando com procedimentos metodológicos e operacionais comuns, devem constituir um sistema de avaliação que abranja todas as IES do país. A Figura 2 apresentada por esse sistema ilustra esse pensamento.

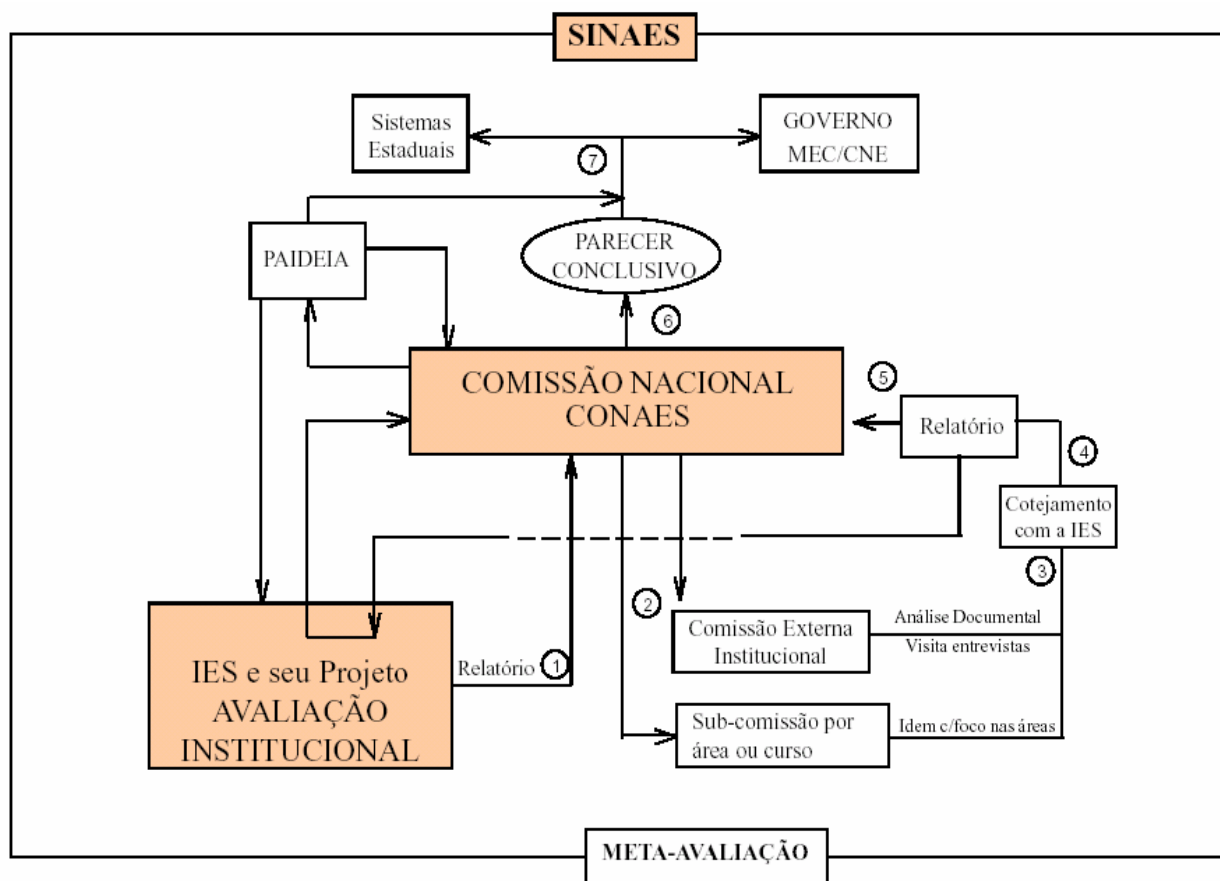


FIGURA 2 - Bases do SINAES
Fonte: Sinaes (2003)

Pode-se afirmar, portanto, que o SINAES representa uma evolução no processo de consolidação da cultura da avaliação no Brasil, principalmente por aperfeiçoar e integrar os vários instrumentos de avaliação existentes, antes vistos de forma isolada.

Na seqüência, verificam-se os fundamentos básicos relativos à educação profissional.

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar os fundamentos básicos que circunscrevem a educação profissional no Brasil, bem como os critérios utilizados pelo MEC para avaliar e reconhecer os Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio.

As transformações no ensino profissionalizante, sob título de Reforma da Educação Profissional, foram definidas no capítulo III da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, na atual Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional (LDB), complementadas e explicitadas posteriormente pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e na Portaria 646, de 14 de maio de 1997. Com o artigo 3º do Decreto nº 2.208 de 1997, o ensino profissional passa a ter 3 (três) categorias:

- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;
- II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) não são uma novidade da atual Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional (LDB), pois eles existem desde 1961, com as Leis nº 4.024/1961, 5.540/1968 e 5.692/1972, respectivamente.

A Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 12/1980, ao dispor sobre a nomenclatura dos cursos superiores de tecnologia nas áreas de engenharia, das ciências agrárias e das ciências da saúde, determinou que: “[...] os cursos de formação de tecnólogo passam a ser denominados cursos superiores de tecnologia, aprovados com base nos art. 18 e 23 da Lei nº 5.540/68 [...] o profissional formado receberá a denominação de tecnólogo[...]”.

O curso superior de tecnologia é essencialmente um curso de graduação, com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão. O perfil profissional demandado e devidamente identificado constitui a matéria primordial do projeto pedagógico de um curso, indispensável para a caracterização do itinerário de profissionalização, da habilitação, das qualificações iniciais ou intermediárias do currículo e da duração e carga horária necessárias para a sua formação. (LIMA FILHO, 2002).

Os cursos superiores de tecnologia devem contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional e deve ter uma formação específica para:

- aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica;
- difusão de tecnologias;
- gestão de processos de produção de bens e serviços;
- desenvolvimento da capacidade empreendedora;
- manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho;
- desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

A Educação Profissional de Nível Tecnológico, segundo a Resolução nº 3/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE), deve estruturar a matriz curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia conforme os seguintes parâmetros:

- a) incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- b) incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- c) desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- d) propiciar a compreensão e avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- e) promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições do trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- f) adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- g) garantir a identidade do perfil profissional de conclusão do curso e da respectiva organização curricular.

Os CSTs nasceram apoiados nas necessidades do mercado (indústria automobilística) e vêm sofrendo um aumento significativo de demanda nos últimos anos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), esses cursos cresceram 74,7% entre o período de 2000 e 2002.

Recentemente, inúmeras universidades, faculdades e centros de educação tecnológica, da rede pública e privada, autorizaram e vêm autorizando dezenas de novos Cursos Superiores de Tecnologia. Esses cursos são direcionados às necessidades de mercado, conforme exigências da legislação e orientações fornecidas pelas comissões de especialistas *ad hoc*, designadas pela Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), para autorização e reconhecimento dos mesmos.

As avaliações de autorização e reconhecimento dos CSTs realizadas pelo MEC são de fundamental importância nesse processo para a garantia da qualidade na oferta dos cursos.

O processo avaliativo de maior tradição em nosso país provavelmente é o das pós-graduações promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com grande repercussão no exterior. Segundo Santos (*apud* ZAPELINI, 2002, p.14):

[...] a questão fundamental na avaliação da pós-graduação é justamente a forma como o processo está implantado e vem sendo desenvolvido e aplicado. Normalmente, os sistemas de coleta de dados da CAPES, denominados *Pró-Coleta Professor* e *Pró-Coleta Coordenador* – sistemas que aproveitam os dados individuais dos professores da pós-graduação, para a avaliação dos programas – estão estruturados em métodos quantitativos. Isto é, aferem a quantidade da produção científica: dissertações, teses, artigos em congressos e revistas, livros, patentes, em suma, toda a produção científica e técnica. A partir destes dados, que são disponibilizados para a comissão de especialistas formada pela CAPES, procede-se a avaliação qualitativa. Todavia, essa comissão faz uma avaliação subjetiva a partir de dados e indicadores objetivos. Tentam definir atributos qualitativos considerando os dados qualitativos disponibilizados e as evidências constatadas *in loco* do programa.

Na década de 1990, outros modos de avaliação surgiram em nossa sociedade, englobando desde o ambiente universitário até o dos serviços prestados por empresas.

A LDB, no inciso IX de seu artigo 9º, define como atribuições da União, “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”.

Para cumprir essas determinações legais, a avaliação do ensino de graduação, fora implantada e operacionalizada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Superior (SESu) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), direcionada para assegurar a qualidade da educação superior brasileira, engloba instrumentos e procedimentos de avaliação variados que objetivam verificar tanto os resultados dos processos de ensino-aprendizagem, de aquisição de habilidades e capacitação em curso nas instituições de ensino superior, quanto as condições infra-estruturais, didáticas e pedagógicas que, de fato, estão sendo postas à disposição da sociedade, por essas instituições, quando da oferta dos cursos superiores presenciais e a distância. Dessa forma, tem sido possível aferir, nos últimos anos – e pela primeira vez, no

país –, a situação real do ensino superior brasileiro, seja por meio do exame nacional a que se submetem os concluintes dos principais cursos de graduação, seja por uma sistemática de supervisão que, além do exame de documentos fiscais, para-fiscais e acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES), inclui visitas de verificação e de avaliação às próprias instituições, ou ainda por intermédio da coleta anual de informações empreendida pelo Censo da Educação Superior.

Considerando essas premissas, as visitas de verificação institucional *in loco*, que se realizam tendo em vista as solicitações de credenciamento de nova(s) Instituição(ões) de Ensino Superior ou de credenciamento institucional para ofertar educação superior a distância e a(s) autorização(ões) de novo(s) curso(s) que a(s) IES pretenda(m) oferecer, destaca quatro dimensões, fundamentais e inter-relacionadas, a serem consideradas, a saber:

- O contexto institucional global;
- A organização curricular da IES/curso;
- O corpo docente da IES/curso;
- As instalações físicas e acadêmicas da IES/curso.

Destaca-se que essas são, também, as dimensões cruciais a serem mais uma vez consideradas, por ocasião das avaliações e verificações *in loco*, para fins de credenciamento institucional e de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos superiores.

Os CSTs como cursos de graduação ganharam destaque a partir da LDB de 1996, no seu inciso II do artigo 44. Em virtude disso, os processos de avaliação desses cursos passaram da SESu para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, pela portaria 1.647, de 25 de novembro de 1999. Dessa forma, a SETEC assumiu o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional (considerando-se o disposto na Lei nº 9.131/95, na Lei nº 9.394/96, e no Decreto nº 2.406/97), mais tarde, assumiu também o papel de reconhecer os cursos das instituições a exemplo do que já fazia a SESu e o INEP, por intermédio de procedimentos de verificação e de avaliação *in loco* realizadas por comissões de credenciamento e autorização, integradas por consultor *ad hoc*.

Com a recente criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, estabeleceu-se que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é o órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, estabelecendo diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e

supervisão do processo de avaliação da educação superior. Em virtude desse aspecto, os processos de avaliação dos Cursos Superiores de Tecnologia são ainda em 2005 coordenados pelo INEP e não mais pela SETEC como estava estabelecido anteriormente.

Baseado nas informações fornecidas pelas IES, preenchidas em formulário específico, os consultores *ad hoc* verificam se a organização curricular do curso, a infra-estrutura (ambientes, equipamentos e outros recursos físicos e acadêmicos apropriados) e o pessoal docente e técnico estão de fato em condições de serem colocados a serviço dos objetivos maiores da IES. Estabelecem comparações entre as situações reais verificadas, as intenções declaradas e os documentos institucionais previamente examinados.

4.1 O MODELO DE AVALIAÇÃO DA SETEC PARA AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CTS'S

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, na organização da avaliação dos CSTs, disponibiliza para as IES formulários para solicitação de autorização e para solicitação de reconhecimento de seus Cursos Superiores de Tecnologia. Além disso, conta com uma equipe de consultores *ad hoc* para realizarem o processo de avaliação que, de posse de orientações contidas no Manual do Especialista, faz a análise técnica do projeto do curso e realiza a visita *in loco* para verificar as condições de oferta.

O Manual do Especialista contém as seguintes orientações para o avaliador *ad hoc*:

Denominação da Mantenedora: nesse item, verifica-se se a denominação da Mantenedora está idêntica ao que consta no ao CNPJ e ao Contrato Social. Convém salientar que o manual orienta que quando a mantenedora for a União, deve-se deixar os campos correspondentes à mantenedora em branco, isso se aplica às Instituições federais de ensino. Essas instituições, quando CEFETs, possuem as chamadas UNEDs, e, nesse caso, a mantenedora é a União e a mantida é o próprio CEFET.

- Dirigente Principal da Mantenedora: nesse item analisam-se os currículos dos dirigentes, para verificar se condizem com a pretensão de serem dirigentes de uma instituição de ensino.
- Histórico da Mantenedora e da Instituição Mantida: para o correto atendimento a esse item, a mantenedora/mantida deve apresentar sua tradição em Educação, especialmente em Educação Profissional, com ênfase nas atividades da mantida.
- Atividades Principais da Mantida: aqui deve ser apresentado um relato das atividades relativas ao ensino, pesquisa e extensão.
- Áreas de Atuação da Mantida: nesse item, a Instituição deve informar quais as áreas profissionais, de acordo com o Parecer CNE/CES 436/2001, atendidas por seus cursos.
- Descrição de Participação do Corpo Docente nas Atividades de Direção da Instituição: para o preenchimento desse item, a Instituição deve informar, baseada no seu regimento interno, os seus órgãos, os colegiados e sua composição, bem como outras instâncias de participação do corpo docente. Nesse aspecto, caso o processo seja também para o credenciamento, a comissão de verificação deve avaliar se o projeto de regimento da Instituição encontra-se adequado, pois, caso não esteja, deve solicitar as devidas mudanças, a fim de que não haja a necessidade de assinatura de um Termo de Compromisso, já que para esse quesito não há essa prerrogativa.

Ainda nesse item, verifica-se se os Atos Legais (autorização ou reconhecimento) de TODOS os Cursos da Instituição estão presentes nos anexos. Uma atenção especial deve ser dada em instituições com autonomia: os CETs, CEFETs, Universidades e Centros Universitários.

Exige-se ainda a Tabela Resumo de Informações sobre os Cursos Oferecidos. Em caso de credenciamento, verifica-se o pleno funcionamento dos cursos técnicos existentes, por meio do projeto do curso, diários de classes, visitas aos laboratórios e entrevistas com os alunos e professores, quando se fizer necessário.

Completando o item, a instituição deve apresentar o detalhamento dos Cursos Oferecidos pela Mantida, de acordo com a Portaria MEC 1647/99.

- Mecanismo institucionalizado permanente de articulação com os segmentos produtivos a que estão vinculados os Cursos para a definição da oferta: nesse item, a Instituição deve informar o processo e os atores envolvidos nessa articulação com as empresas, apresentando quando da visita da comissão verificadora, a documentação de institucionalização desse mecanismo.
- Planejamento Econômico e Financeiro: deve o avaliador, nesse item, verificar a compatibilidade do valor de mensalidade indicado e observar o suporte financeiro para o padrão de investimentos necessários à manutenção do curso.
- Dados Gerais do Curso Proposto: esse item é composto de vários quesitos a serem informados pela instituição:

- Denominação: para a denominação do curso, orienta-se que o nome do curso não seja o nome da Área Profissional. Também não pode abranger sistemas por modalidade ou habilitação. Para cursos com áreas mistas, verifica-se a área de maior predominância do Curso, isso determina a carga horária mínima do curso e reflete também a autonomia da Instituição em determinada área.

Faz-se a exigência da oferta de um curso com especialização definida (foco), preceituado pelo Parecer 436/01-CNE-CES, pelo Decreto 2208/97 e pela Proposta das Diretrizes Curriculares para Educação Profissional de Nível Tecnológico, a qual se encontra baseada nos Pareceres CNE 776/97 e CNE/CES 583/2001, e Edital SESU 4/97.

- Dados do Responsável pela Elaboração do Projeto do Curso: nesse ponto informa-se quem escreveu o projeto para a instituição (um consultor, por exemplo).
- Dados do Coordenador do Curso: aqui deve ser informado o nome da pessoa que irá responder pela implantação e administração do curso. Alerta-se para o fato de que ela deverá estar contratada no ato da visita.

O Manual do Especialista orienta que, excepcionalmente para autorização de cursos, admitir-se-á Termo de Compromisso de contratação do coordenador até a data da publicação do edital do processo de seleção. O coordenador constitui-se na pessoa responsável pela implantação do curso, ou seja, aquela pessoa que irá gerir o curso a partir daquele momento.

- Regime de Matrícula: nesse aspecto o avaliador deve observar o cumprimento das orientações do formulário que solicita uma série de itens relativos a essa informação.
- Total de Vagas Anuais: conforme orientação legal, o máximo de vagas é 150 alunos/ano, contudo caso a instituição tenha infra-estrutura, corpo docente, organização curricular e

pesquisa de mercado que justifique um número de vagas maior (no máximo 200), a comissão deve apresentar uma fundamentação adequada para justificar um número maior de vagas.

- Carga Horária: nesse item é observada a carga horária mínima e máxima da área profissional do curso. Ainda se observa aqui, se há oferta de Estágio e obrigatoriedade de elaboração de TCC, bem como a existência de disciplinas de conteúdo aberto (seminários, tópicos especiais). Essas disciplinas não podem ser computadas na carga horária mínima, mas devem ser contadas na carga horária máxima.

É solicitado à instituição que apresente proposta de calendário escolar à comissão verificadora para que seja observado o número de dias letivos que, de acordo com o art 47 da Lei 9394/96 – LDB é de 200 dias letivos por ano.

A carga horária total do curso deve ser dimensionada em horas de 60 minutos (Parecer 575/2001 CNE/CES). Caso a hora-aula seja diferente da hora-relógio, deve ocorrer, necessariamente, a compensação em número de aulas de maneira a assegurar a equivalência em hora-curricular (60 minutos – hora-relógio).

- Justificativa: na justificativa de oferta do curso, o avaliador observa:
 - se a justificativa encontra-se amparada em pesquisa do mercado local ou estadual ou em estudos que levem em conta o contexto atual e tendências sócio-econômicas, tecnológicas e de demandas no âmbito local ou estadual;
 - se essa pesquisa for feita por opção direta, monta-se a justificativa baseada em pesquisa contratada para levantar a demanda do mercado de trabalho local e estadual. Se for feita por opção indireta, apresenta-se a justificativa para a oferta do curso demandado com base na oferta do curso em questão solicitado na cidade e no Estado, justificando a existência de vagas no mercado de trabalho local e estadual para os profissionais que serão formados pelo curso.
 - se foi utilizada como base para esse levantamento a situação sócio-econômica local e Estadual e até regional, obtida a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento, de Indústria e Comércio, bem como agências de fomento e publicações especializadas.
 - se foram usadas fontes de informações sobre existência de cursos no Brasil, tais como: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Site do MEC, publicações da Abril (Guia do Estudante, Mercado de Trabalho, Vestibular e As Melhores Universidades e Faculdades Brasileiras), publicações Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO-MT) e similares. Fontes possíveis de informações sobre demanda: Fundação

Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), IBGE, revistas especializadas, sites da área, *IDC Analyze the Future* e empresas especializadas em pesquisas, Ministério do Trabalho, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Livros de José Pastore e Márcio Pochmann, associações profissionais e agências reguladoras.

- se a pesquisa não proceder de fonte conhecida, deve-se solicitar a instituição o detalhamento de como foi realizada. Esse detalhamento deverá fazer parte do anexo.

- Finalidade e Objetivos do Curso: nesse item a instituição deve apresentar os postos de trabalho (existentes ou emergentes) que poderão ser ocupados pelos egressos.
- Perfil Profissional de Conclusão: aqui é avaliado se as competências e as ocupações que serão desenvolvidas estão coerentes com a justificativa, finalidades e objetivos do curso.
- Fluxograma do Curso: nesse aspecto, analisa-se a facilidade de compreensão da representação gráfica do percurso de formação. No fluxograma devem estar indicadas as menores unidades curriculares, suas cargas horárias, a que módulos pertencem (se for o caso) e em que ordem os alunos devem cursá-las.
- Organização Curricular: nesse item, o avaliador observa:
 - se o currículo está estruturado por competências ou por conteúdo. O manual orienta que enquanto as Diretrizes Curriculares não forem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação, os currículos podem ser estruturados por conteúdo (objetivo e ementa), desde que coerentes com o perfil profissional, os objetivos estabelecidos e a justificativa para oferta do curso;
 - se cada unidade curricular apresenta a carga horária, as competências, as habilidades e as bases tecnológicas, considerando a finalidade e os objetivos do curso e o perfil profissional pretendido para o egresso;
 - a indicação de pré-requisito(s) quando houver necessidade;
 - a indicação de terminalidade (certificação) por módulo (quando houver necessidade);
 - a existência de dois campos diferenciados para especificação da caracterização da unidade curricular: competências/habilidades/bases tecnológicas ou objetivos/ementas;
 - a adequação da bibliografia básica (Livro Texto) e complementar em relação aos itens propostos nas competências/habilidades/bases tecnológicas ou objetivos/ementas da menor unidade curricular;
 - a compatibilidade com a educação ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999);

- a qualidade da bibliografia, deixando a análise da quantidade para o item Biblioteca.
- Outros Itens do Projeto Pedagógico: esse item engloba vários pontos:
 - Forma de Acesso: na forma de acesso, analisa-se se está respaldada pelas Resoluções 95/98-CNE/CP, 98/99-CNE/CP, Decreto Presidencial 3860, Lei 9394/96(LDB) e artigo 206 da Constituição Federal, principalmente no que se refere, à existência de vestibular no processo seletivo e se o vestibular está exclusivamente baseado nos conteúdos ministrados no ensino médio e fundamental.

Os instrumentos como entrevista, ENEM e análise curricular, podem integrar o processo seletivo, desde que sirvam somente para classificar, jamais eliminar.

 - Obrigatoriedade de conhecimentos da língua materna: isso se deve ao fato de que a avaliação de conhecimento em português é obrigatória no processo seletivo.
 - Edital: avalia-se se a proposta do edital de convocação do processo seletivo possui a denominação do curso, carga horária, turno, vagas, anuidade, regime de matrícula, conceito resultado da avaliação do curso pelo MEC, bem como critérios do processo seletivo;
 - Condições de acesso: verifica-se se o processo seletivo assegura a igualdade de condições de acesso.- Práticas Pedagógicas Previstas: nesse item, o avaliador observa:
 - a existência da interdisciplinaridade e contextualização da organização curricular. Entende-se como interdisciplinaridade a possibilidade de diálogo entre as competências/habilidades/bases tecnológicas ou objetivos/ementas, adoção de projetos de trabalho e solução de problemas e/ou desafios. Por contextualização, as práticas relacionadas com a realidade do processo produtivo, problemas pertinentes ao processo, projetos úteis, aplicáveis e inovadores são considerados;
 - a compatibilidade das práticas pedagógicas com o perfil profissional, a finalidade, os objetivos e a justificativa estabelecidos para o curso;
 - a adoção de outros níveis de interação, como transdisciplinariedade.
- Flexibilidade Curricular: nesse item, avalia-se a adequação dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências anteriores com o perfil profissional de conclusão. Verifica-se, ainda, quais critérios de avaliação e como a escola procede o aproveitamento destes conhecimentos e experiências anteriores, observando aqueles adquiridos em cursos

técnicos ou no trabalho ou por outros meios informais, de acordo com a LDB, art. 47 - parágrafo segundo, que permite a aceleração de estudos.

- Sistema Previsto de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem: nesse ponto, avaliam-se os procedimentos que são adotados para acompanhar, orientar e controlar o processo de ensino-aprendizagem, bem como os instrumentos e critérios adotados.
- Estágio Curricular: para o preenchimento correto desse item, observa-se:
 - as condições de estágio, sua coerência com a formação do tecnólogo e o momento em que ocorre o estágio, de acordo com o perfil profissional de cada ocupação;
 - a presença de coordenador de estágio, professores orientadores e se há relatório e defesa do mesmo. Analisa-se a regulamentação pertinente.

Convém ressaltar que o dimensionamento da carga horária do estágio é livre, porém não deve ser computada na carga horária mínima do curso e não pode ultrapassar, no cômputo geral, a carga horária máxima da área profissional em questão.

- Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: nesse item, é avaliada a coerência do tipo de TCC com o perfil profissional do egresso. Também para o TCC, o dimensionamento da carga horária é livre, porém não deve ser computada na carga horária mínima do curso e não poderá ultrapassar, no cômputo geral, a carga horária máxima da área profissional em questão.
- Plano de Avaliação do Curso visando a sua eficácia e eficiência: o avaliador deve Verificar se o plano apresentado é relativo ao curso. É possível aceitar planos institucionais, desde que contemplem a avaliação do curso que não pode ser feita apenas pelos alunos. Deve-se verificar, ainda, sua adequação, periodicidade e atores envolvidos. A mesma deve contemplar pelo menos uma avaliação por período letivo.
- Política Prevista de Integração do Ensino, P&D e Articulação com a Sociedade: aqui se analisa a compatibilidade dessa política com o perfil de conclusão do egresso, os objetivos, as justificativas para a sua oferta, bem com sua organização curricular. A política prevista de pesquisa aplicada deve estar centrada no foco do curso.
- Empresa Júnior –esse é um item opcional para a oferta do CST. Caso haja a opção pela oferta, verifica-se sua regulamentação. A empresa júnior é o organismo criado pela mantida, com objetivos didáticos e de prática profissional a ser compartilhado por todos os alunos, sob responsabilidade do corpo técnico e docente, não devendo ser confundida com incubadora de empresas.

- Política Prevista de Articulação com as Empresas: aqui se verifica se os projetos e parcerias previstas e/ou existentes com as empresas estão relacionados à área profissional do curso.
- Planilha para Avaliação da Organização e Desenvolvimento Curricular: a atribuição de pontos para a organização curricular não deve ser baseada na forma utilizada pela instituição para elaboração do projeto. Os currículos por competências ou baseados em conteúdos devem ser pontuados com os mesmos parâmetros.
- Corpo Docente: nesse item observa-se:
 - o Plano de Carreira Docente Previsto: verifica-se se no plano de carreira encontra-se explícita a política de remuneração e o regime de trabalho do corpo docente, além de aspectos gerais relacionados à progressão funcional e experiência de mercado.
 - a Política de Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente Prevista pelo Curso
 - a existência de política formal que estabeleça o esforço para assegurar a contínua melhoria da qualidade do corpo docente, bem como o planejamento de aperfeiçoamento do mesmo. Em caso de ausência, solicita-se termo de compromisso.
- Coordenador do Curso: para a avaliação desse ponto:
 - entrevista-se o Coordenador do Curso e verifica-se a sua competência para desempenhar a implantação do mesmo, seu regime de trabalho, experiência na administração acadêmica, sua motivação para coordenar o curso e sua identificação com o mesmo;
 - assegura-se que o coordenador está dedicado ao curso no seu horário de funcionamento e que não acumula atividades que não estejam relacionadas com o mesmo.
 - verifica-se se ele tem pós-graduação e experiência docente na área do curso, analisando-se a documentação pertinente, referente a sua titulação, sua experiência profissional docente e não docente, suas publicações e o seu contrato com a instituição.
 - averigua-se se o coordenador está contratado pela instituição no momento da visita da comissão verificadora, pois é a pessoa responsável pela implantação do curso, de acordo com a Portaria 1.647/99.

- Critérios de pontuação para o Coordenador do Curso: de acordo com os aspectos avaliados, conforme descrito anteriormente, esse sistema apresenta uma planilha de pontuação, conforme segue:
- Planilha Pontuação para o Coordenador do Curso
 - a) titulação do Coordenador do Curso:
 - Doutor: 10 pontos
 - Mestre: 8 pontos
 - Especialista: 4 pontos;
 - b) experiência profissional de docência: cada ano de experiência profissional de docência, somam-se 2 pontos até o máximo de 20 pontos. Só considera-se como experiência de docência, o ensino médio, profissional e superior;
 - c) experiência profissional relevante na área do curso soma-se 1 ponto até o máximo 10 pontos;
 - d) publicações relevantes na área do curso, 1 ponto a cada 2 publicações até o máximo de 5 pontos. Analisa-se de acordo com a Resolução CES N° 2, de 7 de abril de 1998;
 - e) entrevista: até 5 pontos;
 - f) reconhecimento de Notório Saber: 5 pontos;
 - g) o coordenador não pode ministrar, simultaneamente, mais que 1(uma) unidade curricular.

Esses itens geram uma escala de pontuação, assim:

A – de 31 até 55

B – de 21 até 30

C – de 11 até 20

D – de 6 até 10

E – de 0 até 5

Na avaliação do Corpo Docente, verifica-se a Titulação, Regime de Trabalho e Currículo do Corpo Docente somente do 1º ano de funcionamento do curso, quando em um processo de Autorização.

O corpo docente deve ser constituído de no mínimo 10% de Mestres e/ou Doutores. Os docentes do 1º ano devem estar presentes por ocasião da visita da comissão verificadora. (pelo menos 80%). Os professores que estiverem impedidos de comparecer para participar dessa atividade deverão apresentar justificativa por escrito indicando os motivos de seu impedimento.

O CV (Curriculum Vitae) resumido de cada docente – apenas do 1º ano do curso – deve ser preenchido e ser apresentado em campo específico do formulário. A documentação comprobatória do CV deve ser examinada pela comissão verificadora por ocasião da visita. Analisa-se a documentação do professor referente a sua titulação, experiência profissional docente, não docente e publicações.

Também se entrevistam, de forma coletiva e/ou individual, os professores para avaliar a competência do corpo docente em assumir a execução do projeto pedagógico. Um mesmo professor só pode acumular simultaneamente, no máximo, três unidades curriculares do curso.

De acordo com esses quesitos, esse sistema propõe critérios de pontuação apresentados em uma planilha, conforme segue:

- Planilha de Pontuação para o Corpo Docente

- a) titulação do Professor:

- Doutor: 10 pontos

- Mestre: 8 pontos

- Especialista: 4 pontos

- b) experiência profissional de docência para cada ano de experiência profissional de docência soma-se 1 ponto até o máximo de 10 pontos por professor.

- Só considera-se como experiência de docência, o ensino médio, profissional ou superior.

- c) experiência profissional relevante na área do curso, para cada ano, somam-se 2 pontos até o máximo 20 pontos por professor. No caso em que a disciplina não seja da área profissional em que está inserido o curso, analisa-se se o profissional tem experiência profissional não-docente na área da disciplina. Caso o mesmo não possua experiência profissional não-docente, mas sua formação de graduação seja a Licenciatura, contabiliza-se no máximo metade da pontuação desse item;
- d) publicações relevantes na área do curso, soma-se 1 ponto a cada 2 publicações até o máximo de 5 pontos. Analisa-se de acordo com a Resolução CES N° 2, de 7 de abril de 1998.
- e) entrevista: até 5 pontos por professor. A entrevista tem como objetivo averiguar a competência do professor para executar o plano de ensino referente a sua unidade curricular. Além disso, confirma os dados sobre a sua experiência docente e profissional.
- f) Reconhecimento do Notório Saber: 5 pontos, conforme escala de pontuação:
 - A – de 31 até 55
 - B – de 21 até 30
 - C – de 11 até 20
 - D – de 6 até 10
 - E – de 0 até 5

Para o perfil do Corpo Docente pretendido para o Curso a Partir do 2º ano, analisa-se a coerência do perfil pretendido (titulação, experiência profissional docente e não docente) com os objetivos da unidade curricular a ser ensinada.

Para efeitos de avaliação, esses itens: Coordenador e Corpo Docente geram uma outra planilha, conforme segue:

- Planilha de Avaliação do Corpo Docente e do Coordenador: nessa planilha deve-se calcular o resultado final, respeitando a proporção de 90% da pontuação, para o corpo docente e 10% da pontuação para coordenador do curso, transportando-se para a Planilha de Avaliação Final, o resultado conforme tabela de conversão abaixo:

- Se A – transportar 100
- Se B – transportar 85
- Se C – transportar 65
- Se D – transportar 55
- Se E – transportar 45

- Infra-Estrutura: toda a infra-estrutura do 1º ano de funcionamento do curso deve estar disponível no momento da visita da comissão verificadora. Só é permitido termo de compromisso para a infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, para o estabelecimento da política de livre acesso ao acervo bibliográfico e expansão da biblioteca.
- Infra-Estrutura Física e Recursos de Materiais: nesse aspecto verifica-se:
 - a distribuição do espaço físico existente e/ou em construção para o curso;
 - a metragem das salas de aula, observando se atende ao mínimo de qualidade aceitável: 1 m² por aluno;
 - a metragem dos laboratórios, observando se atende ao mínimo de qualidade aceitável: 1,5 m² por aluno.
 - a existência de sala de professores adequada (computadores, impressoras, acesso a Internet, local para atendimento a alunos, etc.). Caso a Instituição não possua a referida estrutura, atribui-se a nota mínima, registra-se ausência e aponta-se nas sugestões para a melhoria do curso.
- Outros Recursos Materiais: nesse item, analisa-se a adequação dos equipamentos disponíveis com base no projeto pedagógico do curso.
- Plano de Expansão: aqui se verifica:
 - se a Instituição necessita de plano de expansão;
 - se a infra-estrutura do 1º ano de funcionamento do curso está pronta no momento da visita da Comissão Verificação, item obrigatório;
 - se a partir do 2º ano, existe a necessidade de plano de expansão. Caso exista, verifica-se sua adequação com base no projeto pedagógico do curso. A Comissão Verificadora deve solicitar termo de compromisso para assegurar a realização da expansão necessária.

Esses itens geram uma sub-planilha para avaliação da Infra-estrutura física e de materiais na qual se avalia a adequação da infra-estrutura física e de materiais tendo em vista o número de alunos, objetivos do curso, projeto pedagógico e horários de funcionamento.

- Infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais: nesse item, verifica-se a Infra-estrutura para alunos com deficiência física, observando-se a existência de infra-estrutura de acessibilidade para pessoas com deficiências físicas. Caso não exista, ou seja insuficiente, a Instituição deve firmar um termo de compromisso comprometendo-se a realizar as adequações necessárias antes da publicação do edital do processo seletivo.

Nesse termo de compromisso deve constar a referência à Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999 e, obrigatoriamente, os seguintes termos:

1. compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para deficientes visuais;
2. compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para deficientes auditivos.

Esses itens geram uma sub-planilha na qual se atribui o conceito C quando a infraestrutura requisitada estiver disponível para utilização com qualidade mínima aceitável.

- Infra-Estrutura de Informática: para a análise dessa infra-estrutura observa-se:
 - o quadro resumo da Infra-estrutura de Informática (exceto o referente ao curso específico);
 - o tombamento dos equipamentos;
 - a disponibilidade de utilização dos laboratórios para os alunos do curso;
 - o quadro resumo de pessoal de apoio quanto à disponibilidade, qualificação e regime de trabalho.

Salienta-se que nesse item, deve ser informada a infra-estrutura de informática de uso geral, qualquer outra infra-estrutura de informática, que não seja de uso geral, deve estar descrita no item “laboratórios específicos”.

A infra-estrutura de informática de uso geral mínima envolve: computadores, impressora, acesso à Internet e softwares de uso geral (sistema operacional - Ex: Windows, editor de texto - Ex: Word, planilha eletrônica - Ex: Excel, software de apresentação - Ex: Power Point, correio eletrônico - Ex: Outlook, e browser - Ex: Internet Explorer).

Também se entrevista o quadro de pessoal de apoio e verifica-se a quantidade, qualificação, regime de trabalho e tipo de vínculo que ele possui.

- Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos: nesse ponto, analisa-se o plano de atualização tecnológica dos equipamentos, tendo em vista a política de substituição dos equipamentos obsoletos. Também são averiguados os mecanismos previstos para assegurar manutenções preventivas e corretivas.

Esses itens geram uma sub-planilha para avaliação da infra-estrutura de informática, na qual avalia-se o espaço físico, o plano de atualização, a manutenção, os softwares disponíveis às necessidades da organização curricular, o pessoal técnico de apoio e a política de uso dos laboratórios.

- Infra-Estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso: nesse item deve ser apresentado o quadro resumo da Infra-estrutura de laboratórios específicos à área do curso. Nesse quadro verifica-se se a quantidade existente de equipamentos, materiais, softwares, ferramentas, etc, é compatível com a quantidade de alunos do curso para as atividades práticas previstas no plano pedagógico (atividades de classe e extraclasse).

São verificados, ainda: a forma de acesso aos laboratórios para os alunos do curso nas atividades extra-classe; o tombamento dos equipamentos; a disponibilidade de utilização dos laboratórios e quadro resumo de pessoal de apoio quanto à disponibilidade, qualificação e regime de trabalho. Também é feita uma entrevista com o quadro de pessoal de apoio dos laboratórios, verificando dele a quantidade, qualificação, regime de trabalho e tipo de vínculo, para cada tipo de laboratório existente.

- Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos: para cada laboratório existente, analisa-se o plano de atualização tecnológica dos equipamentos, tendo em vista a política de substituição dos equipamentos obsoletos e também os mecanismos previstos para assegurar manutenções preventivas e corretivas.

Da mesma forma todos esses itens geram uma Sub-planilha para avaliação da infra-estrutura de laboratórios específicos à área do curso, em que se avaliam: o espaço físico, o plano de atualização, a manutenção, os equipamentos/materiais/ferramentas/softwares/etc disponíveis às necessidades da organização curricular e o pessoal técnico de apoio, assim como a política de uso dos laboratórios.

- Biblioteca: para a correta apresentação desse item, o formulário deve conter o quadro resumo do acervo pela menor unidade curricular. A partir dele, examina-se o tombamento, a

catalogação e a disponibilidade dos títulos/exemplares previstos para o 1º ano de funcionamento do curso. Verifica-se também se a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos encontra-se dentro do seguinte indicador de qualidade: Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de títulos/periódicos da bibliografia básica: 4 títulos/periódicos por unidade curricular. Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos da bibliografia básica:

R = Relação aluno/exemplar

Pontos: 40, se $R < 10$

28, se $20 < R > 10$

0, se $R > 20$

Aluno: quantidade de alunos cursando a unidade curricular

Exemplar: quantidade de exemplares do título/periódico

Todos os títulos indicados nos itens Descrição das Unidades Curriculares do Curso - Autorizado e do Curso Pós-Reconhecimento como bibliografia básica devem estar obrigatoriamente disponíveis na biblioteca da instituição mantenedora.

- Espaço Físico da Biblioteca: nesse quesito analisa-se se a metragem das salas atende ao mínimo de qualidade aceitável: 1 m² para cada 3 alunos existentes na instituição. Caso esse item de qualidade não esteja atendido, solicita-se Termo de Compromisso para expansão do espaço físico da biblioteca.

No item acervo/livros, verifica-se a adequação dos títulos à organização curricular do curso e suficiência do número de exemplares à demanda real em um mesmo período letivo. Verifica-se também se o aluno tem acesso livre ao material bibliográfico. Caso não tenha, solicita-se termo de compromisso para assegurar o acesso livre ao material bibliográfico.

Os Serviços de reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização, sistema de recuperação de informações, Internet, empréstimo, recursos audiovisuais e outros são analisados no critério de qualidade dos serviços prestados pela biblioteca.

Observa-se o horário de funcionamento da Biblioteca que deve abranger o(s) turno(s) do horário do curso, acrescido de um turno para estudo, pesquisa ou empréstimo de exemplares.

Quanto ao mecanismo de periodicidade de atualização do acervo, analisa-se a qualidade da política implementada ou a implementar.

Outro item avaliado na Biblioteca diz respeito aos Recursos Humanos. Para isso, entrevista-se o pessoal técnico da biblioteca, verificando a quantidade, a qualificação, o regime de trabalho e o tipo de vínculo profissional de cada um com a instituição mantenedora. Também é observado se a cópia do diploma do(a) bibliotecário(a) consta dos anexos. Caso não conste, anexar a cópia do diploma do(a) bibliotecário(a) e o registro profissional no Conselho Regional de Biblioteconomia.

Como nos outros itens, aqui também é gerada uma sub-planilha para Avaliação. Nela registra-se o parâmetro mínimo de qualidade para a menor unidade curricular: 4 títulos, com a quantidade de exemplares proporcional à quantidade de alunos na disciplina, conforme a relação a seguir:

Pontos:

40, se R menor que 10
28, se R maior do que 10 e menor ou igual à 20
0, se R maior do que 20

Onde:

R = Relação aluno/livro

- Toda a infra-estrutura gera uma Planilha de Consolidação, com a seguinte ponderação:

Infra-estrutura física e recursos materiais - 20%

Infra-estrutura de informática - 20%

Infra-estrutura de laboratórios específicos a área do curso - 30%

Biblioteca - 30%

Na infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais apenas se verifica se existe ou não, não tem peso nessa nota.

Enfim, esse sistema de avaliação proposto pela SETEC culmina, num primeiro momento, com um Parecer Final da Comissão Técnica. Ressalta-se que após três análises técnicas negativas ou decorridos 3(três) meses da data de distribuição do processo, o presidente da Comissão de Avaliação deve comunicar à CASTEC sobre o fato e conversar com a mesma sobre os novos encaminhamentos para o processo.

Após parecer positivo, o presidente da comissão comunica a CASTEC, é marcada a visita à Instituição, que só irá ocorrer após a CASTEC enviar documento formal comunicando a visita e a Instituição e a concordância da mesma com o período da visita.

Após todo o processo, caso o Conceito Final seja “D”, deve-se contatar a CASTEC para estabelecer o Prazo de Diligência. Caso o Conceito Final seja “E”, sugere-se a não autorização do curso. Salienta-se que para esse conceito ser gerado, o padrão mínimo de qualidade exigido para organização e desenvolvimento curricular é C.

Para a atribuição desses conceitos, preenche-se uma Planilha de Avaliação Final, na qual não pode haver arredondamentos.

- Parecer Final da Comissão Verificadora: é documento integrante do processo e é gerado após a visita da Comissão à instituição.

Esse parecer final deve informar a denominação do curso, número de vagas, turnos de funcionamento, número de alunos máximo para as aulas teóricas e práticas.

Ressalta-se que com a análise *in loco*, a comissão verificadora pode modificar a análise da comissão técnica e, conseqüentemente, mudar o conceito final.

- Sugestões da comissão verificadora para a melhoria da qualidade do curso analisado: também é um documento gerado pela Comissão de Verificação e não pode ficar em branco, principalmente se o curso não recebeu o conceito "A".

- Atribuições do Representante CASTEC/SEMTEC/MEC: conforme Manual do especialista para esse sistema de avaliação, são atribuições do Representante CASTEC/SEMTEC/MEC:

1. Garantir que as solicitações da Comissão de Especialistas, por meio do seu presidente, sejam atendidas pela Instituição.
2. Assegurar que as normas/orientações da CASTEC/SEMTEC/MEC sejam seguidas, a contento, pela Instituição e Comissão, por meio de seu Presidente.

3. Verificar a documentação emitida pela Instituição e pela Comissão por meio de seu Presidente.
4. Quando se fizer necessário, ser elo entre a Comissão – Instituição e entre a Comissão – CASTEC; pois a condução dos trabalhos de verificação deverá ser conduzida pelo Presidente da Comissão de Verificação.
5. Cooperar, caso seja necessário, com as atividades de digitação, redação, impressão entre outras correlatas.

Para os processos de reconhecimento a proposta é praticamente a mesma, acrescentando-se alguns pontos à entrevista com alunos e aos dados propostos para o curso pós-reconhecimento conforme apresentados a seguir:

- Dados do responsável pela elaboração do projeto: pode não necessariamente ser o coordenador do curso, ou seja, é aquele que escreveu o projeto para a instituição (um consultor, por exemplo)
- Dados do coordenador do curso: para o curso autorizado, é a pessoa que atualmente responde pela coordenação do curso. Pode ser o mesmo para o curso pós-reconhecimento.
 - Para o curso pós-reconhecimento, é a pessoa que responde pela coordenação após o reconhecimento. Deve estar contratado no ato da visita da comissão verificadora. Constitui-se na pessoa responsável pela continuação do curso.
- Corpo Docente:
 - Plano de Carreira Docente: Verifica-se se no plano de carreira encontra-se explícito a política de remuneração e o regime de trabalho do corpo docente, além de aspectos gerais relacionados à progressão funcional e experiência de mercado.
 - Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente do Curso: verifica-se se existe política formal que estabeleça o esforço para assegurar a contínua melhoria da qualidade do corpo docente, bem como o planejamento de aperfeiçoamento do mesmo. Em caso de ausência, solicita-se termo de compromisso. (Não deve haver termo de compromisso para esse item, para cursos autorizados pós Portaria MEC Nº 1.647 de 25/11/1999). Constata-se, por um quadro de resultados (que deve ser obrigatoriamente apresentado), se efetivamente a política de melhoria da qualidade do corpo docente existe.
 - Coordenadores do Curso: os coordenadores do curso autorizado e pós-reconhecimento podem ser a mesma pessoa, como também podem ser pessoas

diferentes. Os coordenadores do curso autorizado e pós-reconhecimento devem estar dedicados ao curso no seu horário de funcionamento, sendo vedado o acúmulo de atividades que não estejam relacionadas com o mesmo. Devem ter pós-graduação e experiência docente na área do curso e poderão acumular simultaneamente no máximo 1 (uma) unidade curricular do curso.

Analisa-se também a documentação dos coordenadores do curso autorizado e pós-reconhecimento referente à sua titulação, sua experiência profissional docente e não docente, suas publicações e o seu contrato com a instituição.

Entrevista-se também o Coordenador do Curso pós-reconhecimento, verificando a competência para dar continuidade ao curso, seu regime de trabalho, experiência na administração acadêmica, sua motivação para coordenar o curso, sua identificação com o mesmo e seu vínculo com a instituição mantida.

O coordenador do curso pós-reconhecimento deve estar contratado pela instituição no momento da visita da comissão verificadora, pois é a pessoa responsável pela continuação do curso.

Analisa-se a pontuação dos coordenadores do curso conforme a seguinte diretriz:

- Titulação do Coordenador do Curso:

Doutor: 10 pontos

Mestre: 8 pontos

Especialista: 4 pontos

- Experiência profissional de docência

- Para cada ano de experiência profissional de docência, somam-se 2 pontos até o máximo de 20 (vinte) pontos. Considera-se como experiência de docência, o ensino médio, profissional ou superior.

- Experiência profissional relevante na área do curso, soma-se 1 ponto até o máximo 10 pontos;

- Publicações relevantes na área do curso, 1 ponto a cada 2 publicações até o máximo de 5 pontos.

- Analisam-se as publicações conforme com a Resolução CES N° 2, de 7 de abril de 1998.

- Entrevista: até 5 pontos

- Reconhecimento do Notório Saber: até 5 pontos

- Escala de pontuação:

 - A – acima de 31 pontos

 - B – entre 21 e 30 pontos

 - C – entre 11 e 20 pontos

 - D – entre 6 e 10 pontos

 - E – abaixo de 5 pontos

Descrição do Corpo Docente

O corpo docente deve ser constituído de no mínimo 10% de Mestres e/ou Doutores.

O Curriculum Vitae resumido de cada docente que ensinou ou ensina no curso autorizado, além do Curriculum Vitae resumido de cada docente do curso pós-reconhecimento, deverá ser preenchido e constar do bloco. A documentação comprobatória do *Curriculum Vitae* é examinada pela comissão verificadora.

Todos os docentes atualmente ministrando unidades curriculares no curso autorizado e que ministrarão unidades curriculares no curso pós-reconhecimento deverão estar presentes por ocasião da visita da comissão verificadora. (pelo menos 80% destes docentes devem se fazer presentes)

Entrevista-se de forma coletiva e/ou individual todos os docentes atualmente ministrando unidades curriculares no curso autorizado e que ministrarão unidades curriculares no curso pós-reconhecimento para avaliar e verificar a competência para assumir a unidade didática.

Solicita-se da Instituição uma justificativa por escrito elaborada pelos docentes que não comparecerem na entrevista, indicando os motivos da ausência.

Um mesmo docente poderá acumular simultaneamente, no máximo, três unidades curriculares do curso.

Analisa-se a pontuação dos docentes conforme a seguinte diretriz:

- Titulação do Professor:

 - Doutor: 10 pontos

 - Mestre: 8 pontos

 - Especialista: 4 pontos

- Experiência profissional de docência: cada ano de experiência profissional de docência, somar 1 ponto até o máximo de 10 pontos por professor. Só consideram-se como experiência de docência, o ensino médio, profissional ou superior.
 - Experiência profissional relevante na área do curso, somam-se 2 pontos até o máximo 20 pontos por professor. No caso em que a disciplina não seja da área profissional em que está inserido o curso, analisa-se se o profissional tem experiência profissional não-docente na área da disciplina. Caso o mesmo não possua experiência profissional não-docente, mas sua formação de graduação seja a Licenciatura, contabiliza-se no máximo metade da pontuação desse item.
 - Publicações relevantes na área do curso, 1 ponto a cada 2 publicações até o máximo de 5 pontos.
 - Analisam-se as publicações conforme com a Resolução CES N° 2, de 7 de abril de 1998.
 - Entrevista: até 5 pontos por professor: a entrevista tem como objetivo averiguar a competência do professor para executar o plano de ensino referente a sua unidade curricular. Além disso, confirma os dados sobre a sua experiência docente e profissional.
 - Reconhecimento do Notório Saber: até 5 pontos
 - Escala de pontuação:
 - A – acima de 31 pontos
 - B – entre 21 e 30 pontos
 - C – entre 11 e 20 pontos
 - D – entre 6 e 10 pontos
 - E – abaixo de 5 pontos
- Planilha de Avaliação
- Calcula-se o resultado final respeitando a proporção de 50% para o corpo docente do curso autorizado, 30% para o corpo docente do curso pós-reconhecimento, 10% para a política de aperfeiçoamento/qualificação/atualização docente do curso e 10% para o coordenador do curso.
 - Transporta-se para a Planilha de Avaliação Final o resultado conforme tabela de conversão abaixo:

Se A – transportar 100

Se B – transportar 85

Se C – transportar 65

Se D – transportar 55

Se E – transportar 45

- Infra Estrutura

Toda a infra-estrutura de funcionamento do curso autorizado e pós-reconhecimento deverá estar disponível no momento da visita da comissão verificadora.

Quanto ao item Infra-estrutura, só é permitido termo de compromisso para a infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, para o estabelecimento da política de livre acesso ao acervo bibliográfico e para a expansão da biblioteca.

No entanto, caso a autorização do curso tenha sido pós Portaria MEC Nº 1.679 de 02/12/1999, não se mais permite mais o estabelecimento de termo de compromisso para a infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Na Infra-Estrutura Física e Recursos Materiais, analisa-se:

- se a metragem das salas de aula, atende ao mínimo de qualidade aceitável: 1 m² por aluno;
- se a metragem dos laboratórios, atende ao mínimo de qualidade aceitável: 1,5 m² por aluno;
- a existência de sala de professores adequada (computadores, impressoras, acesso à Internet, local para atendimento a alunos, etc.). Caso a Instituição não possua a referida estrutura, atribui-se a nota mínima e consta-se nas sugestões para a melhoria do curso;
- a adequação dos equipamentos disponíveis com base no projeto pedagógico do curso.
- Analisar se a Instituição necessita de plano de expansão.

Toda a infra-estrutura física e de recursos materiais para o funcionamento do curso autorizado e pós-reconhecimento deverá estar pronta no momento da visita da comissão verificadora.

Avalia-se a adequação da infra-estrutura física e de materiais tendo em vista o número de alunos, objetivos do curso, projeto pedagógico e horários de funcionamento.

Quanto à infra-estrutura de acessibilidade às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, verifica-se a existência. Caso não exista ou seja insuficiente, a Instituição deverá firmar um termo de compromisso comprometendo-se a realizar as adequações necessárias antes da publicação do edital do processo seletivo.

Nesse termo de compromisso deverá constar referência à Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999 e, obrigatoriamente, os seguintes termos:

1. compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para deficientes visuais;
2. compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para deficientes auditivos.

Caso a autorização do curso tenha sido pós Portaria MEC Nº 1.679 de 02/12/1999, não se permite mais o estabelecimento de termo de compromisso para a infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.

O conceito C deverá ser dado em caso de a infra-estrutura requisitada estar disponível para utilização adequada com qualidade mínima aceitável.

Nesse processo, quanto à Infra-Estrutura de Informática:

- examina-se o tombamento dos equipamentos;
- analisa-se a disponibilidade de utilização dos laboratórios para os alunos do curso;
- a infra-estrutura de informática de uso geral. Qualquer outra infra-estrutura de informática que não seja de uso geral, deve estar descrita no item laboratórios específicos. A infra-estrutura de informática de uso geral mínima prevê: computadores, impressora, acesso à internet e softwares de uso geral (sistema operacional - Ex: Windows, editor de texto - Ex: Word, planilha eletrônica - Ex: Excel, software de apresentação - Ex: Power Point, correio eletrônico - Ex: Outlook, e browser - Ex: Internet Explorer);
- entrevista-se o quadro de pessoal de apoio, verificando dele a quantidade, qualificação, regime de trabalho e tipo de vínculo;
- analisa-se o plano de atualização tecnológica dos equipamentos, tendo em vista a política de substituição dos equipamentos obsoletos;

- analisam-se os mecanismos para assegurar manutenções preventivas e corretivas;
- avaliam-se: o espaço físico, o plano de atualização, a manutenção, os softwares disponíveis às necessidades da organização curricular, o pessoal técnico de apoio e a política de uso dos laboratórios.
- Infra-Estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso: nesse item o avaliador deve:
 - analisar se a quantidade existente de equipamentos, materiais, softwares, ferramentas, etc, é compatível com a quantidade de alunos do curso para as atividades práticas de classe e extraclasse no plano pedagógico;
 - verificar a forma de acesso aos laboratórios para os alunos do curso nas atividades extraclasse;
 - examinar o tombamento dos equipamentos;
 - analisar a disponibilidade de utilização dos laboratórios;
 - entrevistar o quadro de pessoal de apoio dos laboratórios e verificar a quantidade, qualificação, regime de trabalho e tipo de vínculo, para cada tipo de laboratório existente;
 - para cada tipo de laboratório existente, analisar o plano de atualização tecnológica dos equipamentos, tendo em vista a política de substituição dos equipamentos obsoletos;
 - analisar os mecanismos para assegurar manutenções preventivas e corretivas;
 - avaliar o espaço físico, o plano de atualização, a manutenção, os equipamentos/materiais/ferramentas/softwares/etc disponíveis às necessidades da organização curricular e o pessoal técnico de apoio, assim como a política de uso dos laboratórios.
- Biblioteca: nesse espaço a avaliação envolve as seguintes ações:
 - examinar o tombamento, a catalogação e a disponibilidade dos títulos/exemplares para o funcionamento do curso autorizado e pós-reconhecimento;
 - consultar a quantidade de exemplares no item organização curricular (disposição de módulos, disciplinas, projetos e outros);
 - verificar se o aluno tem acesso livre ao material bibliográfico. Caso não tenha, solicitar termo de compromisso para assegurar o acesso livre ao material bibliográfico;

- analisar se a biblioteca cumpre a área mínima para usuários: 1 m² para cada 3 alunos existentes na instituição (Fonte: PROEP – Programa de Educação Profissional). Em caso da biblioteca não cumprir a área mínima, solicitar termo de compromisso;
- analisar a qualidade dos serviços prestados pela biblioteca;
- verificar se a Biblioteca está funcionando no horário do curso, acrescido de um turno para estudo, pesquisa ou empréstimo de exemplares;
- analisar a qualidade da política de atualização do acervo bibliográfico;
- entrevistar o pessoal técnico da biblioteca. Verificar a quantidade, a qualificação, o regime de trabalho e o tipo de vínculo de cada um com a instituição mantida.
- verificar se a cópia do diploma do(a) bibliotecário(a) consta dos anexos. Caso não conste, anexar a cópia do diploma do(a) bibliotecário(a) e o registro profissional no Conselho Regional de Biblioteconomia;
- verificar se a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos encontra-se dentro do seguinte indicador de qualidade :
- Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de títulos/periódicos da bibliografia básica: 4 títulos/periódicos por unidade curricular.

Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos da bibliografia básica:

R = Relação aluno/exemplar

Pontos: 40, se $R < 10$

28, se $20 < R > 10$

0, se $R > 20$

aluno: quantidade de alunos cursando a unidade curricular

exemplar: quantidade de exemplares do título/periódico

- Todos os títulos indicados nos itens Descrição das Unidades Curriculares do Curso Autorizado e do Curso Pós-Reconhecimento como bibliografia básica deverão estar obrigatoriamente disponíveis na biblioteca da instituição mantenedora.
- Planilha de Consolidação da Avaliação da Infra-Estrutura: essa planilha é feita conforme a seguinte ponderação:

Infra-estrutura física e recursos materiais - 20%

Infra-estrutura de informática - 20%

Infra-estrutura de laboratórios específicos a área do curso - 30%

Biblioteca - 30%

Na infra-estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, apenas verifica-se se existe ou não, pois não tem peso nessa nota.

- Parecer Final da Comissão Técnica

Após três análises técnicas negativas ou decorridos mais de 3 meses da data de distribuição do processo de conclusão da análise técnica, comunica-se a CASTEC sobre o fato e conversa-se com a mesma sobre os novos encaminhamentos para o processo.

Após parecer positivo, comunica-se a CASTEC para marcar a visita com a Instituição. A visita só poderá ocorrer após a CASTEC enviar documento comunicando a visita e a Instituição retornar esse documento com o "de acordo" assinado.

Nos processos de reconhecimento, a comissão técnica é a mesma da verificadora. Planilha de Avaliação Final: essa planilha não pode ter arredondamentos. Para um de seus itens, organização e desenvolvimento curricular, o padrão mínimo de qualidade exigido é C.

- Parecer Final da Comissão Verificadora

O parecer final da comissão verificadora deverá informar a denominação do curso, número de vagas, turnos de funcionamento, número máximo de alunos para as aulas teóricas e práticas.

Com a análise in loco, a comissão verificadora poderá modificar a análise da comissão técnica e, conseqüentemente, mudar o conceito final.

Caso o conceito final seja D, deve o presidente da Comissão contatar a CASTEC para definir o prazo para diligência e o período de nova visita de verificação.

Caso o conceito final seja E, não se recomenda o reconhecimento do curso.

Nos processos de reconhecimento, a comissão técnica é a mesma da verificadora.

- Sugestões da Comissão Verificadora para a Melhoria da Qualidade do Curso Analisado. Da mesma forma, esse não poderá ficar em branco, principalmente se o curso não recebeu o conceito "A".

5 PROPOSTA DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS PARA AVALIAR E ORIENTAR AS CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA ÁREA DE GESTÃO E COMÉRCIO

A proposta aqui apresentada para avaliar e orientar os Avaliadores quando da verificação das condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio é decorrente dos fundamentos teóricos e empíricos, dos critérios utilizados atualmente pelo MEC, das percepções dos Avaliadores em relação aos questionamentos feitos e da experiência e vivência do pesquisador como Avaliador dos Cursos Superiores de Tecnologia na área de Gestão e Comércio.

Apresenta-se, num primeiro momento, o perfil dos respondentes para, em seguida, descrever os principais pontos identificados na ferramenta de pesquisa, para então apresentar o modelo proposto de dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio.

Ressalta-se que a mesma foi testada em dois Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio implementados na Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina.

5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

O questionário semi-estruturado de coleta de dados, enviado e respondido, em forma *on line*, pelos Consultores *ad hoc* da SETEC das áreas de Gestão e Comércio do MEC, caracterizou o perfil dos respondentes da seguinte forma:

- a) Quanto à idade, 100% dos respondentes entre 40 e 50 anos;
- b) Quanto à formação acadêmica, 45% de Mestres e 55% de Doutores;
- c) Quanto à atuação docente, todos são professores de CST's ou Bacharelados de Administração;
- d) Quanto ao tempo que são avaliadores da SETEC, 25% menos de 3 anos e 75% mais de 3 anos;

e) Quanto ao vínculo: 70% vinculados a instituições públicas e 30% a instituições privadas;
 f) Quanto ao perfil ideal de um Avaliador *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia apresentaram os seguintes indicativos:

- Ter postura pró-ativa
- Ser conhecedor profundo da educação e das mudanças que ocorrem nos CSTs
- Conhecer a realidade dos CSTs
- Saber trabalhar em equipe
- Estar disponível para viajar.
- Conhecer a legislação educacional
- Possuir experiência docente na educação profissional
- Ter formação e/ou experiência na área na qual está atuando como avaliador
- Ser conhecedor da legislação específica
- Ter domínio da comunicação – nas dimensões oral e escrita
- Ser bom articulador, flexível, ponderado, organizado e ético.

5.2 DIMENSÕES PRIORIZADAS PELOS RESPONDENTES

Para efeitos da apresentação desta pesquisa, na enumeração dos itens buscou-se manter a resposta do avaliador tal como foi descrita.

5.2.1 Dimensão: Instituição / Curso

a) Aspectos mais relevantes quando da realização da reunião com a equipe dirigente da IES

- Preservação da qualidade do ensino
- Importância do curso com o setor produtivo
- Necessidade de acesso aos PNEs
- Capacitação constante aos docentes.
- Estes aspectos são relevantes uma vez que a equipe dirigente deve estar em sintonia com todo o curso, conhecendo as potencialidades e aquilo que precisa ser melhorado.
- Ser bom articulador, flexível, ponderado, organizado e ético. Com essas características é possível conduzir a reunião de modo a atingir os objetivos propostos.

- Ter domínio da comunicação na dimensão oral. A comunicação é fator preponderante para ações dessa natureza, qualquer que seja a finalidade.
- Estar ciente do projeto de curso em questão para que possam ser discutidas as questões com total entendimento.
- Ter feito e enviado com antecedência a análise técnica do projeto.
- Agir com ética e postura profissional.

b) Quanto à importância do avaliador conhecer a história da IES e do curso que está sendo avaliado

Há a necessidade desse conhecimento, haja vista a incumbência maior de sua atividade, qual seja: avaliar as condições de oferta e/ou reconhecimento de CST. Essa atividade traz, conseqüentemente, a prerrogativa de um conhecimento da Instituição para efeitos da qualidade dessa oferta. Busca-se a maior fidedignidade possível, que retrate a realidade apresentada, já que a sua atividade mais relevante é avaliar as condições de oferta e/ou reconhecimento de CST.

c) Os principais aspectos que podem ser observados quando da análise da necessidade social do curso

- Relação com o setor produtivo
- Crenças, valores e missão
- Compartilhamento das ações da instituição
- Perfil dos alunos
- Atividades de responsabilidade social.
- Analisar a justificativa de oferta.
- Verificar a fidedignidade da pesquisa de demanda.
- Comparar essa demanda com o perfil profissional de conclusão.
- Analisar a organização curricular para perceber seu atrelamento a esse perfil.
- Verificar se existem mecanismos que possibilitem o acesso ao setor produtivo.

5.2.2 Dimensão: Organização curricular

a) Em relação à Organização Curricular do Curso os itens mais importantes na avaliação são os seguintes:

- análise da demanda/ necessidade social
- objetivos do curso
- compatibilidade dos objetivos do curso com a missão, visão e valores da IES
- perfil do egresso desejado
- concepção de organização curricular
- práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes e/ou previstas no projeto
- sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem
- interface com o mercado

5.2.3 Dimensão: Principais atribuições do Coordenador do curso

a) no campo pedagógico

- Avaliar o desempenho pedagógico dos professores
- Entender das metodologias adotadas em sala de aula
- Conhecer o processo de avaliação da aprendizagem
- Propor cursos de capacitação
- Revisar constantemente os projetos dos cursos
- Estar em contato permanente com o aluno
- Tomar decisões compartilhadas
- Possibilitar aos docentes intercâmbio periódico de experiências
- Favorecer trabalho integrado
- Organizar (ou assessorar a organização) o acompanhamento da vida escolar do aluno.

b) no campo político

- Analisar o cenário em que o curso está envolvido

- Avaliar a conjuntura atual do curso
- Enfatizar a importância do curso
- Ter uma visão global e integradora do curso
- Articular-se positivamente com todos os envolvidos no curso
- Ser articulador/negociador
- Agir com flexibilidade para as possíveis alterações no projeto de acordo com as prioridades da IES
- Buscar a liderança para suas ações
- Mostrar espírito empreendedor, ousando parcerias e projetos.
- Estar comprometido com a qualidade do curso com vistas ao egresso a ser inserido no mercado.

c) no campo estratégico

- Compreender o processo sistêmico
- Organizar planejamento
- Correlacionar o curso com os níveis decisórios da Instituição
- Prever mudanças institucionais
- Monitorar as ações estratégicas do curso
- Conciliar as ações administrativas e pedagógicas
- Buscar avaliação constante do projeto do curso
- Prever espaços de socialização de resultados positivos alcançados no transcorrer do curso
- Ser flexível para tomar decisão
- Ser bom comunicador

d) no campo de relações com o mercado

- Articular o curso com o mercado de trabalho, fortalecendo as relações
- Fazer convênios com empresas
- Oportunizar visitas dos alunos nas empresas
- Oferecer palestras aos alunos, trazendo pessoas do mercado para falar as experiências
- Acompanhar o estágio (qdo houver)

- Estar em sintonia com o setor produtivo (conhecer)
- Ter inserção no setor produtivo
- Propor projetos e parcerias
- Buscar atualizar o projeto de acordo com as mudanças do setor produtivo
- Incentivar produção articulada com o setor produtivo por meio de projetos

e) no campo das relações humanas

- Aceitar a opinião do outro
- Saber ouvir
- Saber atuar em equipe
- Ser educado e cordial
- Ter um bom relacionamento com a comunidade
- Ser acolhedor
- Agir com imparcialidade e justiça
- Promover momentos de integração
- Incentivar a auto-estima do aluno
- Buscar mecanismos para realimentar a motivação de professores e alunos.

f) no campo da experiência acadêmica e não acadêmica

- Conhecer as unidades curriculares do curso
- Relacionar o curso com as unidades curriculares
- Prever eventos e tendências futuras
- Desenvolver novas posturas em relação aos cursos
- Capacitar-se sistematicamente
- Operacionalizar o horário dos professores
- Verificar a sintonia do horário do funcionamento da curso com o perfil dos alunos
- Propor estratégias de validação de competências adquiridas informalmente
- Propor estratégias de validação de competências adquiridas formalmente
- Mostrar flexibilidade para adequar a disponibilidade de horário dos alunos sem que se perca a qualidade do formação.

5.2.4 Dimensão: Participação docente e discente

a) Quanto à participação dos docentes e dos discentes no curso e na IES

- Participar da elaboração do projeto
- Sugerir mudanças ao curso quando necessárias
- Atuar coletivamente
- Capacitar-se constantemente
- Propor melhorias para a instituição
- Promover encontros periódicos
- Criar um canal de comunicação on-line
- Incentivar a socialização de bons resultados
- Promover encontros de avaliação e auto avaliação
- Criar espaços de comunicação entre os gestores, docentes e discentes.

5.2.5 Dimensão: Interface com mercado

a) As principais estratégias que devem ser avaliadas, quando da verificação da interface do curso com o mercado

- Atende a demanda?
- Está em sintonia com a área profissional?
- O perfil profissional responde ao pretendido pelo setor produtivo?
- Existe possibilidade de estágio?
- A organização curricular prevê a possibilidade de aprender a aprender?

5.2.6 Dimensão: Demonstrativo financeiro

a) Os itens que devem ser observados no demonstrativo financeiro para assegurar a longevidade do curso proposto e da IES

- Capacidade da instituição em implantar, manter e melhorar as condições do curso
- Capacidade de investimentos em capacitação
- Capacidade de investimentos em laboratórios
- Capacidade de investimentos em acervo bibliográfico
- Capacidade de investimentos em melhoria da infraestrutura

5.2.7 Dimensão: Corpo docente

a) Os critérios prioritários no corpo docente

- Titulação
- Experiência acadêmica
- Experiência não acadêmica
- Regime de trabalho
- Produção acadêmica

5.2.8 Dimensão: Infra-estrutura tecnológica

- A adequação do espaço físico, tendo em vista a quantidade de equipamentos e o número de usuários.
- Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos.
- Disponibilidades dos equipamentos, materiais, ferramentas, softwares, e outros em relação às necessidades da organização curricular.
- Quadro de pessoal de apoio quanto à disponibilidade, qualificação e regime de trabalho.
- Horário de funcionamento dos laboratórios; política de acesso aos laboratórios

5.2.9 Dimensão: Infra-estrutura física

- Salas de aulas utilizadas pelo curso (área total, capacidade, iluminação, ventilação)
- Salas e/ou gabinetes para professores
- Instalações sanitárias e outras facilidades adequadas aos docentes, discentes e funcionários como áreas de lazer/circulação
- Instalações especiais (auditório, sala de multimeios) e/ou outros recursos materiais
- Salas de estudos para alunos

5.2.10 Dimensão: Biblioteca

- Reprografia
- Catalogação
- Informação ao usuário
- Informatização
- Sistema de recuperação de informações
- Internet
- Empréstimo
- Recursos Audiovisuais
- Recursos de Multimeios

5.2.11 Outras dimensões: Acessibilidade de portadores de necessidades especiais

- Acessibilidade de PNE's

5.3 MODELO PROPOSTO DE DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS

Como já frisado, o modelo proposto é resultado da análise documental, das percepções dos pesquisados e da vivência e da experiência vivenciada pelo pesquisador como Avaliador *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio.

5.3.1 Modelo proposto para avaliar as condições de autorização dos CST's

O modelo proposto para avaliar as condições de autorização dos CST'S engloba as seguintes partes de forma geral:

A **Parte 1 trata dos dados de identificação**: número de referência, nome da mantenedora, nome da mantida, dirigentes principais, nome do Coordenador, dentre outros como se pode observar no formulário de avaliação proposto.

Na **Parte 2 verificam-se dados gerais do curso objeto do pedido de autorização**. Nesta parte são destacados os seguintes tópicos, denominação do Curso; total de vagas anuais; número de alunos por turma; turnos de funcionamento; regime de matrícula; carga horária total do curso; limite mínimo e máximo para a conclusão do curso; valor proposto para anuidade e as bases legais que amparam o projeto do curso proposto.

A **Parte 3 versa exclusivamente sobre dados do Projeto Pedagógico do Curso proposto**, como, missão do curso, objetivos, perfil de egresso, unidades curriculares por semestre/ano, distribuição da carga horária, carga horária por unidade curricular/módulo, flexibilidade curricular, práticas pedagógicas inovadoras, práticas formais de avaliação do processo ensino-aprendizagem, política de estágio, bibliografias, atividades complementares de ensino, pesquisa e de extensão, envolvimento com a comunidade e avaliação institucional.

A **Parte 4 versa sobre o corpo docente** e nela analisadas as seguintes categorias, como por exemplo, titulação, dedicação e regime de trabalho, experiência em docência, experiência em atividade relevante e política de aperfeiçoamento / atualização.

A **Parte 5 trata do responsável/coordenador do curso** (nome, titulação, regime de trabalho, data de contratação), dentre outros.

Na **Parte 6 verificam-se as dependências/serventias**: número de salas para Direção, Coordenação, Professores, salas de aula, sanitários, Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência, Setor de Atendimento / Tesouraria, Praça de serviços, Praça de Alimentação, Auditórios / Sala de áudio / Salas de Apoio, Espaço Cultural, Laboratórios Multidisciplinares, Laboratórios de Informática e Sala de Leitura / Biblioteca.

A **Parte 7 especifica os laboratórios de informática** e são destacados os seguintes itens: adequação do espaço físico, plano de atualização tecnológica, disponibilidades de softwares, horários de funcionamento e planos de expansão.

Na **Parte 8 são destacados os itens exigidos Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999**, mais especificamente, acerca da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.

A **Parte 9 trata da biblioteca** e são verificadas seguintes categorias, dentre outras: reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização do acervo, acervo de livros e de periódicos, base de dados, internet, sistema de empréstimo e recursos multimeios.

Na **Parte 10 observa-se o orçamento: receitas e despesas** para os primeiros três anos de existência do curso.

A **Parte 11 especifica a avaliação geral atribuída pelos Avaliadores *ad hoc*** em relação aos seguintes aspectos: projeto pedagógico do curso; corpo docente, qualificação do Coordenador do Curso; Infra-estrutura física e de recursos materiais; Infra-estrutura tecnológica; infra-estrutura de acessibilidade à PNE e Biblioteca.

Na **Parte 12 verifica-se a atribuição do conceito final ao curso**, nela os Avaliadores devem levar em conta a importância relativa de cada um dos indicadores de avaliação. Os indicadores relativos ao corpo docente têm um papel preponderante na determinação do conceito final. Em particular, sua qualificação, estabilidade e dedicação são elementos

fundamentais para a avaliação global. Além disso, a qualidade da estrutura curricular e sua coerência com o perfil profissional proposto, os laboratórios disponíveis e a Biblioteca devem influir de forma decisiva na avaliação final.

Independentemente da localização do curso, o **conceito global mínimo C** para os indicadores complementares é condição indispensável para sua autorização.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Número de referência	
Processo(s) nº(s):	
Instituição:	
Curso:	
1.2 Mantenedora	
Nome:	
Endereço:	
Cidade:	
Estado:	CEP:
Fone:	
Fax:	E-mail
1.3 Mantida	
Nome:	
1.4 Dirigente Principal da Instituição	
Nome:	
Endereço Residencial:	
Fone:	
Fax:	
E-mail	
1.5 Nome do Coordenador do Curso	
Nome:	
Endereço Residencial:	
Fone:	
Fax:	
E-mail:	
1.6 Titulação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	Titulação: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado
	Regime de Trabalho: () Parcial () Integral
1.7 Comissão Verificadora	
Nome do Presidente:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
Nome do Membro:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
Nome do Membro:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
1.8 Período de Verificação	De: ____/____/____ a ____/____/____

2 – DADOS GERAIS DO CURSO OBJETO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO:

2.1 Denominação:	
2.2 Total de Vagas anuais	
2.3 Número de alunos por turma	
2.4 Turnos de funcionamento	
2.5 Regime de matrícula	
2.6 Carga horária total do curso	
2.7 Integralização da carga horária do curso: limite mínimo e máximo	
2.8 Valor proposto para anuidade relativo ao ano de: _____	
2.9 Bases legais do curso	

3 – DADOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

3.1 Missão/Finalidade do Curso	
3.2 Perfil de egresso pretendido pela Mantenedora com o Curso	
3.3 Objetivos do Curso	

3.4 Unidades Curriculares Por Semestres/Módulos Constantes no Projeto Original do Curso	MANTIDAS	EXCLUÍDAS	ALTERADAS/ SUBSTITUÍDAS/ INCLUÍDAS
1º Semestre / Módulo			
2º Semestre / Módulo			
Semestre / Módulo “N”			

3.5- Quadro com as Justificativas das Unidades Curriculares que foram Excluídas, Mantidas, Substituídas/Alteradas/Incluídas, por Semestre/Módulo

SEMESTRES / MÓDULOS	JUSTIFICATIVA
1º Semestre / Módulo	
2º Semestre / Módulo	
Semestre / Módulo “N”	

3.6 OUTROS ITENS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	COMENTÁRIOS
3.6.1 Estágio Curricular <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Coordenador de Estágio</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Professores Orientadores ao longo do Curso</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>TCC</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Articula Teoria x Prática</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Regulamento de estágios</div> <div>() ()</div> </div>	
3.6.2 Plano de Avaliação Institucional <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Implementado</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Da IES</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Do Curso</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Análise de Resultados</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Discussão com Colegiado</div> <div>() ()</div> </div>	
3.6.3 Flexibilidade Curricular <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Fluxo Alternativo</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Certificações Intermediárias</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Validação de Conhecimentos</div> <div>() ()</div> </div>	
3.6.4 Empresa Júnior <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Empresa Júnior</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Professores Orientadores</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Estatuto e regimento</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Espaço físico</div> <div>() ()</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Infra-estrutura tecnológica</div> <div>() ()</div> </div>	

3.6.5 Conformidade com a carga horária mínima exigida pela área.	
3.6.6 Práticas Pedagógicas previstas: descrever as metodologias de ensino aprendizagem previstas, quando da realização da reunião com os docentes. Analisar a compatibilidade das mesmas com o perfil, objetivos e missão do curso.	
3.6.7 Sistema previsto de avaliação do processo de ensino-aprendizagem: descrever as formas previstas pelos docentes entrevistados. Analisar a compatibilidade das mesmas com o perfil, objetivos e missão do curso.	
3.6.8 Política prevista de integração do ensino, pesquisa e extensão: analisar a compatibilidade da mesma com a missão, objetivos e perfil do curso.	
3.6.9 Política prevista de envolvimento com a comunidade: analisar as parcerias existentes, o compromisso dos dirigentes em implementá-la para consolidar a qualidade do curso.	

Avaliar o Projeto Pedagógico, segundo os padrões de qualidade, conforme quadro a seguir:

ITENS DESTINADOS À AVALIAÇÃO	A	B	C	D	E
• Missão da Instituição/finalidade;					
• Objetivos do curso					
• Perfil profissiográfico (de egresso) pretendido pelo curso;					
• Matriz curricular;					
• Distribuição da carga horária;					
• Carga horária por Unidade Curricular / Módulo;					
• Flexibilidade curricular;					
• Práticas pedagógicas inovadoras: metodologia de ensino aprendizagem;					
• Práticas formais de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;					
• Política de estágio supervisionado; (não obrigatório)					
• Objetivos / Competências;					
• Bibliografias;					
• Integração ensino, pesquisa e extensão;					
• Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão com destaque para as atividades desenvolvidas pela Empresa Júnior; (não obrigatório)					
• Envolvimento com a comunidade/parcerias;					
• Avaliação Institucional;					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

CONCEITO: ☐

Justificativa do conceito: TOMAR POR BASE OS COMENTÁRIOS REGISTRADOS PARA CADA ITEM RELATIVO AO PROJETO PEDAGÓGICO

4 – DADOS DO CORPO DOCENTE INDICADO

4.1 QUADRO DO CORPO DOCENTE POR DISCIPLINA, PROFESSOR, TITULAÇÃO, SITUAÇÃO E ENDEREÇO

Unidade Curricular	Nome	Titulação	Endereço
1º Semestre / Módulo			
2º Semestre / Módulo			
Semestre / Módulo “N”			

4.2 QUADRO RESUMO DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Titulação	Quantidade	% do Total
Graduação		
Especialização		
Mestrado		
Doutorado		
Total		

TITULAÇÃO

Conceito	Mínimo de
A	15% doutores e 40% mestres e 30% de especialistas
B	30% mestres e 30% de especialistas
C	20% mestres e 40% de especialistas
D	10% mestres e 20% de especialistas
E	Inferior

CONCEITO TITULAÇÃO: ☐

4.3 DEDICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Tabela Resumo de Regime de Trabalho dos Docentes (situação atual)

Regime	Horas Semanais	Quantidade	% do Total
DE	Exclusivo		
Tempo Integral	40 h		
Tempo parcial	20 h		
Horista	Até 20 h		
Outros			
Total			

TITULAÇÃO

Conceito	Regime (% de docentes com DE e/ou em tempo integral)
A	30%
B	25%
C	20%
D	10%
E	menos de 10%

CONCEITO REGIME DE TRABALHO:

☐

4.4 EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA

Tempo de Experiência	Quantidade	% do Total
Mais de 10 anos		
De 8 a 10 anos		
De 5 a 8 anos		
De 2 a 5 anos		
Menos de 2 anos		
Total		

Conceito	Experiência em docência
A	50% com mais de 10 anos
B	50% com mais de 8 anos
C	50% com mais de 5 anos
D	51% com menos de 5 anos
E	51% com menos de 2 anos

CONCEITO EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA: ☐

4.5 EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE RELEVANTE

Tempo de Experiência	Quantidade	% do Total
Mais de 10 anos		
De 8 a 10 anos		
De 5 a 8 anos		
De 2 a 5 anos		
Menos de 2 anos		
Total		

Conceito	Experiência em docência
A	50% com mais de 10 anos
B	50% com mais de 8 anos
C	50% com mais de 5 anos
D	51% com menos de 5 anos
E	51% com menos de 2 anos

CONCEITO EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE RELEVANTE:

☐

**4.6 POLÍTICA DE APERFERIÇOAMENTO /QUALIFICAÇÃO /ATUALIZAÇÃO
DOCENTE PREVISTA PELO CURSO**

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

JUSTIFICATIVA DO CONCEITO: verificar se a instituição têm ou manterá, conforme compromisso dos dirigentes, a participação dos docentes em seminários, congresso e simpósios científicos, bem como com outras IES para capacitação e aperfeiçoamento docente.

PLANILHA RESUMO PARA AVALIAÇÃO GERAL DO CORPO DOCENTE A PARTIR DA ANÁLISE DAS CATEGORIAS: titulação, dedicação e regime de trabalho, experiência em docência, experiência em atividade relevante e política de aperfeiçoamento / atualização.

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
Titulação					
Dedicação e regime de trabalho					
Experiência em docência					
Experiência em atividade relevante					
Política de aperfeiçoamento/atualização					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

CONCEITO GLOBAL DO CORPO DOCENTE: ☐

o **Conceito Global C** no corpo docente é condição mínima indispensável para autorização para os Cursos Superiores de Tecnologia.

6 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.1 Distribuição do espaço físico existente e/ou em construção

Dependências / Serventias	Quantidade	m ²
Sala de Direção		
Salas de Coordenação		
Sala de Professores		
Salas de Aula		
Sanitários		
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência		
Setor de Atendimento / Tesouraria		
Praça de serviços		
Praça de Alimentação		
Auditórios / Sala de áudio / Salas de Apoio		
Espaço Cultural		
Laboratórios Multidisciplinares		
Laboratórios de Informática		
Sala de Leitura / Biblioteca		

6.2 - Outros recursos materiais

Televisores	
Vídeos	
Retroprojetores	
Outros	
TOTAL	

PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DE MATERIAIS

Avaliar a adequação da infra-estrutura física e de materiais tendo em vista o número de alunos, objetivos do curso, projeto pedagógico e horários de funcionamento, conforme itens a seguir:

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
SALAS DE AULAS UTILIZADAS PELO CURSO: ÁREA TOTAL, CAPACIDADE					
SALAS E GABINETES PARA PROFESSORES: QUANTIDADE					
ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO ADEQUADAS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BEM COMO A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS					
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E OUTRAS FACILIDADES ADEQUADAS AOS DOCENTES, DISCENTES E FUNCIONÁRIOS COMO ÁREAS DE LAZER/CIRCULAÇÃO					
INSTALAÇÕES ESPECIAIS (LABORATÓRIOS, BIBLIOTECA, AUDITÓRIO, SALA DE MULTIMEIOS)					
SALAS DE ESTUDOS PARA ALUNOS					
EXISTÊNCIA DE CONVÊNIOS PARA O USO DE INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS					
PLANO DE EXPANSÃO					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

--

7 - INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

7.1 Quadro Resumo da Infra-Estrutura Tecnológica

Qtde. Labs	Qtde. Equip	Configurações	Softwares

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

Avaliar o espaço físico, plano de atualização, manutenção, softwares disponíveis às necessidades das disciplinas e pessoal técnico de apoio, política de uso dos laboratórios.

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
A ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, TENDO EM VISTA A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS E O NÚMERO DE USÁRIOS.					
PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.					
DISPONIBILIDADES DOS SOFTWARES EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DAS DISCIPLINAS.					
HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS LABORATÓRIOS					
PLANOS DE EXPANSÃO					
QUADRO DE PESSOAL DE APOIO QUANTO À DISPONIBILIDADE, QUALIFICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO.					
EXCLUSIVIDADE DE USO					
POLÍTICA DE ACESSO					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

8 - INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Infra-estrutura para alunos com deficiência física

Obs: O item deverá ser totalmente atendido como determinam a Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999.

Assunto	SIM ou NÃO
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição (secretaria, sala dos professores ...)?	
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física a todas as salas de aula/laboratórios da instituição?	
Há reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades da instituição, para pessoas portadoras de necessidades especiais?	
Há banheiros adaptados que disponham de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas?	
Há barras de apoio nas paredes dos banheiros?	
Há lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas?	
Há telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas?	
Existe o compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso sala de apoio especial para deficientes visuais/auditivos?	

Menção:	Escala:
A= 100% dos itens atendidos B= de 80% a 99% dos itens atendidos C= de 51 a 79% dos itens atendidos D= 50% dos itens atendidos E= menos de 50 % dos itens atendidos	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

9 BIBLIOTECA

9.1 Quadro Resumo da Bibliografia Básica por Unidade Curricular / Módulo

UNIDADE CURRICULAR	GRADE DE LIVROS E PERIÓDICOS BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BIBLIOTECA	
		Nº EXEMPLARES	Pontos

Cada unidade curricular deverá ter no mínimo dois títulos, a pontuação deverá respeitar a relação “R” (aluno/ exemplar)

R = Relação aluno/exemplar	
Pontos:	A, se $R < 10$ B, se $10 \geq R \leq 16$ C, se $16 \geq R \leq 20$ D, se $20 \geq R \leq 24$ E, se $R > 24$
aluno: quantidade de alunos cursando a unidade curricular exemplar: quantidade de exemplares do título/periódico	

Conceito:

A B C D E

☐
☐
☐
☐
☐

Justificativa do conceito:

--

9.2 Relação dos Títulos mais importantes no Curso e disponíveis na Biblioteca para consulta, mas não listados no Quadro de Bibliografia Básica.

N.	Título	Exemplares
1.		
2.		
3.		

9.3 Acervo de Periódicos/ Outros:

OUTROS: PERIÓDICOS, CADERNOS, NORMAS, ANUÁRIOS, ETC. (UM POR LINHA)	
Tipo	Descrição

9.4 Espaço Físico:

Área total (m ²)	Área para usuários (m ²)	Capacidade (Nº de usuários sentados)
Outras informações:		
Iluminação:	() Satisfatória	() Insatisfatória
Ventilação:	() Satisfatória	() Insatisfatória

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

--

9.5 Serviços de:

ITEM	Comentários
Reprografia	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Catálogo	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Informação ao usuário	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Informatização	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Base de dados	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Internet	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Empréstimo	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Recursos Audiovisuais	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Recursos de Multimeios	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente

Menção:	Escala:
A= 100% a 80% dos itens satisfatórios B= de 79% a 70% dos itens satisfatórios C= de 69 a 60% dos itens satisfatórios D= 59% a 50% dos itens satisfatórios E= menos de 50 % dos itens satisfatórios	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

9.6 Horário de Funcionamento: (Especificar dias da Semana e Horário)

9.7 Mecanismo e Periodicidade de Atualização dos Acervos:

9.8 Forma de Acesso:

9.9 Recursos humanos:

- quantos profissionais compõem o corpo técnico: _____
- eles possuem formação técnica oficial: () Sim () Não
- o corpo técnico é em número suficiente para atender à demanda de serviço: () Sim () Não
- o recurso humano é satisfatório: () Sim () Não

PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
Existência de livros-textos em quantidade suficiente Para atender a alunos (transportar conceito do item 8.1)					
Disponibilidade de periódicos/revistas de bom nível					
Política para atualização do acervo de livros e periódicos					
Política e facilidade de acesso ao material bibliográfico					
Horários de acesso					
Espaço físico (transportar conceito do item 8.4)					
Serviços (transportar conceito do item 8.5)					
Pessoal especializado (bibliotecários e outros)					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐
Justificativa do conceito:

--

10 - PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO**10.1 Quadro com receitas e despesas**

ITENS/EXERCÍCIO	1º ano	2º ano	3º ano
RECEITAS/FONTES			
DESPESAS/NATUREZA			
OBSERVAÇÕES			

10.2 OUTROS COMENTÁRIOS

11 – RESULTADO PARCIAL DA AVALIAÇÃO

ITENS AVALIADOS	CONCEITO (A - E)
PROJETO PEDAGÓGICO	
CORPO DOCENTE	
QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	
INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	
INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE À PNE	
BIBLIOTECA	

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

A atribuição do conceito global ao curso deverá levar em conta a importância relativa de cada um dos itens de avaliação, dentro das especificidades locais e institucionais. A obtenção de no mínimo conceito **C** em todos os itens, é condição indispensável para que se possa atribuir o **conceito global, no TÓPICO 12 – RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO.**

CONCEITO FINAL DO CURSO:

12. RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO:

A atribuição do conceito final ao curso deverá levar em conta a importância relativa de cada um dos indicadores de avaliação. Os indicadores relativos ao corpo docente têm um papel preponderante na determinação do conceito final. Em particular, sua qualificação, estabilidade e dedicação são elementos fundamentais para a avaliação global. Além disso, a qualidade da estrutura curricular e sua coerência com o perfil profissional proposto, os laboratórios disponíveis e a Biblioteca devem influir de forma decisiva na avaliação final.

Independentemente da localização do curso, o **conceito global mínimo C** para os indicadores complementares é condição indispensável para sua autorização.

A justificativa do conceito deve ter coerência com o conceito atribuído.

CONCEITO FINAL DO CURSO:



Justificativa do conceito:

13. PARECER CONCLUSIVO DA AVALIAÇÃO:

O Parecer Conclusivo deverá enquadrar-se em um dos três itens abaixo:

1º ITEM

RECOMENDA A AUTORIZAÇÃO DO CURSO _____ _____ _____	VAGAS TOTAIS ANUAIS PARA O CURSO E O REGIME (Semestral ou Anual): _____ _____ _____
---	--

2º ITEM

DILIGÊNCIA POR FALTA DE INFORMAÇÕES: _____ _____ _____	INDICAR OS ITENS E ESPECIFICAR COMO OS MESMOS SERÃO ANALISADOS PELA COMISSÃO NOVAMENTE OU PELOS TÉCNICOS DO MEC.
--	--

3º ITEM

<input type="checkbox"/> NÃO RECOMENDA A AUTORIZAÇÃO (Descrever os itens que justificam a Não Recomendação)
--

Local, data, mês e ano.

Assinatura:

Prof. (Presidente)

Instituição:.....

Assinatura:

Prof.....

Instituição:.....

5.3.2 Modelo Proposto para Avaliar as Condições de Reconhecimento dos CST's

O modelo proposto para avaliar as condições de reconhecimento dos CST'S engloba as seguintes partes de forma geral:

A **Parte 1 trata dos dados de identificação**: número de referência, nome da mantenedora, nome da mantida, dirigentes principais, nome do Coordenador, dentre outros como se pode observar no formulário de avaliação proposto.

Na **Parte 2 verificam-se os dados básicos dos dirigentes principais da IES mantida**, por meio da apresentação do *currículum vitae* de cada um dos dirigentes principais.

As **partes 3 e 4 tratam dos dados básicos da IES mantida**, em que se verificam: o histórico da instituição, suas principais áreas de atuação, cursos ofertados nos níveis de graduação e pós-graduação, avaliando-se os atos legais, o número de vagas, o tamanho das turmas, a carga horária dos cursos, o número e ingressos e o número de concluintes dos cursos ofertados pela instituição.

Na **Parte 5 verificam-se os dados gerais do curso objeto do pedido de reconhecimento**. Nessa parte são destacados os seguintes tópicos: a série histórica do curso, denominação do Curso; total de vagas anuais; número de alunos por turma; turnos de funcionamento; regime de matrícula; carga horária total do curso; limite mínimo e máximo para a conclusão do curso; valor proposto para anuidade, o atingimento do perfil e das competências propostas, o corpo docente, as bases legais que amparam o projeto do curso e por fim a administração acadêmica.

A **Parte 6 versa exclusivamente sobre dados do Projeto Pedagógico do Curso**, como: missão do curso, objetivos, perfil de egresso, unidades curriculares por semestre/ano, distribuição da carga horária, carga horária por unidade curricular/módulo, flexibilidade curricular, práticas pedagógicas inovadoras, práticas formais de avaliação do processo ensino-aprendizagem, política de estágio, bibliografias, atividades complementares de ensino, pesquisa e de extensão, envolvimento com a comunidade e avaliação institucional.

A **Parte 7 versa sobre o corpo docente** e são analisadas as seguintes categorias: como por exemplo, titulação, dedicação e regime de trabalho, experiência em docência, experiência em atividade relevante e política de aperfeiçoamento / atualização.

A **Parte 8 trata do responsável/coordenador do curso** (nome, titulação, regime de trabalho, data de contratação), dentre outros.

Na **Parte 9 verificam-se as dependências/serventias**: número de salas para Direção, Coordenação, Professores, salas de aula, sanitários, Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência, Setor de Atendimento / Tesouraria, Praça de serviços, Praça de Alimentação, Auditórios / Sala de áudio / Salas de Apoio, Espaço Cultural, Laboratórios Multidisciplinares, Laboratórios de Informática e Sala de Leitura / Biblioteca.

A **Parte 10 especifica os laboratórios de informática** e são destacados os seguintes itens: adequação do espaço físico, plano de atualização tecnológica, disponibilidades de softwares, horários de funcionamento e planos de expansão.

Na **Parte 11 são destacados os itens exigidos Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999**, mais especificamente, acerca da acessibilidade as pessoas portadoras de necessidades especiais.

A **Parte 12 trata da biblioteca** e são verificadas as seguintes categorias, dentre outras: reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização do acervo, acervo de livros e de periódicos, base de dados, internet, sistema de empréstimo e recursos multimeios.

Na **parte 13 observa-se documentação relativa a regularidade fiscal e parafiscal**.

A **Parte 14 especifica a avaliação geral atribuída pelos Avaliadores *ad hoc*** em relação aos seguintes aspectos: projeto pedagógico do curso; corpo docente, qualificação do Coordenador do Curso; Infra-estrutura física e de recursos materiais; Infra-estrutura tecnológica; infra-estrutura de acessibilidade à PNE e Biblioteca. Verifica-se a atribuição do conceito final do curso.

Na **Parte 15** apresenta-se o parecer da comissão avaliadora, recomendando o reconhecimento do curso, identificando a IES, e o tempo de reconhecimento, dependendo do conceito final atribuído. Os Avaliadores deverão levar em conta a importância relativa de cada um dos indicadores de avaliação. Os indicadores relativos ao corpo docente têm um papel preponderante na determinação do conceito final. Em particular, sua qualificação, estabilidade e dedicação são elementos fundamentais para a avaliação global. Além disso, a qualidade da estrutura curricular e sua coerência com o perfil profissional, os laboratórios disponíveis e a Biblioteca devem influir de forma decisiva na avaliação final.

O curso para ter recomendado o seu reconhecimento, deve obter conceito mínimo “C” nas dimensões.

MODELO PROPOSTO PARA AVALIAR AS CONDIÇÕES DE RECONHECIMENTO DE CST'S

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Número de referência	
Processo(s) nº(s):	
Instituição:	
Curso:	
1.2 Mantenedora	
Nome:	
Endereço:	
Cidade:	
Estado:	CEP:
Fone:	
Fax:	E-mail
1.3 Mantida	
Nome:	
1.4 Dirigente Principal da Instituição	
Nome:	
Endereço Residencial:	
Fone:	
Fax:	
E-mail	
1.5 Nome do Coordenador do Curso	
Nome:	
Endereço Residencial:	
Fone:	
Fax:	
E-mail:	
1.6 Titulação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	Titulação: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado
	Regime de Trabalho: () Parcial () Integral
1.7 Comissão Verificadora	
Nome do Presidente:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
Nome do Membro:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
Nome do Membro:	
Endereço:	
Fone:	
Fax:	E-mail
1.8 Período de Verificação	De: ____/____/____ a ____/____/____

2 – DADOS BÁSICOS DOS DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES MANTIDA:

CURRÍCULUM VITAE (CV) DOS DIRIGENTES										
Dados Pessoais										
Nome:										
End.:										
Cidade:							UF:		CEP:	
Fone:						Fax:				
E-mail:										
CPF:						RG:				
Regime de trabalho:						Data de contratação:				
Titulação										
Formação	Descrição									
Graduação										
Aperfeiçoamento										
Especialização										
Mestrado										
Doutorado										
Experiência Profissional de Ensino										
Item	Descrição								Tempo	
1										
2										
N										
Experiência Profissional Relevante na Área Profissional do Curso										
Item	Descrição								Tempo	
1										
2										
N										
Publicações										
Item	Descrição									
1										
2										
N										

3 – DADOS BÁSICOS DA IES:

HISTÓRICO RESUMIDO DA IES

4 – PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA IES (MANTIDA)

4.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

CURSOS	ATO DE AUTORIZAÇÃO	ATO DE RECONHECIMENTO	Nº DE VAGAS	TAMANHO DAS TURMAS

4.2 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” ESPECIALIZAÇÃO

CURSOS	ATO DE AUTORIZAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	Nº DE INGRESSOS	Nº DE CONCLUINTES

4.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTU SENSU” MESTRADO

CURSOS	ATO DE AUTORIZAÇÃO PELA IES	ATO DE CREDENCIAMENTO PELA CAPES	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	Nº DE INGRESSOS	Nº DE CONCLUINTES

5 – DO CURSO OBJETO DO PEDIDO DE RECONHECIMENTO:

5.1 QUADRO COM A SÉRIE HISTÓRICA DO CURSO

SÉRIE HISTÓRICA	Nº DE VAGAS	CANDIDATO / VAGA	Nº DE ALUNOS	TAMANHO DAS TURMAS	TURNOS DE FUNCIONAMENTO	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

5.2 EGRESSOS / COMPETÊNCIAS

COMENTÁRIOS: deve ser feito com base na sistemática e nos indicadores utilizados pela IES para verificar o atingimento do perfil e das competências a que se propôs. Deve-se observar o grau de compatibilidade do perfil e das competências pretendidas em relação aos resultados alcançados. OUTROS DADOS podem ser levados em conta como, por exemplo, os egressos aprovados em concursos públicos, perfil do egresso enquanto profissional, participação do egresso em atividades da IES, cursos de aperfeiçoamento, especialização, etc. realizados.

5.3 CORPO DISCENTE

COMENTÁRIOS: tomar por base a análise dos indicadores constantes em RELATÓRIO PRÓPRIO fornecido pela IES como: total de alunos diplomados, índice de evasão (relação entre o número de diplomados e o número de ingressos no vestibular), tempo médio para conclusão do curso, dentre outros considerados relevantes pela Comissão Avaliadora. Além de entrevista com os alunos de todas as turmas do curso

5.4 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

COMENTÁRIOS: tomar por base o sistema de arquivamento dos documentos relativos ao corpo docente, discente, informatização do setor de registro e controle acadêmico, livros de atas do Colegiado, dentre outros como: organização das informações, planejamento das atividades do curso, nível de participação dos segmentos envolvidos no processo e sistema de controle, etc.

6 – DADOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

6.1 Missão/Finalidade do Curso	
6.2 Perfil de egresso pretendido pela Mantenedora com o Curso	
6.3 Objetivos do Curso	

6.4 Organização curricular (disposição em módulos, disciplinas, projetos e outros.)

Unidades Curriculares por Semestres / Módulos	CARGA HORÁRIA
1º Semestre / Módulo	
2º Semestre / Módulo	
Semestre / Módulo “N”	

6.5- Quadro com as Justificativas das Unidades Curriculares que foram Excluídas, Mantidas, Substituídas/Alteradas/Incluídas, por Semestre/Módulo para o curso pós-reconhecimento

SEMESTRES / MÓDULOS	JUSTIFICATIVA
1º Semestre / Módulo	
2º Semestre / Módulo	
Semestre / Módulo “N”	

6.6 Ementário das Unidades Curriculares/ disciplinas com a bibliografia básica or semestre/ módulo

Semestre / Módulo	Unidade Curricular / disciplina:
Ementário/ Competências:	
Bibliografia Básica	

6.7 OUTROS ITENS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	COMENTÁRIOS
6.7.1 Estágio Curricular <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="text-align: center;">() ()</div> Coordenador de Estágio Professores Orientadores ao longo do Curso TCC Articula Teoria x Prática Regulamento de estágios	
6.7.2 Plano de Avaliação Institucional <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="text-align: center;">() ()</div> Implementado Da IES Do Curso Análise de Resultados Discussão com Colegiado	
6.7.3 Flexibilidade Curricular <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="text-align: center;">() ()</div> Fluxo Alternativo Certificações Intermediárias Validação de Conhecimentos	
6.7.4 Empresa Júnior <div style="text-align: right;">SIM NÃO</div> <div style="text-align: center;">() ()</div> Empresa Júnior Professores Orientadores Estatuto e regimento Espaço físico e Infra-estrutura tecnológica	
6.7.5 Conformidade com a carga horária mínima exigida pela área.	
6.7.6 Práticas Pedagógicas previstas: descrever as metodologias de ensino aprendizagem previstas, quando da realização da reunião com os docentes. Analisar a compatibilidade das mesmas com o perfil, objetivos e missão do curso.	

6.7.8 Sistema previsto de avaliação do processo de ensino-aprendizagem: descrever as formas previstas pelos docentes entrevistados. Analisar a compatibilidade das mesmas com o perfil, objetivos e missão do curso.	
3.6.8 Política prevista de integração do ensino, pesquisa e extensão: analisar a compatibilidade da mesma com a missão, objetivos e perfil do curso.	
6.7.9 Política prevista de envolvimento com a comunidade: analisar as parcerias existentes, o compromisso dos dirigentes em implementá-la para consolidar a qualidade do curso.	

Avaliar o Projeto Pedagógico, segundo os padrões que qualidade, conforme quadro a seguir:

ITENS DESTINADOS A AVLIÇÃO	A	B	C	D	E
Missão da Instituição/finalidade;					
Objetivos do curso					
Perfil profissiográfico (de egresso) pretendido pelo curso;					
Matriz curricular;					
Distribuição da carga horária;					
Carga horária por Unidade Curricular / Módulo;					
Flexibilidade curricular;					
Práticas pedagógicas inovadoras: metodologia de ensino aprendizagem;					
Práticas formais de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;					
Política de estágio supervisionado; (não obrigatório)					
Objetivos / Competências;					
Bibliografias;					
Integração ensino, pesquisa e extensão;					
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão com destaque para as atividades desenvolvidas pela Empresa Júnior; (não obrigatório)					
Envolvimento com a comunidade/parcerias;					
Avaliação Institucional;					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

CONCEITO: ☐

Justificativa do conceito: TOMAR POR BASE OS COMENTÁRIOS REGISTRADOS PARA CADA ITEM RELATIVO AO PROJETO PEDAGÓGICO

7 – DADOS DO CORPO DOCENTE INDICADO

7.1 QUADRO DO CORPO DOCENTE POR DISCIPLINA, PROFESSOR, TITULAÇÃO, SITUAÇÃO E ENDEREÇO

Unidade Curricular	Nome	Titulação	Endereço
1º Semestre / Módulo			
2º Semestre / Módulo			
Semestre / Módulo “N”			

7.2 QUADRO RESUMO DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Titulação	Quantidade	% do Total
Graduação		
Especialização		
Mestrado		
Doutorado		
Total		

TITULAÇÃO

Conceito	Mínimo de
A	15% doutores e 40% mestres e 30% de especialistas
B	30% mestres e 30% de especialistas
C	20% mestres e 40% de especialistas
D	10% mestres e 20% de especialistas
E	Inferior

CONCEITO TITULAÇÃO: ☐

7.3 DEDICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Tabela Resumo de Regime de Trabalho dos Docentes (situação atual)

Regime	Horas Semanais	Quantidade	% do Total
DE	Exclusivo		
Tempo Integral	40 h		
Tempo parcial	20 h		
Horista	Até 20 h		
Outros			
Total			

TITULAÇÃO

Conceito	Regime (% de docentes com DE e/ou em tempo integral)
A	30%
B	25%
C	20%
D	10%
E	menos de 10%

CONCEITO REGIME DE TRABALHO:

☐

7.4 EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA

Tempo de Experiência	Quantidade	% do Total
Mais de 10 anos		
De 8 a 10 anos		
De 5 a 8 anos		
De 2 a 5 anos		
Menos de 2 anos		
Total		

Conceito	Experiência em docência
A	50% com mais de 10 anos
B	50% com mais de 8 anos
C	50% com mais de 5 anos
D	51% com menos de 5 anos
E	51% com menos de 2 anos

CONCEITO EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA: ☐

7.5 EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE RELEVANTE

Tempo de Experiência	Quantidade	% do Total
Mais de 10 anos		
De 8 a 10 anos		
De 5 a 8 anos		
De 2 a 5 anos		
Menos de 2 anos		
Total		

Conceito	Experiência em docência
A	50% com mais de 10 anos
B	50% com mais de 8 anos
C	50% com mais de 5 anos
D	51% com menos de 5 anos
E	51% com menos de 2 anos

CONCEITO EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE RELEVANTE:

☐

7.6 POLÍTICA DE APERFERIÇOAMENTO /QUALIFICAÇÃO /ATUALIZAÇÃO DOCENTE PREVISTA PELO CURSO

Menção:	Escala:
A= 70% dos docentes foram capacitados B= 60% a 69% dos docentes foram capacitados C= 50% a 59% dos docentes foram capacitados D= 20% a 49% dos docentes foram capacitados E= menos de 20 % dos docentes foram capacitados	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

PLANILHA RESUMO PARA AVALIAÇÃO GERAL DO CORPO DOCENTE A PARTIR DA ANÁLISE DAS CATEGORIAS: titulação, dedicação e regime de trabalho, experiência em docência, experiência em atividade relevante e política de aperfeiçoamento / atualização.

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
Titulação					
Dedicação e regime de trabalho					
Experiência em docência					
Experiência em atividade relevante					
Política de aperfeiçoamento/atualização					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

CONCEITO GLOBAL DO CORPO DOCENTE: ☐

**CONCEITO GLOBAL C, NO CORPO DOCENTE É CONDIÇÃO MÍNIMA
INDISPENSÁVEL PARA AUTORIZAÇÃO DO CST.**

8 QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

Descrever os dados dos responsáveis /coordenadores do curso (nome, titulação, regime de trabalho, data de contratação etc.), considerar para pontuação o conceito do responsável/coordenador que permanecer por mais tempo

NOME DO COORDENADOR	
TITULAÇÃO	
REGIME DE TRABALHO	
DATA DA CONTRATAÇÃO	

Conceito	Titulação	
	Graduação Plena	Regime
A	Doutor	Integral
B	Doutor	Parcial
B	Mestre	Integral
C	Mestre	Parcial
D	Especialista	Integral
E	Especialista	Parcial

CONCEITO DA COMISSÃO AVALIADORA PARA A QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Avaliar a dedicação e a qualificação do Coordenador do Curso, segundo os padrões de qualidade. A justificativa do conceito deve ter coerência como conceito atribuído.

Justificativa do conceito:

9 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

9.1 Distribuição do espaço físico existente e/ou em construção

Dependências / Serventias	Quantidade	m ²
Sala de Direção		
Salas de Coordenação		
Sala de Professores		
Salas de Aula		
Sanitários		
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência		
Setor de Atendimento / Tesouraria		
Praça de serviços		
Praça de Alimentação		
Auditórios / Sala de áudio / Salas de Apoio		
Espaço Cultural		
Laboratórios Multidisciplinares		
Laboratórios de Informática		
Sala de Leitura / Biblioteca		

9.2 - Outros recursos materiais

Televisores	
Vídeos	
Retroprojetores	
Outros	
TOTAL	

PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DE MATERIAIS

Avaliar a adequação da infra-estrutura física e de materiais tendo em vista o número de alunos, objetivos do curso, projeto pedagógico e horários de funcionamento, conforme itens a seguir:

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
SALAS DE AULAS UTILIZADAS PELO CURSO: ÁREA TOTAL, CAPACIDADE					
SALAS E GABINETES PARA PROFESSORES: QUANTIDADE					
ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO ADEQUADAS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BEM COMO A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS					
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E OUTRAS FACILIDADES ADEQUADAS AOS DOCENTES, DISCENTES E FUNCIONÁRIOS COMO ÁREAS DE LAZER/CIRCULAÇÃO					
INSTALAÇÕES ESPECIAIS (LABORATÓRIOS, BIBLIOTECA, AUDITÓRIO, SALA DE MULTIMEIOS)					
SALAS DE ESTUDOS PARA ALUNOS					
EXISTÊNCIA DE CONVÊNIOS PARA O USO DE INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS					
PLANO DE EXPANSÃO					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

--

10 - INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

10.1 Quadro Resumo da Infra-Estrutura Tecnológica

Qtde. Labs	Qtde. Equip	Configurações	Softwares

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

Avaliar o espaço físico, plano de atualização, manutenção, softwares disponíveis às necessidades das disciplinas e pessoal técnico de apoio, política de uso dos laboratórios.

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
A ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, TENDO EM VISTA A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS E O NÚMERO DE USÁRIOS.					
PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.					
DISPONIBILIDADES DOS SOFTWARES EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DAS DISCIPLINAS.					
HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS LABORATÓRIOS					
PLANOS DE EXPANSÃO					
QUADRO DE PESSOAL DE APOIO QUANTO À DISPONIBILIDADE, QUALIFICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO.					
EXCLUSIVIDADE DE USO					
POLÍTICA DE ACESSO					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

11 - INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O item deverá ser totalmente atendido como determinam a Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999.

Assunto	SIM ou NÃO
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição (secretaria, sala dos professores ...)?	
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física a todas as salas de aula /laboratórios da instituição?	
Há reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades da instituição, para pessoas portadoras de necessidades especiais?	
Há banheiros adaptados que disponham de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas?	
Há barras de apoio nas paredes dos banheiros?	
Há lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas?	
Há telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas?	
Existe o compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso sala de apoio especial para deficientes visuais/ auditivos?	

Menção:	Escala:
A= 100% dos itens atendidos B= de 80% a 99% dos itens atendidos C= de 51 a 79% dos itens atendidos D= 50% dos itens atendidos E= menos de 50 % dos itens atendidos	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

12 BIBLIOTECA

12.1 Quadro Resumo da Bibliografia Básica por Unidade Curricular / Módulo

UNIDADE CURRICULAR	GRADE DE LIVROS E PERIÓDICOS BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BIBLIOTECA	
		Nº EXEMPLARES	Pontos

Cada unidade curricular deverá ter no mínimo dois títulos, a pontuação deverá respeitar a relação “R” (aluno/ exemplar)

R = Relação aluno/exemplar	
Pontos:	A, se $R < 10$ B, se $10 \geq R \leq 16$ C, se $16 \geq R \leq 20$ D, se $20 \geq R \leq 24$ E, se $R > 24$
	aluno: quantidade de alunos cursando a unidade curricular exemplar: quantidade de exemplares do título/periódico

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

12.2 Relação dos Títulos mais importantes no Curso e disponíveis na Biblioteca para consulta, mas não listados no Quadro de Bibliografia Básica.

N.	Título	Exemplares
4.		
5.		
6.		

12.3 Acervo de Periódicos/ Outros:

OUTROS: PERIÓDICOS, CADERNOS, NORMAS, ANUÁRIOS, ETC. (UM POR LINHA)	
Tipo	Descrição

12.4 Espaço Físico:

Área total (m ²)	Área para usuários (m ²)	Capacidade (Nº de usuários sentados)
Outras informações:		
Iluminação:	() Satisfatória	() Insatisfatória
Ventilação:	() Satisfatória	() Insatisfatória

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

--

12.5 Serviços de:

ITEM	Comentários
Reprografia	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Catálogo	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Informação ao usuário	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Informatização	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Base de dados	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Internet	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Empréstimo	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Recursos Audiovisuais	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente
Recursos de Multimeios	() Satisfatório () Insatisfatório () Inexistente

Menção:	Escala:
A= 100% a 80% dos itens satisfatórios B= de 79% a 70% dos itens satisfatórios C= de 69 a 60% dos itens satisfatórios D= 59% a 50% dos itens satisfatórios E= menos de 50 % dos itens satisfatórios	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Justificativa do conceito:

12.6 Horário de Funcionamento: (Especificar dias da Semana e Horário)

12.7 Mecanismo e Periodicidade de Atualização dos Acervos:

12.8 Forma de Acesso:

12.9 Recursos humanos:

- quantos profissionais compõem o corpo técnico: _____
- eles possuem formação técnica oficial: () Sim () Não
- o corpo técnico é em número suficiente para atender à demanda de serviço: () Sim () Não
- o recurso humano é satisfatório: () Sim () Não

PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA

ITENS AVALIADOS	A	B	C	D	E
Existência de livros-textos em quantidade suficiente Para atender a alunos (transportar conceito do item 12.1)					
• Disponibilidade de periódicos/revistas de bom nível					
• Política para atualização do acervo de livros e periódicos					
• Política e facilidade de acesso ao material bibliográfico					
• Horários de acesso					
• Espaço físico (transportar conceito do item 12.4)					
• Serviços (transportar conceito do item 12.5)					
• Pessoal especializado (bibliotecários e outros)					

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

A B C D E
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
Justificativa do conceito:

--

13 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E PARAFISCAL:
os seguintes documentos ou suas cópias autenticadas deverão estar presentes nos anexos na seqüência abaixo indicada:

DOCUMENTOS	SIM OU NÃO
Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	() SIM () NÃO
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativa à sede da mantenedora, pertinente a seu ramo de atividade.	() SIM () NÃO
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativa à sede da mantenedora, pertinente a seu ramo de atividade.	() SIM () NÃO
Prova de regularidade com a Fazenda Federal.	() SIM () NÃO
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).	() SIM () NÃO
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	() SIM () NÃO
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.	() SIM () NÃO
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do município da sede da mantenedora, ou outra equivalente na forma da lei.	() SIM () NÃO
Cópia do registro comercial em caso de empresa individual.	() SIM () NÃO
Cópia do ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.	() SIM () NÃO
Cópia dos documentos de eleição de seus administradores (quando for o caso).	() SIM () NÃO
Cópia do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de eleição da diretoria.	() SIM () NÃO
Demonstração de patrimônio e capacidade financeira própria para manter instituições de ensino.	() SIM () NÃO

13.1 COMENTÁRIOS

--

14 – PLANILHA COM O RESULTADO GERAL DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES: PROJETO PEDAGÓGICO, CORPO DOCENTE, QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR, INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS, INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA, INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE À PNE E BIBLIOTECA.

ITENS AVALIADOS	CONCEITO (A - E)
1. PROJETO PEDAGÓGICO	
2. CORPO DOCENTE	
3. QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	
4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	
5. INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	
6. INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE A PNE	
7. BIBLIOTECA	

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

Conceito:

CONCEITO FINAL DO CURSO:



NOTA: O CURSO PARA TER RECOMENDADO O SEU RECONHECIMENTO, DEVE OBTER CONCEITO FINAL MÍNIMO “C”.

15 – PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA

A Comissão Avaliadora, RECOMENDA O RECONHECIMENTO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA _____, ministrado pela _____, mantido pela _____, pelo período de ____ anos.

CONCEITO FINAL “C” – Reconhecimento por 02 (dois) anos;
CONCEITO FINAL “B” – Reconhecimento por 03 (três) anos;
CONCEITO FINAL “A” – Reconhecimento por 05 (cinco) anos;

Comentário sobre o parecer:

Local, data, mês e ano.

Assinatura:

Prof. (Presidente)

Instituição:.....

Assinatura:

Prof.....

Instituição:.....

16 – SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO CURSO AVALIADO

5.4 VANTAGENS DO MODELO DE AVALIAÇÃO PROPOSTO PARA AVALIAR E ORIENTAR AS CONDIÇÕES DE AUTORIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NAS ÁREAS DE GESTÃO E COMÉRCIO, QUANDO COMPARADO COM O MODELO VIGENTE

Ao se fazer uma comparação entre o modelo de avaliação aqui proposto para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos CST's nas áreas de Gestão e Comércio e o modelo vigente, de maneira geral, pode-se atribuir vantagem à proposta, por ter sido idealizada a partir do resultado da análise documental, das percepções dos pesquisados e da vivência e da experiência vivenciada pelo pesquisador como Avaliador *ad hoc* dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio.

Além disso, o modelo proposto com dimensões internas e externas para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST's) nas áreas de Gestão e Comércio apresenta **sete dimensões** na planilha final de avaliação (projeto pedagógico, corpo docente, qualificação do coordenador do curso, infra-estrutura física e recursos materiais, infra-estrutura tecnológica, infra-estrutura de acessibilidade a PNE e biblioteca), enquanto que o modelo vigente trabalha **três dimensões** para a pontuação final (organização e desenvolvimento curricular, corpo docente e infra-estrutura).

Essa comparação evidencia também que a proposta engloba mais dimensões e categorias de análise com conceitos para minimizar as influências subjetivas dos Avaliadores *ad hoc*, oferecendo condições mais objetivas e seguras para a Instituição e Coordenação do Curso retrabalhar de forma mais pontual as categorias vinculadas a cada dimensão avaliada mediante o estabelecimento de planos de ações, visando ao incremento dos padrões de qualidade dos cursos como um todo.

Isso porque o modelo vigente, segundo as percepções dos pesquisados, é subjetivo, principalmente na dimensão **organização e desenvolvimento curricular**. Essa dimensão reflete em um terço da nota final do modelo atual. A mesma, conforme já descrita no capítulo 4, envolve assuntos polêmicos. Muitos avaliadores e as próprias Instituições não têm claros os conceitos de competências, habilidades, atitudes e bases tecnológicas. Esse fato agrava-se pelo fato de a própria SETEC não esclarecer qual é o seu entendimento do que representa

cada um desses conceitos, ficando a critério dos Avaliadores *ad hoc* a interpretação e o julgamento.

No modelo proposto, as influências subjetivas são minimizadas por apresentar um número maior de dimensões com categorias de análise mensuráveis e não mensuráveis, tendo o Avaliador *ad hoc* que justificar, de forma qualitativa, o conceito atribuído. Ficam nítidas, nesse tipo de avaliação, as coerências e as incongruências quando os Avaliadores *ad hoc* não se preocupam em verificar a consistência interna das respostas atribuídas para cada dimensão e/ou categoria analisada e isso reflete na avaliação final do curso.

Para ratificar o que foi dito, o pesquisador buscou verificar a validade da proposta aplicando-a em um Curso Superior de Tecnologia em Recursos Humanos, implementado na Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, já que o mesmo é da área de Gestão, autorizado em 2004, pelo modelo vigente na SETEC, tendo seu pedido de reconhecimento protocolado em 2005. Vale informar que os formulários de autorização e reconhecimento estavam preenchidos e disponíveis para consulta, além da disponibilidade do coordenador, docentes e discentes em participar do processo.

O resultado final da aplicação do modelo de avaliação objeto da pesquisa, para autorização do CST em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, configura-se na planilha 1; já o resultado final da avaliação feita no modelo atual da SETEC é apresentada na planilha 2. Pode-se constatar que as duas avaliações atribuem conceito A, no processo de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina.

Embora os resultados tenham sido os mesmos, salienta-se que, segundo depoimento dos avaliadores aplicadores do modelo proposto, consegue-se por meio desse novo instrumento uma avaliação menos subjetiva, mais impessoal, mais criteriosa, mais rápida e precisa, já que existem índices de pontuação para a grande maioria das dimensões avaliadas.

Planilha 1: Resultado geral da avaliação das dimensões: projeto pedagógico, corpo docente, qualificação do coordenador, infra-estrutura física e recursos materiais, infra-estrutura tecnológica, infra-estrutura de acessibilidade a PNE e biblioteca.

ITENS AVALIADOS	CONCEITO (A - E)
1. PROJETO PEDAGÓGICO	B
2. CORPO DOCENTE	A
3. QUALIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	B
4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	A
5. INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	A
6. INFRA-ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE À PNE	A
7. BIBLIOTECA	A

Menção:	Escala:
A= 70% de conceitos A B= 70% de conceitos A e B C= 70% de conceitos A, B e C D= 50% a 69% de conceitos A, B e C E= menos de 50 % de conceitos A, B e C	A – excelente B – bom C – satisfatório D – regular E – péssimo

CONCEITO FINAL DO CURSO CST em Gestão de Recursos Humanos:	A
---	----------

Planilha 2: Resultado geral da avaliação das dimensões: organização e desenvolvimento curricular, corpo docente e coordenador e infra-estrutura.

ITENS ANALISADOS		CONCEITO	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
Organização e Desenvolvimento Curricular		B	83
Corpo Docente e Coordenador		A	100
Infra-estrutura		A	99
		Total :	282
		Média obtida :	94
Escala de pontuação: A – de 91 até 100 B – de 71 até 90 C – de 61 até 70 D – de 51 até 60 E – de 0 até 50		CONCEITO DA AVALIAÇÃO FINAL <div>A</div>	
CONCEITO FINAL DO CURSO			A
Exclusivo do MEC – Comissão Verificadora.			

O modelo proposto para orientar e avaliar as condições de Autorização e de Reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio foi testado no processo de reconhecimento do mesmo curso utilizado para validar o modelo proposto para autorização. Fica difícil, porém, estabelecer comparações dos modelos (atual e proposto) pelo fato de a Comissão da SETEC não ter procedido ainda a análise.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo apresentam-se as conclusões e as recomendações para o desenvolvimento de futuros estudos.

6.1 CONCLUSÕES

A pesquisa em pauta demonstra que as organizações de ensino superior, principalmente aquelas que se propõem a ofertar educação profissional por meio de Cursos Superiores de Tecnologia, estão inseridas em um ambiente complexo e extremamente competitivo. Dessa forma, uma avaliação eficaz, eficiente e efetivo, das condições de oferta desses cursos pode incrementar os padrões de qualidade àquelas Instituições que desejam obter sucesso ou mesmo manter a sua longevidade no mercado educacional em que estão inseridas.

A avaliação por pares, ou seja, que contempla também a visão externa de parceiros no processo educacional, pode representar um passo importante no processo de avaliação institucional. Seu traço distintivo consiste no fato dessa se constituir em um *olhar de fora*, livre, realizado por professores com reconhecido conhecimento e competência no meio universitário.

Os resultados das avaliações externas têm por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática acadêmica, trazendo ao primeiro plano a questão da qualidade de ensino, nas dimensões política, social e técnica. Sob esse prisma, o processo educativo deve estar voltado para a formação do aluno com competência técnico-científica e compromisso social. Esse processo, por sua vez, é o resultado de um conjunto de relações sociais e de relações com o conhecimento e que só pode ser compreendido no contexto social particular em que acontece.

Assim, o currículo dos Cursos Superiores de Tecnologia, passa a ser considerado como fonte de reflexão, análise e definição do projeto pedagógico. Isso porque assume o caráter de instrumento principal de veiculação do saber, tomado numa concepção ampla -

como tudo o que acontece no Curso e que afeta direta ou indiretamente o processo de transmissão, apropriação e ampliação do conhecimento -.

É sabido ainda que a complexidade das exigências profissionais, a rapidez das transformações e inovações científicas e tecnológicas requerem uma constante adequação do currículo em função do perfil profissional do aluno às reais expectativas e necessidades da sociedade.

A opção por essa via de trabalho baseia-se no pressuposto de que muitos dos problemas acadêmicos podem ser analisados pela ótica da dinâmica dos currículos dos cursos de graduação.

No entanto, tem-se claro que com essa proposta não se terá esgotado o campo de avaliação da qualidade de ensino dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio que exige uma análise complexa das dimensões e /ou categorias consideradas no modelo proposto.

À guisa de conclusão, o que se pode afirmar é que a avaliação é, sim, instrumento essencial para a qualidade da oferta de cursos. Ela permeia o planejamento e a execução desses cursos, gerando informações que retro-alimentam o sistema - *feedback*, com o objetivo de aperfeiçoar contínua e indefinidamente o processo.

Essa conclusão pode ser ampliada para todo e qualquer processo, já que a avaliação tem como premissa o aperfeiçoamento contínuo da execução das atividades envolvidas na unidade do negócio e, em última análise, a administração do negócio como um todo.

Por essa razão, ressalta-se também, a monitoração e controle como aspectos relevantes no processo pós avaliação. Não basta avaliar por avaliar. Os gestores dos cursos devem ter consciência que a qualidade dos cursos não depende apenas do conceito atribuído pelos Avaliadores *ad hoc*. Eles devem de forma contínua monitorar e/ou controlar as variáveis não mensuráveis que podem interferir nos padrões de qualidade do curso.

O controle/ monitoração representa uma avaliação sistemática e deve ser visto de forma cíclica, ou seja, o monitoramento de determinadas categorias relativas a certas dimensões constantes no formulário de avaliação proposto para verificar as condições de autorização e de reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio, como por exemplo, procedimentos de ensino-aprendizagem e sistema de aproveitamento escolar podem proporcionar subsídios para os gestores tomarem e implementarem decisões, bem como para reverem o processo, como um todo, em que o curso está inserido.

Também pode ocorrer o inverso, ou seja, o gestor do curso avalia certas categorias vinculadas a determinadas dimensões constantes no formulário de avaliação proposto para

avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio para, num segundo momento, tomar as decisões, bem como a sua implementação para, posteriormente, fazer o monitoramento das decisões tomadas e implementadas, quer de cunho qualitativo quer quantitativo.

O conceito de monitoração é mais amplo, pois exige o acompanhamento sistemático por parte do gestor do curso e/ou da equipe responsável das dimensões constantes no formulário de avaliação proposto constante neste documento, além da sondagem do ambiente interno e externo. Ainda, faz parte do processo de monitoração a coleta de informações de cunho qualitativo e quantitativo para o gestor e/ou equipe responsável pela monitoração tenha mais condições de estabelecer os ajustes necessários.

Como afirma Child (1972), os modelos teóricos que se preocuparam apenas com os padrões de associações entre variáveis internas e externas esquecem-se de que as organizações são também sistemas políticos, ou seja, não se limitando apenas aos padrões e resultados de testes estatísticos decorrentes de análises quantitativistas por si só. Para o gestor compreender como funciona a dinâmica do curso/IES, ele precisa levar em conta os aspectos quantitativos e qualitativos.

Por se tratar de um processo contínuo e não acabado, essa fase é extremamente relevante para a construção e reconstrução das competências, habilidades e atitudes. Isso porque todos os segmentos envolvidos no processo podem experimentar situações de aprendizagem organizacional, pelo fato de a monitoração exigir criatividade e reflexão do que se passa dentro e fora do curso/IES, principalmente no que tange aos aspectos qualitativos do curso/IES. Aqui fica nítido o quanto que os envolvidos no processo podem aprender a partir da monitoração das dimensões e/ou das categorias consideradas no modelo proposto.

O processo de monitoração reforça os argumentos de Pinchot, Pinchot (1994) quando dizem que a comunidade de conhecimento e compreensão está no centro do curso/IES. Sem uma visão comum do curso e da IES, os indivíduos não são capazes de entender o seu lugar na estrutura global e alocação do trabalho. Também, tem pouca consciência daquilo que é aceitável em termos de desempenho, resultados e padrões, não sendo capazes de efetuar entre si ajustes adequados, os quais são necessários para qual haja controle.

O controle/monitoração representa uma forma de checagem da realidade, por indivíduos ou grupos, a fim de ajustar e garantir seus interesses e os do curso/IES. Ele ocorre em diferentes níveis, tornando uma constante em decorrência das suas várias formas e utilidades na gestão estratégica do curso/IES.

O controle/monitoração é um atributo que possibilita ao curso/IES o alcance dos tópicos considerados no modelo proposto para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia na área de Gestão e Comércio, no momento em que viabiliza, por exemplo, o cumprimento dos padrões de conduta das atividades delineadas. Além disso, auxilia a promover ajustes quando há desvios do que foi planejado em relação ao que vem sendo realizado. Por meio dele, os cursos/IES procuram garantir que as atividades planejadas sejam efetivamente operacionalizadas. Nessa perspectiva, o controle/monitoração visa ao alcance geral das finalidades organizacionais, ou, como descreve Litterer (1977) visa a manter o curso/IES numa condição em que possa funcionar adequadamente.

A principal preocupação da administração estratégica, segundo Oliveira (1994) está na tentativa de projetar o curso/IES em situações futuras desejadas, ou seja, a mesma deve dedicar-se ao processo de investigação da configuração atual e das futuras do ambiente em que os cursos/IES estão inseridos, para que a partir dessas observações e paralelamente a elas possam planejar suas ações e organizarem seus recursos de modo a interferirem em tais situações de maneira estruturada e intuitiva, ou seja, estruturada devido ao fato de se dar de modo sistemático e organizado, com planos de ações, normas de procedimentos apropriadas e propósitos definidos, e intuitiva pelo fato de exigir da postura do gestor do curso habilidades de respostas rápidas e adequadas a questões de mais difícil e por vezes impossível previsibilidade que se colocam diante dele.

A administração estratégica, segundo Oliveira (1994), representa o modo de gestão que vem melhor atender à necessidade de abordagem mais ampla e interativa com a evolução da economia nacional e internacional. Isso porque os modelos de gestão têm passado por vários ajustes desde o início do século de acordo com a conjuntura e peculiaridades de cada época. Para o autor, o modelo estratégico é o que tem mais despertado interesse entre os gestores que conseguem perceber a influência do ambiente sobre a vida dos cursos/IES, quais sejam, globalização das economias, o crescente avanço tecnológico com impacto nos produtos e nas próprias formas de negociação e transação comercial e a crescente competitividade, entre outras, as quais exigem um instrumento de gestão adequado, considerando-se o caráter de permanente mudança do ambiente, e que vise ao maior aproveitamento das oportunidades.

Para o autor, a administração estratégica vem preencher tais exigências de um instrumento de gestão para a época atual, pois possui caráter evolutivo, ou seja, ainda que considere os conceitos correntes da Teoria da Administração, visa, por princípio, à constante

atualização e adequação às novas configurações ambientais decorrentes da constante mudança e evolução no mundo dos negócios.

Nesse sentido, o gestor do curso deve estabelecer um sistema de informações que permita constante e efetiva avaliação de cada uma das dimensões e/ou categorias de análise constantes no formulário proposto neste documento.

O controle/monitoração e a avaliação devem ser concretizados na prática para que o curso/IES possa ter um planejamento eficiente, eficaz e efetivo. O papel do controle/monitoração e da avaliação é realizar as mudanças necessárias para acabar com os desvios dos processos, bem como verificar as estratégias emergentes não planejadas que estão interferindo no transcorrer da implementação do projeto pedagógico do curso.

O controle/monitoração e a avaliação podem ser entendidos, também, como um sistema de resultados e de funcionamento. O primeiro tem por objetivo verificar se o curso está atingindo os tópicos constantes no projeto pedagógico do curso como, por exemplo, o perfil de formando baseado em competências, habilidades e atitudes após o fato acontecido. Essa forma de controle/monitoração ocorre por meio do pós-controle, ou controle posterior que avalia o projeto pedagógico após sua conclusão por meio de relatórios, índices ou demonstrativos, gerando informações às áreas estratégicas do curso/IES como, por exemplo, para o ensino, pesquisa e extensão, assim como para a gestão do curso e da IES. Sua finalidade relaciona-se com a confirmação dos resultados, sejam eles positivos ou não, e a sua utilização não possibilita alterações no processo, pois incide sobre operações já concluídas.

O processo de avaliação deve ter utilidade a todos os envolvidos; viabilidade/oportunidade no tempo, espaço e condições técnicas, administrativas, políticas, acadêmicas e sociais; deve ser exata em termos da utilização de instrumentos adequados, garantindo clara comunicação entre os envolvidos; deverá também ser ética, não ferindo valores e sendo transparente.

Em síntese, uma avaliação deve ser objetiva, descritiva, subjetiva e, sobretudo, transformadora. O que se quer dizer é que o processo deve ser interativo e co-responsivo em seus diferentes desdobramentos.

6.2 RECOMENDAÇÕES

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, pôde-se perceber que outros estudos podem contribuir significativamente para maximizar os resultados da avaliação das condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio. Por isso mesmo, além da evidente contribuição para incrementar o referencial teórico sobre a Educação Superior, faz-se a seguir algumas sugestões para futuros trabalhos a serem realizados por pesquisadores que se interessem pela arte de administrar os rumos das organizações educacionais:

- analisar o impacto da implantação do modelo proposto para avaliar e orientar as condições de autorização e de reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio;
- identificar as estratégias implementadas para cada dimensão e/ou categoria a partir dos resultados da avaliação realizadas para verificar se as mudanças promovidas pelo gestor do curso/instituição no transcorrer do tempo estão em sintonia com as contingências internas e externas à organização educacional, assim como com as políticas estabelecidas pela SETEC.
- analisar as práticas institucionais de avaliação que concretizam a função central da instituição, identificando principais resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- avaliar a preocupação institucional em articular a pesquisa com as demais atividades acadêmicas (como, por exemplo, os mecanismos e os resultados pretendidos).
- avaliar os impactos das atividades institucionais de extensão e intervenção social em questões como capacitação profissional de setores da comunidade, criação de postos de trabalhos, efeitos sobre salários.

- avaliar as práticas de publicitação e divulgação de seus produtos e serviços.
- verificar a compatibilidade do perfil do gestor do Curso Superior de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio (Coordenador) em relação às estratégias implementadas, visando a sua manutenção ou não no cargo;
- realizar pesquisas comparativas em Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Comércio para detectar possíveis similaridades em relação aos indicativos do projeto pedagógico; perfil do corpo docente; infra-estrutura física e de recursos materiais; infra-estrutura tecnológica; infra-estrutura de APNE; biblioteca; práticas utilizadas para avaliação do aproveitamento escolar; metodologias de ensino-aprendizagem; e políticas de interface com o mercado.

REFERÊNCIAS

AMBONI, N. **O caso CECRISA S/A: uma aprendizagem que deu certo**. Florianópolis, 1997. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDRADE, R. O. B. de., AMBONI, N. **Gestão de cursos de administração: metodologias e diretrizes curriculares**. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

ANDRADE, R. O. B. de., AMBONI, N. **Projeto pedagógico para cursos de administração**. São Paulo: Makron Books, 2002.

BALLESTER, Margarita. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BENAKOUCHE, Tâmara. **Exclusão x inclusão social no ensino técnico no Brasil: notas para discussão**. In: Workshop Internacional “A Dança das Identidades ao Ritmo da Globalização”, Florianópolis, 2000.

BENCINI, Roberta; GENTILE, Paola. **Para aprender (e desenvolver) competências**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/novaescola/ed/135_set00/html/repca.htm>. Acesso em: 22 jan. 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Provão 2002: relatório-síntese, resumo-técnico**. Capítulo 1: o exame nacional de cursos. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com a escola média, e dá outros providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. **Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Documento básico de avaliação das universidades brasileiras: uma proposta nacional**. Brasília, 26 de novembro de 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria Nacional de Ensino Superior (SENESu). Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. **Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Portaria nº 302 de, 07 de abril de 1998. **Normatiza o procedimentos de avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior.** Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Brasília (DF): MEC, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Institui a Regulamentação da Educação Profissional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 2.406**, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 5.154**, de 23 de junho de 2004. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 646**, de 14 de maio de 1997. Institui a Regulamentação do disposto nos artigos 39 a 42 da LDB e no Decreto nº 2.208/97 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.647**, de 25 de novembro de 1999. Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CFE nº 12**, de 1980.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 3**, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o

funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/resol_cne3.pdf> Acesso em: 12 mar. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 16**, de 05 de outubro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer2.shtm#1999B>>. Acesso em: 16 ago. 2004.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 29**, de 03 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares de Cursos Superiores de nível tecnológico. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/Eductecno/parecer29.shtm>>. Acesso em: 26 jun. 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: bases legais**. Brasília, 1999.

_____. MEC/SETEC. **Instituições Federais de Educação Tecnológica**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/semtec/eduprof/insfedutec.shtm>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

_____. MEC/SETEC. **Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de inclusão educacional**. Nota Técnica/CASTEC nº. 05/2004 Brasília, 2004.

BRUYNE, P. *et al.* **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BURRELL, G., MORGAN, G. **Paradigms in organizational studies**. New Directions in organizational analysis conference. Lancaster, England. 1979.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. São Paulo: Campus, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Campus, 2003.

CHILD, J. Organizational structure, environment and performance: the role of strategy choice, **Sociology**, v.6 p. 1-27, 1972.

COELHO, J. **Um modelo para avaliar perdas acadêmicas de processos ensino-aprendizagem em instituições de ensino superior: com aplicação à Unisul no ano de 1999**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

COLOGNESE, Silvio Antonio. **Entre políticas e avaliações: a pós-graduação em Sociologia no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior. **Revista Avaliação**, Campinas, ano 7, v. 7, n. 1, mar., 2002.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Org). **Avaliação e compromisso público: A educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p.57-63, abr./mar. 1995.

GOMES, C. A. da C. Tendências nacionais da avaliação em educação: problemas de um país que passou a ter avaliação. **Revista Gestão em Ação**, Salvador, v. 5, n.1, p. 9-16, jan./jun. 2002.

HALL, Richard. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). 2004.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAWRENCE, Paul R. & LORSCH, W. **As empresas e o ambiente: diferenciação administrativa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LUPORINI, C.E.M., PINTO, N.M. **Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O & M**. São Paulo: Atlas, 1985.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A Reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. 2002. 390 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LITTERER, Joseph A. **Análise das organizações**. São Paulo: Atlas, 1977.

MACEDO, S. G.; VERDINELLI, M. A. **Desempenho docente pela avaliação discente: uma proposta metodológica para subsidiar a gestão universitária**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

MACHADO NETO, A. J. **Globalização e gestão universitário: um estudo das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo**. Franca: FACEF, 2002.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. *et al.* **Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e prática**. São Paulo: Atlas, 1988.

OLIVEIRA, Djalma. Pinho Rebouças de. **Excelência na administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1994.

PETTIGREW, A. On Studying organizational cultures. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v.24, n.4, p.570-81, 1979.

PINCHOT, Gifford, PINCHOT Elizabeth. **O Poder das pessoas**: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para conquista do mercado. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PUGH, D.S., HICKSON, D.J. **Writers of organizations**. California: Sage, 1978.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

REBELO, L.M.B.; COLOSSI, N.; ESTEVAM, D. de O. Avaliação da universidade pela sociedade: o caso do curso de administração da Universidade do Amazonas. In: MELO, Pedro Antonio; COLOSSI, Nelson.(Org.). **Cenários da gestão universitária na contemporaneidade**. Florianópolis: Insular, 2004.

RIBEIRO, Célia Maria Ribeiro et al. **Projeto de avaliação institucional da Universidade Federal de Goiás**. 2000.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RISTOFF, Dilvo I. **Princípios do programa de avaliação institucional**. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, Brasília, MEC, p. 7-11, 1994.

RISTOFF, D. I. **Avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina**: relatório do projeto piloto de avaliação do docente pelo discente, 93/1. Florianópolis: [s. n.], 1995.

RUIZ, Adriano Rodrigues. **Science, education and potentialities for new utopias**. Colloquim Humanarum, Presidente Prudente: Unoeste, v.1, n.1, p. 101-107, jul-dez, 2003.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUIZ, J.A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1979.

SCOTT, W. Richard. The organization or environments: network, cultural and historical elements. In: MEYER, John W. & SCOTT, W. R. **Organizational environments**: ritual and rationality. London: Sage Publications, 1983.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1987.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília (DF): MEC, ago., 2003.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Da concepção à regulamentação**. 2.ed. Brasília (DF): MEC, set., 2004.

STONER, J.A.F. **Administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2000.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Auto-Avaliação Institucional: Princípios e Metodologia do Grupo Focal. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2004.

THOMPSON, James David. **Dinâmica organizacional**: fundamentos sociológicos da teoria administrativa. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1976.

TORNOZIELLO, A. M.P. **Docência universitária**: um estudo nas áreas de ciências biológicas e da saúde. Tese. (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DEN DAELE, L. D. Qualitative models in developmental analysis. **Developmental Psychology**, v.1, n.4, p. 303-310, 1969.

VASCONCELLOS FILHO, P., MACHADO, A.M.V. **Planejamento estratégico**: formulação, implantação e controle. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

VASCONCELLOS FILHO, P. **Planejamento estratégico para a retomada do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

VASCONCELLOS FILHO, P., PAGNONCELLI, D. **Construindo estratégias para vencer**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VERDINELLI, M.; GRANZOTTO, S.; TARNOWSKI, W.L. Análise das relações entre os resultados da avaliação interna e externa dos cursos de graduação. In: MELO, P.A; COLOSSI, N.(Org.). **Cenários da gestão universitária na contemporaneidade**. Florianópolis: Insular, 2004.

VERSIEUX, R. E. **Avaliação do ensino superior brasileiro**: PAIUB, o ENC e o SINAES. Dissertação. (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ZAPELINI, Wilson B. **Avaliação por competência**. Florianópolis: CEFETSC, 2002.

_____, Wilson B.. **Um modelo de avaliação de programas de pós-graduação baseado no benchmarking de competências organizacionais**: estudo de caso nas Engenharias da UFSC. 2002 242 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **A gerência da criatividade**: abrindo as janelas para a criatividade pessoal e nas organizações. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERGER FILHO, R. L. **Formação baseada em competências numa concepção inovadora para a formação tecnológica**. Anais do V Congresso de Educação Tecnológica dos Países do MERCOSUL. Pelotas: MEC/SEMTEC/ETFPEL, 1998.

BLOOM, Benjamin. **Domínio cognoscitivo**. Disponível em <<http://guayama.inter.edu/dominiocognoscitivo-bloom.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2003.

BORGES, Priscilla. Novo modelo de avaliação da educação superior. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 de abril de 2004.

DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional**: Crônicas e reflexões. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DREJER, Anders; SORENSEN, Steffen. Succeeding with sourcing of competencies in technology-intensive industries. Benchmarking: **An International Journal**. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/1463-5771.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2004.

DUCKER, Peter F. O advento da nova organização. In: Gestão do Conhecimento (on knowledge management). **Harvard Business Review**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GRAMIGNA, Maria Rita M. **Modelo de competências e gestão de talentos**. São Paulo: Makron Books, 2002.

GROOTINGS, Peter. Da qualificação profissional à competência: do que estamos a falar? **Revista Européia de Formação Profissional**, n. 1, Berlim, 1994.

GUNASEKARAN, A. Benchmarking in education. Benchmarking: **An International Journal**. Disponível em: <<http://docserver.emeraldinsight.com>> . Acesso em: 03 ago. 2004.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HAYDT, Regina Cazux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETI, Celso J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção – da pré-escola à universidade. 4. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.

HOUART, Mireille. **Evaluer dès compétences. Oui mais... Comment ?** Disponível em <<http://www.det.fundp.ac.be/~mho/evaluation.htm>>. Acesso em: 26 set. 2003.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão escolar**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOVO, Adriana M. e RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Filosofia e educação**: a dimensão evolutiva do conhecimento. Curitiba: Qualogic, 2000.

MACHADO, Nilson José. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MADAUS, George F. et al. **Evaluation models**: Viewpoints on Educational and Human Services Evaluation. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MÉNDEZ, Juan M. Alvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAN, José M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias**: Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/uber.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2003.

MORETTO, Vasco. Educar para a competência e para a solidariedade: novos rumos da educação. **Jornal do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 8, mar. 2001.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O'DELL, Carla; GRAYSON Jr., C. Jackson. **Ah... se soubéssemos antes o que sabemos agora**: as melhores práticas gerenciais ao alcance de todos. São Paulo: Futura, 2000.

PERENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialogada**: desafios e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

ROSETTI JR., Hélio. **As mudanças curriculares e as políticas pedagógicas**. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/artigos/pedagogia/0016>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

SACRISTAN, J, Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

SANTOS, Consuelo A. S. et al. Abordagem por competência: aplicação na educação a distância. In: Encontro Nacional de Empreendedorismo, 2., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENE, 2000.

SENAC. DN. **Referenciais para a educação profissional do Senac**/Maria Helena Barreto Gonçalves; Joana Botini; Beatriz Arruda de Araújo Pinheiro et al. Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI, 2002.

SETZER, Valdemar W. **Dado, informação, conhecimento e competência**. Disponível em <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em: 09 maio 2002.

SMOLE, Kátia C. S. **A teoria das inteligências múltiplas e a formação do cidadão do século XXI**. Disponível em <<http://www.mathema.com.br/intel>>. Acesso em: 11 jan. 2003.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. São Paulo: Record, 2001.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.